

Raiane Oliveira

O mundo dos fundos: O Barão de São Gonçalo e seus escravos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em
História Social.

Orientadora: Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

2014

Raiane Oliveira

O mundo dos fundos: O Barão de São Gonçalo e seus escravos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em
História Social.

Orientadora: Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

Aprovada em ___/___/___.

Banca Examinadora:

Profª Drª Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr Valter Luiz Pereira
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profª Drª Keila Grinberg (Presidente)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

*Para minha família e aqueles que me acompanharam nesta caminhada com muito
carinho e amor*

Resumo

O presente trabalho objetiva demonstrar a configuração do plantel de um dos mega proprietários que compunha a sociedade brasileira do século XIX, Belarmino Ricardo de Siqueira, o barão de São Gonçalo. Analisamos também, por meio do inventário e do testamento a atuação política e social do Barão, delineando seus investimentos, empreendimentos e a rede de amizade estabelecida por este ao longo de sua vida, além de mapear a configuração da família escrava em seu plantel.

Palavras – chaves: Política; escravidão; barão de São Gonçalo.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo demostrar la configuración de un equipo de las mega propietarios que compone la sociedad brasileña del siglo XIX, Belarmino Ricardo Siqueira. También buscamos por medio del inventario y testamento , conocer el papel político y social de Barão de São Gonçalo, delineando sus inversiones, empresas y la red de amistad establecida por esta durante toda su vida, como también asignar la configuración de la familia esclava en sus fincas.

Palabras - claves: Política; la esclavitud; Barón de São Gonçalo.

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Distribuição da produção açucareira do Rio de Janeiro em 1778.....	15.
Tabela II: Distribuição referente a sexo-idade dos escravos de Belarmino Ricardo de Siqueira.....	76
Tabela III: Procedência, sexo e idade dos escravos	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Procedência escrava na fazenda Morro Grande (Inventário + lista de matrícula).....	68
Gráfico II: Procedência escrava da fazenda Engenho Novo (Inventário)	71
Gráfico III: Total de escravos de acordo com a procedência nas fazendas Engenho Novo e Morro Grande.....	74
Gráfico IV – Escravos do barão de São Gonçalo quanto ao sexo.....	75
Gráfico V: Escravos com e sem vínculo de parentesco.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Investimentos de Belarmino Ricardo de Siqueira.....	41
Quadro II: Profissão, procedência e preço dos escravos de Belarmino Ricardo de Siqueira.....	81
Quadro III: Valor de doação para os escravos libertos em testamento	89
Quadro IV: Tipos de família do plantel de Belarmino Ricardo de Siqueira.....	91

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma I: Exemplo de família matrifocal.....	92
Organograma II: Exemplo de Família nuclear	95

LISTA DE MAPAS

Mapa I: Demarcação dos rios Guaxindiba e Suassunhão	
Mapa II: Aparência do Rio de Janeiro (1631)	

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Sede da Fazenda Morro Grande

Anexo B: Casa Principal Fazenda Engenho Novo do Retiro

Anexo C: Palacete de Belarmino em Niterói que servia como Sede do Governo Provincial

Anexo D: Formação familiar do barão de São Gonçalo

Anexo E: Belarmino Ricardo de Siqueira

Anexo F: Mausoléu Do Barão de São Gonçalo

Anexo G: Famílias escravas

Sumário

Introdução	8
Capítulo I - Territorialidade em foco: A freguesia de São Gonçalo e sua relação com o Rio de Janeiro.	11
Capítulo II - De caixeiro a barão: A trajetória de vida e investimentos de Belarmino Ricardo de Siqueira.....	27
Belarmino e suas aquisições: Fazendas e imóveis urbanos.....	28
Belarmino na política	40
Belarmino e sua rede familiar	55
Belarmino e a aquisição de prestígio social	57
Capítulo III – Vivência e organização familiar no plantel do barão de São Gonçalo	66
Família escrava: Uma discussão historiográfica	83
Família escrava no plantel do Barão de São Gonçalo	89
O caso Saul e Jesuína: uma realidade nos grandes plantéis	96
Considerações finais.....	101
Anexos	103
Bibliografia	109

Introdução

Refletir sobre o universo histórico não é tarefa fácil, muitos questionamentos e proposições são pensadas e repensadas, perguntas como, quem faz a História? O que define e quais parâmetros são usados para dimensionar o passado? Quais os espaços que os indivíduos dispunham para pensar, (re) criar e compartilhar suas experiências e cotidiano?

O caminho para responder estas perguntas é tortuoso. As fontes, muitas amareladas e carcomidas, exigem um esforço de pesquisa, transcrição e de análise. Mas, há ainda os silêncios que colocam a interpretação como principal responsável por transformar meros acontecimentos em fatos históricos.

Pensar os processos, as construções históricas, as diferentes simbologias, representações e significações de poder são ações do ofício do historiador que, a partir da escolha de um objeto e de suas próprias escolhas, apresenta estudos e possibilidades que se refletem sobre os agentes do passado.

Esta pesquisa se dedica a estudar o Barão de São Gonçalo, o senhor Belarmino Ricardo de Siqueira, e os escravos que viviam em seu plantel, dando ênfase em especial à composição e às relações familiares desses importantes atores sociais da freguesia de São Gonçalo. Quando cheguei ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Unirio, a proposta do pré-projeto estava articulada à vontade de saber um pouco mais sobre a formação das famílias escravas no atual município de São Gonçalo. As questões iniciais surgiram a partir da transcrição de documentos paroquiais de batismo e casamento, onde pude compreender os significados que os escravos atribuíam à formação familiar e, com isso, me senti motivada a pesquisar mais sobre as redes estabelecidas a partir desta formação no século XIX.

Ao longo dos anos e com os avanços acerca dos estudos sobre escravidão, verifica-se que a temática familiar não é um assunto novo, porém, unindo visões e trabalhando com uma região que precisa ser mais estudada, temos a intenção de apresentar as possibilidades de sociabilidade cativa nas terras desse, ainda não tão conhecido, Barão de São Gonçalo.

Partindo do método da qualitativo de análise, foi possível identificar alguns membros das chamadas famílias nucleares e matrifocais que se encontravam listadas no testamento e no inventário de Belarmino Ricardo de Siqueira. Unindo-se a história local referente à região do atual município de São Gonçalo, que durante o século XIX

possuía importante diversidade agrícola e relações econômicas com a Capitania do Rio de Janeiro, com a análise dos investimentos e riquezas de Belarmino, procuramos mapear o contexto espacial e econômico onde a comunidade de senzala analisada construía suas relações familiares.

O trabalho está dividido em 3 capítulos que buscam estabelecer relações importantes entre a história local e o contexto político, econômico e social do Brasil. No primeiro capítulo intitulado “Territorialidade em foco: A freguesia de São Gonçalo e sua relação com o Rio de Janeiro” apresentamos questões que ajudam a pensar a região como fruto de um processo de construção histórica. Partindo de memorialistas que traçaram a história gonçalense desde o século XVI, incorporando trabalhos de historiadores sobre a Província com ênfase para duas dissertações – *Os Santos Óleos: relações sociais e alforrias na pia batismal - Freguesia de São Gonçalo (RJ) século XVIII* de Elizangela Melo e *Entre a Sombra e o Sol - A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo e a Crise Política Fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)* de Antônio Filipe Pereira Caetano. Com base nestes trabalhos, traçamos um breve histórico da fundação da freguesia de São Gonçalo. Certamente, seus recortes e fronteiras não são as mesmas de hoje. Sendo uma construção histórica transformada ao longo do tempo, passou a reunir as relações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma região importante para o abastecimento da Corte principalmente após a chegada da corte.

Ainda faltava descobrir a força política e o poder local que atuavam nesta região durante o espaço de tempo pesquisado, para tanto apresentamos no segundo capítulo “De caixeiro a barão: a trajetória de vida e investimentos de Belarmino Ricardo de Siqueira” apresentaremos através da análise de testamento e contestado inventário a vida do barão de São Gonçalo. Até o momento não existe nenhum trabalho que aborde a participação dessa figura na política, na economia e na sociedade do século XIX. Por esta razão, procuramos explorar ao máximo as informações obtidas no inventário e no testamento de Belarmino almejando mostrar como este personagem construiu sua riqueza. Sabemos ainda que tal desafio merece ainda uma pesquisa mais extensa. Contudo, trazemos aqui algumas pistas iniciais para reconstruirmos a trajetória de vida deste importante membro da classe senhorial, proprietários de terras, imóveis e variados investimentos. Como não poderia deixar de ser, Belarmino também possuía muitos escravos em suas diferentes fazendas.

No último capítulo “Capítulo III – Vivência e organização familiar no plantel do barão de São Gonçalo” através das informações provenientes do inventário e do testamento, analisamos a formação familiar no interior das propriedades de Belarmino Ricardo de Siqueira. Assim, nossa intenção foi fazer um estudo da família escrava entendendo-a a partir do lugar onde a mesma se encontrava, ou seja, o plantel de Belarmino, em São Gonçalo, no século XIX.

Tomando o cotidiano como espaço de embates, conflitos e negociações, onde senhores e escravos movimentam-se dentro das circunstâncias e oportunidades em que se achavam inseridos. Operando no recorte temporal entre os anos de 1820 a 1872, fase adulta do Barão, investigamos as redes familiares em suas propriedades e cruzamos os dados do inventário e do testamento com outros documentos como processos de tutela de ingênuos e registros de casamento libertos.

Pensando a sociedade escravista como aquela onde os sujeitos elaboram, nas suas práticas cotidianas, formas culturais de viver e experimentar a vida, e criam e recriam possibilidades para amenizar os laços da escravidão, o trabalho apresentado é resultado de algumas indagações surgidas durante a minha trajetória acadêmica ainda na monografia cujo tema foi os casamentos escravos na primeira metade do século XIX. Embora o tema sobre família já tenha sido objeto de interesse de outros autores, esta dissertação se destaca pelo fato de debruçar sobre uma região ainda pouco estudada e que serviu de ponte de escoamento de produtos e produção para a capital do Rio de Janeiro.

Capítulo I - Territorialidade em foco: A freguesia de São Gonçalo e sua relação com o Rio de Janeiro.

O município de São Gonçalo é, na atualidade, o segundo mais populoso do estado do Rio de Janeiro, emancipando-se de Niterói em 1943. Apesar de ser uma localidade com ocupação portuguesa antiga, ocorrida desde o século XVI, ainda se conhece muito pouco sobre sua história. Denise Vieira Demétrio afirma que entre 1565-1575, no contexto de fundação da cidade do Rio de Janeiro, foram doadas 111 sesmarias localizadas às margens da Baía de Guanabara com a intenção de formar um cordão contra os possíveis ataques de indígenas e estrangeiros.¹ Entre as sesmarias distribuídas estavam as terras que iriam formar o Birapitanga ou Suassunhão², mais tarde denominada de São Gonçalo: “do lado oriental da Baía de Guanabara, medindo 1.000 braças de frente para o mar por 1.500 braças de fundo para o interior numa região rica de pau-brasil, denominada Birapitanga”.³ Na época, a parte que mais progrediu foi doada a Gonçalo Gonçalves, em 06 de Abril de 1579, e hoje correspondente ao que da Praia da Luz ao centro de São Gonçalo.⁴

Nas terras de Gonçalo Gonçalves, às margens do rio Imboaçú (naquela época chamado de Suasunhão), foi erguida uma capela em homenagem a São Gonçalo do Amarante. Voltando um pouco à história de nosso sesmeiro, conta a lenda, que Gonçalo Gonçalves para se livrar de um naufrágio fez uma promessa ao seu santo de devoção. Como escapou da morte, deu o nome do “Santo - Aventureiro” a sua porção de terra. Em pouco tempo, ao redor da pequena igreja construída se formou um povoado. Em 1643, a capela foi elevada à paróquia, recebendo seu primeiro vigário o Padre João Bastos. A simples demarcação destas terras no mapa abaixo corrobora a importância alcançada pela localidade no cenário político, econômico e social da região do entorno da chamada Baía de Guanabara.

¹ DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII*. 2008. Dissertação de Mestrado. PPGH – UFF, Niterói. 2008.p.24.

²Disponível em: <http://www.vozdoamarante.com.br>.

³ BRAGA, M^a Nelma carvalho. *O município de São Gonçalo e sua História*. Niterói: Edição Independente, 2006.p.4.

⁴ *Ibidem*,p.60.

chamados “*bens de consumo indígena*”, entre eles a laranja, o aipim, o caju, o abacaxi e o pau-brasil.

Até meados do século XVII, além de Suassunhão, a região de São Gonçalo também foi denominada de “Bandas d’Além”.⁹ Com o passar dos anos, as freguesias do outro lado da Baía de Guanabara tais como Icaraí, Maruí, São Domingos, São Francisco, Jurujuba e Itaipu aumentavam suas lavouras e iniciaram a construção de pequenas manufaturas. Destas, a freguesia de São Gonçalo foi a que mais se destacou pelo avanço da produção agrícola e das possibilidades de fluxo mercantil.

O historiador Charles Boxer demonstrou que, no período de 1638 a 1642, partiram anualmente da baía de Guanabara em direção a Portugal uma média de 20 a 25 caravelas carregadas de açúcar, demonstrando a plena integração da capitania e de seu entorno ao sistema da grande lavoura canavieira. Em 1711, Antonil apontou igualmente para a prosperidade canavieira do Rio de Janeiro ao afirmar que a capitania já possuía, àquela época, 136 engenhos de açúcar. A historiadora Lina Silva também chama a atenção para o fato de que, desde o século XVII, ao redor da cidade do Rio de Janeiro, havia um grande número de cristão novos que se dedicavam ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar, com destaque para João Rodrigues Calassa, João Dique de Sousa e os irmãos Manuel do Vale da Silveira, Simão Rodrigues e José Ramires do Vale. Sendo que, a família Vale possuía quatro casas para o fabrico de açúcar que, em 1710, produziram 60 caixas, com trinta ou mais arrobas cada, 12 caixas de sobras e uma parte de açúcar mascavo, formando assim, um grande partido de senhores do açúcar.¹⁰

Fazendo referência à São Gonçalo, mais especificamente, o relatório do marquês do Lavradio (1778) coloca a freguesia em segundo lugar no que se refere a produção, com 623 caixas de açúcar e 451 pipas de aguardente, ficando atrás somente de Campo dos Goitacazes, que colocava no mercado 2.161 caixas de açúcar e 141 de aguardente.¹¹ Vejamos a tabela abaixo.¹²

⁹ Banda d’além se referia, nos séculos XVI e XVII, a todas as terras localizadas à frente da cidade do RJ, do outro lado da baía, desde a foz do rio Guaxindiba até Ponta Negra - Maricá, limite do termo do Rio de Janeiro na direção da capitania de Cabo Frio, penetrando pelo interior, pelo vale do Guaxindiba, até o lugar conhecido como Ipiúba. O termo era usado com frequência nas fontes da época, desaparecendo no final do século XVII.

¹⁰ SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da. *Heréticos e Impuros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.p.60.

¹¹ MELO, Elizangela. Os Santos óleos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro –FFP: Dissertação de Mestrado, São Gonçalo, 2011.

¹² MOTTA, Márcia. *Pelas “Bandas d’Além”. Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888)*. P.43.

Tabela I: Distribuição da produção açucareira do Rio de Janeiro em 1778

Distritos	Nº de engenhos de açúcar	Nº de engenhos de aguardente	Produção de açúcar por caixas	Produção de aguardente por pipas
S ^{to} Antônio de Sá	17	02	255	197
São Gonçalo	24	03	623	451
Maricá	30	02	551	320
Cabo Frio	08	10	117	14
Inhomerim	06	?	55	48
Irajá	27	02	537	329
Guaratiba	34	?	?	?
Campos de Goitacazes	168	09	2.161	141
Total	315	28	4.299	1.500

O crescimento da freguesia no século XVIII se torna evidente. Entre os anos de 1779 e 1789, São Gonçalo tinha uma população com cerca de 6.378 habitantes, enquanto São João Batista de Icaraí, Itaipu e São Lourenço dos Índios, localidades próximas, tinham 3.231; 1.279 e 170, respectivamente, totalizando 4.680 habitantes, 27% menos que São Gonçalo. Os dados também se confirmam no relatório de José de Souza de Azevedo Pizarro e Araújo, o Monsenhor Pizarro, de 1794. O cônego da Sé visitou a freguesia de São Gonçalo e contabilizou: 9 capelas ativas, 6 capelas inativas, e os seguintes limites territoriais:

A divisa desta freguesia é para o rumo de E, com a freguesia de N.S. do Amparo de Maricá, na distancia de 4 ½ léguas; para o rumo de W. e NW. Com o mar, na

distancia de ½ légua, ou pouco mais: para o rumo de N, com a de N.S. do Desterro de Itambi na distancia de 3 1/2 léguas; e o mesmo rumo é com a N.S da Piedade de Magepi na distancia de 2 léguas pelas ilhas de Jerobaibas: para o S. com a de S. João Batista de Carahy, na distancia de 1. ½ léguas: para o rumo de NE. Com a S. João Batista de Itaboraí, na distancia de 4. ½ léguas e deste modo vem a ter comprimento 5 léguas pouco mais, ou menos: e dentro destes limites se compreendem 12 Ilhas.¹³

Do lado leste da Baía de Guanabara, a posição geográfica da freguesia de São Gonçalo e sua extensa área fluvial serviam como rota de entrada e saída de produtos e transporte de passageiros. Monsenhor Pizarro em visita a freguesia no século XVIII relata o seguinte:

Esta possuía 790 fogos, ou mais, e neles sete mil e tantas almas sujeitas a sacramentos, por cujo motivo se devia dividir para dar largueza à outra paróquia, unindo-se-lhe uma parte da freguesia de São João de Itaboraí, como requereram outrora os povos de ambas (...). No território paroquial se acham 26 fábricas de açúcar, cinco de aguardente e sete olaria. A cana, o café, arroz, milho, feijão, e outros legumes, a mandioca, boa hortaliça, e frutas saborosíssimas de caroço e de pevide, são produções ordinárias do país, que levadas a qualquer dos 13 portos dispersos pelo interior da marinha, saem diariamente para a ribeira da cidade, onde se consomem.¹⁴

Em 1779, o mestre de campo Jorge Lemos Parady, relatou que:

constava São Gonçalo com 731 fogos; 20 engenhos de açúcar e 337 pipas de aguardente, e com a uma população escrava de 992 indivíduos. Enquanto Itaipu possuía apenas 107 fogos; 4 engenhos, com uma produção de 79 caixas de açúcar e 76 pipas de aguardente e 138 escravos.¹⁵

Quando mencionadas as outras freguesias próximas, temos as seguintes informações de Pizarro.

Freguesia de São João de Icaraí:

A povoação desta freguesia é de 2.770 pessoas de sacramentos, 410 menores, que juntas fazem o total de 3.180 almas em 503 fogos, sendo aliás uma delas m.¹⁰ maior; que pelos motivos já ponderamos em outras freguesias parecem tão diminuto [...] Só 3 fábricas d' açúcar se descobrem neste território [...] de água ardente há uma só¹⁶

Freguesia de São Lourenço:

¹³ PIZARRO, José de Souza Azevedo e Araújo. Monsenhor PIZARRO. *O Rio de Janeiro nas vistas pastorais de Monsenhor Pizarro. Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Volume II.

¹⁴ MELO, Elizangela. *Os Santos óleos*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro –FFP: Dissertação de Mestrado, São Gonçalo, 2011.p.45.

¹⁵ SOUZA, p.75

¹⁶ PIZARRO,P.285.

Em 45 fogos se compreendem 165 almas: destas são de sacramentos 126, e de confissão somente 39, não falando das de menor idade e ainda não sujeitas [...] Não tem irmandades, nem fábricas.¹⁷

Sabemos ainda, que a mão-de-obra utilizada não só nesta região, como em outras áreas do Brasil, era a escrava. Pelo fluxo da produção, deduzimos que a população escrava era bastante significativa nesta região. Segundo João Fragoso, o Rio de Janeiro do século XVIII apresentava características privilegiadas para o crescimento econômico. Segundo estimativas, em 1789 a população é de 168.709 habitantes, dentre estes, 82.448 eram escravo, ou seja, 48 % do total.¹⁸ Sabemos ainda, que cerca de 4 a 5 milhões de africanos centrais (abaixo do rio Zaire) alcançaram o nordeste do Brasil, onde o ritmo da escravidão girava em torno dos de origem África Ocidental (Angola e Congo) e que no decorrer do século XVIII número considerável de centro-africanos do sul foram mandados para o Rio de Janeiro, sendo distribuídos ao redor da Guanabara, que desenvolvia-se bastante economicamente.¹⁹

No final do comércio escravo transatlântico, nos anos de 1850, no Caribe espanhol, os centro-africanos formavam a mais recente e numerosa população de imigrantes entre os trabalhadores das fazendas [...] no nordeste do Brasil sua presença diminuiu a proporções insignificantes entre os escravizados da África Ocidental. Dessa maneira se juntaram às várias gerações de seus predecessores no maior fluxo de cativos do período numa complexa e crescente mistura de africanos entre os escravizados do Rio e de outras cidades, e das novas propriedades de café do sudeste.²⁰

Estima-se que, até 1811, 96,2% dos escravos africanos encontrados no Rio de Janeiro eram da região centro-oeste (Cabinda, Angola, Benguela e Congo Norte). Com o passar do tempo, esta porcentagem diminuiu, mas este grupo nunca foi menor que 66%. Diferentemente da Bahia, onde prevaleciam os africanos de origem ocidental, no Rio de Janeiro estes ocupavam apenas 6 ou 7% da população escrava, sendo 17% a 26% provenientes da África-Oriental (Moçambique, Quelimane, Malauí).²¹ Respeitando-se as devidas proporções, a província de São Gonçalo também se fazia presente em tal estatística e possuía uma população escrava africana considerável.

¹⁷ PIZARRO, P.274.

¹⁸ FRAGOSO, João. P.76.

¹⁹ MILLER, Joseph. "A África Central durante a era do comércio de escravizados, 1450-1850". In: HEYWOOD, Linda (Org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁰ *Ibidem*, p.46.

²¹ KARASCH, Mary. *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro em 1808, a cidade passou a ser o centro administrativo, financeiro e político do Império Português, neste período, ainda era detentor de terras na África e Ásia. A partir de então, a vida urbana na capital passou a contar com um banco oficial (Banco do Brasil), atividades industriais, serviços de imprensa, uma Faculdade de Medicina, a Academia Militar, sem falar das repartições administrativas e políticas, demonstrando grande crescimento. Para Maria Odila Dias, esse processo culminou na chamada *Internalização da Metrópole*,²² quando a partir do comércio de abastecimento para a nova corte imperial e incitando interesses mercantis no Centro-sul brasileiro, um número considerável de portugueses passaram a gerir seus negócios a partir daqui. Assim, “o mercado interno ganhou maior força, dando significado e valorizando áreas e produtos, o que exigia ainda mais terras e trabalho”.²³

De acordo com Francisco Carlos Teixeira, a distribuição das terras fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro se concentrou em quatro eixos principais. Nas quatro freguesias criadas pela Coroa em 1647 - Irajá, Santo Antônio de Cassaruba, Trairaponga e São Gonçalo - houve uma intensa atividade comercial e portuária e, por volta de 1779, a produção da cana-de-açúcar já possuía grande peso na economia regional do Rio de Janeiro. Assim como outras freguesias, São Gonçalo também desenvolveu uma economia pautada na mão de obra escrava e na produção de gêneros alimentícios, com destaque para o cultivo da cana. A economia da região também se expandiu com o aumento da demanda impulsionada pelos novos moradores que aqui chegaram com a corte portuguesa. Pouco tempo depois, em 1819, o antigo povoado de São Domingos passou a se chamar Vila Real de Praia Grande (mais tarde Niterói), anexando as freguesias de São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu, São dos Índios e São Gonçalo.²⁴

*Eu el Rei, faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que sendo-me presente em consulta da mesa do meu desembargo do paço a necessidade que há de se criar uma vila no sitio e povoação de São Domingos da Praia Grande do termo desta cidade, para melhor e mais pronta administração da Justiça, assim dos moradores da dita povoação com as quatro freguesias vizinhas de São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e de São Gonçalo...*²⁵

²² DIAS, Maria Odila L. “A interiorização da metrópole” In: MOTA, C.G. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectivas, 1972.

²³ In: *Modes de Governar* P.300

²⁴ Posteriormente conhecida como Niterói, Praia Grande serviu como rota de passeio e divertimento da Família Real, além de importante localidade de produção de alimentos de subsistência para abastecimento da corte. CAMPOS, p.25.

²⁵ ROHAN apud MOTT, Márcia. *Pelas “Bandas d’Além”. Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888)*.p.39.

Como se vê, às vésperas da Independência do Brasil, a freguesia de São Gonçalo passou a compor a Vila Real de Praia Grande (1819). Em 1834, já na Regência, a recém criada Vila Real de Praia Grande se tornou capital da província do Rio de Janeiro, tendo Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá, como seu presidente. Mais tarde, em 30 de abril de 1838, a freguesia de São Gonçalo ficou dividida em dois distritos separados pelo rio Guaxindiba.²⁶ Para José Antônio Soares de Souza, de todas as freguesias da Vila Real de Praia Grande, São Gonçalo era a mais significativa em termos de volume de produção de cana-de-açúcar e quantidade de engenhos existentes.²⁷ Este salto de importância política era esperado já que, desde fins do século XVIII, a economia da região se estabilizara com engenhos de açúcar e aguardente, além de lavouras de cereais, mandioca, legumes e frutas. O comércio e as atividades agrícolas se desenvolviam concomitantemente e as dezenas de barcos de transporte com gêneros e passageiros davam maior movimento ao litoral, colocando São Gonçalo em constante intercâmbio com os portos de diversas freguesias, incluindo a corte.

O comerciante inglês John Luccock, que esteve no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, relatou:

*São Gonçalo acha-se localizada, num terreno montante, perto da extremidade norte da montanha de Caaraí[...]Existem cerca de duzentas casas, das quais a maior parte pertencem à gente dos Açores ou descendentes deles que, embora residindo em sítios, para ali vêm por ocasião das festas religiosas. São notavelmente civilizados e ordeiros de tal maneira que fazem do local um dos mais agradáveis do país.*²⁸

Apresentando um breve panorama da geografia de São Gonçalo temos uma região integrada ao chamado recôncavo da Guanabara, freguesia da Candelária, centro da cidade do Rio de Janeiro. Considerada parte da Vila Real da Praia Grande, São Gonçalo possuía uma extensa rede hidrográfica formada pelos rios Bomba, Guaxindiba, Imboçu, Aldeia, Muriqui e Alcântara, além de intensa atividade portuária em meados do século XIX, principalmente através dos portos de Neves, Madame, Rosa, Novo, Porto da Pedra e de Guaxindiba. Nestes portos, além de escravos, recebia-se e enviava-se produtos, como laranja, cana-de-açúcar, aguardente,

²⁶ BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Falcão, 1998.p.56.

²⁷ SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real de Praia Grande á Imperial cidade de Niterói*.Niterói: Fundação Niteroiense de Artes: 1993.

²⁸ SOUZA apud Luccok.p.78.

mandioca e banana para o Rio de Janeiro e outras localidades.²⁹ Quanto aos portos, podemos encontrar no Almanaque Laemmert as seguintes informações referentes ao destino da produção Gonçalvesense:

Porto do Coqueiro: no Barreto, recebe quitandas todos os dias que transporta para a Corte;

Porto do Barreto: fica em frente ao largo do mesmo nome, recebe quitandas que transporta todos os dias para a Corte;

Porto Velho: lugar antigo tem algumas casas de negócios, recebe quitandas todos os dias, sendo sua maior parte criação e ovos que transporta para a Corte.³⁰

O movimento dos portos dá a indicação de que, com as modificações ocorridas na Corte devido a chegada da família real, a produção das “áreas rurais” e seu escoamento voltaram-se para o abastecimento desta cidade. De acordo com Marcia Motta, a compreensão da dinâmica local tem seu ponto de partida nas transformações porque passou a região nodal. “Tínhamos assim, o Rio de Janeiro como centro receptor dos produtos das freguesias rurais de ‘Bandas d’Além, assumindo o papel da região nodal e o centro abastecedor, as freguesias rurais, como região funcional”.³¹ Podemos entender região nodal como o espaço definido, administrativamente ou não, como *locus* legislativo de políticas resultantes de ações recíprocas das atividades econômicas e sociais de uma cidade ou polo. Em outras palavras, a noção de região está baseada nas interações, “entre lugares e o grau de ordem de relacionamento de um lugar com outro, e um único lugar é identificado como dominando todos os outros”.³²

Dentro de uma região funcional, a intensidade de interações econômicas são mantidas internamente, inerentes à determinado grau de dependência, mantendo relação com um polo definido como hierarquicamente superior, “composto por áreas ou lugares que tem maior interação ou conexão uma com a outra do que com áreas exteriores”.³³ Compartilhando da lógica apresentada por Marcia Motta, podemos dizer que São Gonçalo, assim como Vila Real da Praia Grande do qual fazia parte, estavam integrados e participavam da economia da região funcional da Corte, cidade do Rio de Janeiro.

²⁹ BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Falcão, 1998.

³⁰ MOTTA, P.19.

³¹ P.20.

³² MOTTA, P.20

³³ Idem

Segundo Roquinaldo Ferreira, a cachaça teve um importante papel no que diz respeito às estratégias dos negociantes do Rio de Janeiro para financiarem suas transações com escravos nos sertões angolanos. Tal produto despontava entre os mais exportados e sua propagação confundiu-se com a própria fase comercial do tráfico. A geribita (ou jeribita), termo como a cachaça ficou conhecida em Angola, era consumida nas tavernas de Luanda e Benguela e usada para pagar tropas e milícias. Sua centralidade, contudo, estava “relacionada com o papel de moeda de troca no interior, onde [as geribitas] eram indispensáveis no ‘pacote’ de mercadorias trocadas por escravos, os banzos”.³⁴ Dos benefícios da produção da cachaça no Rio de Janeiro, Roquinaldo Ferreira diz que:

*Assim como os fumos baianos, as geribitas tinham atributos imbatíveis em relação aos outros produtos trocados por escravos. Sendo praticamente um subproduto do açúcar dos engenhos, apresentavam grande vantagem devido ao baixo custo de produção. Ainda no Brasil, proporcionavam um aumento de 25% nos lucros brutos dos engenhos e podiam atenuar as perdas no caso de eventuais crises econômicas.*³⁵

O baixo investimento, os altos lucros e a facilidade de conseguir a geribita numa região especializada na produção da cachaça nas últimas décadas do século XVIII, motivava os negociantes do Rio de Janeiro a manterem sua parte no tráfico de escravos. De um total de 191 navios aportados na capital de Angola durante a década de 1760, 53% saíram da Baía de Guanabara, 24,5% da Bahia e 22,5 % do Recife. Estes números refletem o destino dos escravos embarcados em Luanda no mesmo período: 48,5% para o Rio de Janeiro, 20,5% para a Bahia e 24,5% para o Recife.³⁶ Isto também significa dizer que a população africana transformava-se em grande consumidora de álcool e a cachaça passava a fazer parte do dia a dia das senzalas.

Voltando a freguesia de São Gonçalo, podemos observar que, embora produzisse boa quantidade de gêneros alimentícios, o volume desta produção não era expressivo. Como observou Stuart Schwartz, somente após 1808, é que se observa o redirecionamento da região buscando suprir o aumento da demanda por gêneros alimentícios em consequência do desenvolvimento dos centros urbanos. Estes centros

³⁴ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônia: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.346.

³⁵ Ibidem

³⁶ MARQUES, Camila Moraes. *À Margem da economia: cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense (1800-1888)*. Dissertação – PPGH-UFF. Niterói, 2011.p.50.

urbanos foram criados, basicamente, pela economia de exportação e geraram mercados internos que exigiam víveres provenientes da economia rural, assim como produtos diversos oriundos dos comércios internacional e colonial.

Por trás da expansão da economia escravocrata de exportação do Brasil [...] permanece a história complexa e menos conhecida do crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional.³⁷

No relatório intitulado “Informações sobre as diversas fazendas situadas e confrontadas com o mar no distrito de São Gonçalo”, de 1808, preparado pelo Coronel Luiz França da Fonseca, estão mapeadas as fazendas localizadas no entorno da Baía de Guanabara e seus proprietários. Das 26 descritas pelo autor, 17 estão em estado de decadência e destas 12 entregues a arrendatários.

Na relação geral que se acompanha a este se compreendem as fazendas que se acham fronteira ao mar e dão comodidade para o desembarque, conforme vão notadas (...). Além disso devo dizer que todo este solo é abundante de água, muito fértil, principalmente para pomares e hortas que são cultivadas com sucesso, ainda que frouxamente e sem métodos (...). Neste distrito não há terreno algum sem proprietário.³⁸

O viajante inglês John Lucock nos deixou um importante registro:

cedo, na manhã seguinte, a fim de aguardar ao ‘feitor’ como por aqui lhe chamam, embora com certo incômodo para nós outros, fomos a fazenda encontrando-a em excelente ordem, com boas safras de mandioca, milho, abóbora, melancias e feijão. As árvores frutíferas, embora pequenas ainda, estavam sob boa direção; todas elas haviam sido sabiamente enxertadas, estando várias experiências em curso, em que se utilizam os ramos de uma fruta e os galhos de outra.³⁹

Baseada em Von Thunen e no esquema dos seis anéis agrários, Marcia Motta apresenta os diferentes tipos de economia que podem existir ao redor das grandes cidades entendidas como zonas de consumo.

- > Primeiro anel: produtos que não suportam transporte demorado – verduras, frutas, flores e leite;
- > Segundo anel: silvicultura;
- > Terceiro anel: colheita de cereais e raízes;

³⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Tradução: Jussara Simões. Bauru, SP: ed. EDUSC, 2001. P. 129

³⁸ MOTTA, p.47.

³⁹ Ibidem. p.48

- > *Quarto anel: sistema de afloramento, a terra é usada alternadamente;*
- > *Quinto anel: sistema de três campos com alqueire;*
- > *Sexto anel: criação de gado.*

A freguesia de São Gonçalo, como podemos observar, de acordo com este esquema agrário, tinha sua economia no século XIX baseada nos produtos do primeiro anel, cultivando frutas e verduras, buscando aprimorar os produtos, por meio de uma agricultura intensa e tendo a possibilidade de melhorar a economia local devido a rota portuária da região.

De 1819 até 1890, São Gonçalo esteve diretamente ligada a Niterói, representando 65% do território deste, assim sendo, os proprietários das terras gonçalenses faziam-se representar na Câmara Municipal de Niterói. No século XIX já se constituía pelas suas agências de poder público, inspetor de quartirão, agentes de polícia, contava com quatro escolas - duas femininas e duas masculinas, numero ampliado para seis em 1873. Em termos populacionais, temos os seguintes dados, em 1821, havia 64% de escravos contra 36,2 % de livres; em 1840, 58% da população era de escravos que trabalhavam em sua maior parte na lavoura. Dezoito anos mais tarde, este número foi reduzido em 3%, caindo para 55%, e, em 1872, despencou para 32%.

José Antônio Soares de Souza no livro da *Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*, apresenta dados importantes, retirados de anúncios de jornal, sobre a economia gonçalense no XIX. O primeiro relata a Fazenda das Neves, posta a venda em 1836, com os seguintes atributos: 7 a 8 mil pés de café, árvores frutíferas em grande quantidade, água em abundância, casa de vivenda forrada, assoalhada e envidraçada. O segundo, publicado no Jornal do Comércio em janeiro de 1839, falava sobre a Fazenda em Itaoca:

Linda e vistosa situação, com uma grande casa nobre (uma das melhores daquele lugar), com cômodos suficientes para uma numerosa família, com lindo porto de embarque, muito rico; pomar bastantes árvores frutíferas; boas terras para arroz, e hortaliças em abundância. O sitio é bastante saudável, quer pelo aprazível local, como pela fresquidão dele, por ser constantemente soprado pelos ventos, tem uma boa fonte de água para beber e barcos para vir a cidade vender quitandas. Vende-se com alguns escravos ou sem eles.⁴⁰

Soares de Souza registra os “muitos pés de cafés e senzala para pretos em terras do Barreto, no distrito de São Gonçalo”⁴¹, além da seguinte descrição no Jornal *O Despertador* de 5 de agosto de 1840 que vale reproduzir na íntegra:

⁴⁰ P.154

⁴¹ ibidem

Rica situação – Vende-se uma rica situação em São Gonçalo, em terras do Engenho Pequeno, com casa de vivenda, edificada de pedra e cal e com cômodos para numerosa família, senzala de sapê, roda e forno, e prensa para fazer farinha; 15.000 pés de café, dos quais já se colhem 500 arrobas; mandiocal que dá mais de 150 sacos de farinha, grande pomar de laranjas seletas e da China, limões doces, limas, algum mato virgem, pequeno campo e boa água. Esta situação vende-se a vista ou a prazo⁴².

O que queremos demonstrar é que, talvez o cultivo do café não tenha sido tão intenso e forte em São Gonçalo quanto o da cana-de-açúcar durante o século XIX, todavia, o desenvolvimento cafeeiro também atingiu nossa região de estudo, favorecendo o domínio dos médios e grandes proprietários, das propriedades localizadas próximas aos portos e das trocas políticas e de poderio que marcaram o Império Brasileiro num processo de fortalecimento recíproco. Beneficiada pela política imperial, a elite imperial formada por grandes proprietários, comerciantes, negociantes e burocratas, visava manter os privilégios e os ganhos nesta política de “ajuda mútua”.

Cultivado no Brasil desde o século XVIII, o café passou de produto secundário à principal num espaço de tempo relativamente curto. Além disso, permitiu a entrada da economia Imperial no mundo dos negócios. Avançando, nas palavras de Ilmar Mattos, “serra acima” na direção do Vale para Leste, encontrou vias de penetração pelo território fluminense. Por Barra do Pirai se uniu à Vassouras, se espalhou para Valença, terras mineiras, Paraíba do Sul e Paraíba. Nas margens mineiras e do Rio Paraíba encontrou-se a Leste com São Gonçalo e Cantagalo, em seguida Itaocara, Cambuci e São Fidélis. Pelo lado Oeste, alcançou rumo a Mendanha, Itaguaí, Resende, Bananal e Oeste paulista.⁴³

Neste processo de crescimento, os portos localizados em São Gonçalo funcionavam escoando produtos. No entanto, a expansão cafeeira pelo planalto se fazia por terras com mais rapidez. A construção de ferrovias na segunda metade do XIX passou a unir os centros cafeeiros aos portos para exportação, contribuindo também para a expansão da escravidão. Neste período, já estava estabelecida nas terras de São Gonçalo uma sociedade mercantil e escravista que, embora tivesse na cana-de-

⁴² Ibidem, p.154

⁴³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.p.70.

açúcar sua principal base econômica, cultivava também outros gêneros agrícolas para o abastecimento do mercado interno.

Ao iniciarmos nossa pesquisa tínhamos optado por trabalhar somente com São Gonçalo do século XIX nas questões sociais, econômicas e políticas, contudo, ao longo do trabalho percebemos a importância e o pequeno número de pesquisas dedicadas a esta região. Observamos ainda, que é complexo compreender a dinâmica local sem apresentarmos sua estrutura original. Assim, tornou-se fulcral entender como se deram as questões sobre abastecimento, mão-de-obra, política, poder e economia deste importante local de produção de açúcar.

A historiografia vem se dedicando a análise regional, contribuindo assim, para o preenchimento de lacunas mais gerais. Esta análise como estratégia de pesquisa permite rever certas conclusões generalizadoras, já que, se baseia num intenso levantamento e tratamento de fontes e aportes teóricos que dialogam com o que se chama de macro. No final dos anos 1970, Carlo Ginzburg começou a defender um paradigma essencialmente centrado nos detalhes e indícios dos rastros individuais.⁴⁴ Para esse autor, os fragmentos tidos para alguns como marginalizados desvendariam realidades ocultas, dificilmente percebidas nas análises da historiografia ancorada no estruturalismo. Espada Lima nos lembra que uma história constituída na dissecação dos vestígios já era uma lição antiga, defendida inclusive por Marc Bloch.⁴⁵

Ginzburg reafirma as intenções de Bloch, e corporifica uma determinada maneira de produzir história. Nela, o “*excepcional*”, se torna bastante relevante, exatamente por contradizer velhos paradigmas e fundar novas possibilidades de análise. A redução da escala implica necessariamente na escolha de uma determinada dimensão do objeto de estudo. Para Jacques Revel, a escolha de sujeitos específicos, ou grupos circunscritos, não contradiz uma análise do todo social. A escolha de grupos familiares, ou de indivíduos específicos, busca recuperar a multiplicidade de espaços sociais nas quais estes sujeitos se inserem.⁴⁶

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *Micro-História e outros ensaios*. RJ: Bertrand, 1989.

⁴⁵ LIMA, Henrique Espada Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro; ALMEIDA, Carla. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*.

⁴⁶ REVEL, Jacques. “*Micro-análise e construção do social*”. In: _____. (Org.) Nessa lógica, podemos dizer que o local pode ser entendido como uma das diversas escalas que o pesquisador almeja trabalhar. FIGUEIREDO, Haydeé, REZNIK, Luiz; GONÇALVES, Márcia de A. “Entre Moscas e Monstros: Construindo Escalas, Refletindo sobre História Local” In: *Anais do IV encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, Coleção Trabalhos Acadêmicos-Científicos, Série Eventos Acadêmicos, 2000.

“Região” é um termo de complexa definição, pois, depende de critérios e conceitos que precisam ser entendidos de acordo com determinado momento histórico, fazendo com que haja diferentes noções para tal. As diferenciações territoriais são resultantes das inter-relações entre aspectos sociais, econômicos e culturais que dialogam com as possibilidades do espaço físico e suas tendências produtivas. . Isso não quer dizer que essa noção de região prescindia de base territorial, mas, sobretudo, de pensar seu espaço como socialmente construído, tendo em vista que, região é o espaço construído por diferentes classes que também são construídas e que mantêm posições que lhes permitem conhecer a eficácia de estratégias de lugar ocupado, assegurando interesses, demarcando fronteiras entre grupos e espaço, como lugares ou locais reificados.⁴⁷ Desta forma, concordamos com Bourdieu ao afirmar que a própria noção de região e localidade é um estado de interesse simbólico e material, pois “não há nada, nem mesmo as paisagens, ou os solos, caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais”.⁴⁸ Portanto, o espaço não é artificial aos agentes históricos ou simplesmente um elemento natural, físico. Ele é um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território.

Demonstrando o papel desempenhado pela freguesia de São Gonçalo no quadro da sociedade escravista do Rio de Janeiro, pretendemos contextualizar, dar vida e significado, as histórias que serão contadas nos capítulos a seguir. Nossa intenção foi - além de analisar as tessituras familiares de um determinado plantel e demonstrar a existência e importância da família para aquela comunidade escrava - estabelecer relações entre a economia da região de São Gonçalo no século XIX e a construção da fortuna familiar do proprietário de tal escravaria, no caso aqui estudado, Belarmino Ricardo de Siqueira.

⁴⁷BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In : *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.p.115.

Capítulo II - De caixeiro a barão: A trajetória de vida e investimentos de Belarmino Ricardo de Siqueira.

O objetivo deste capítulo é fazer uma descrição pormenorizada do personagem Belarmino Ricardo de Siqueira, barão de São Gonçalo, através de dois dos seus documentos cartoriais principais: inventário e testamento. Valorizando sua trajetória de vida, investimentos econômicos, políticos e sociais buscar-se-á entender que elementos tornaram possível à construção da riqueza deste membro da classe senhorial do Império.

*

Aos 9 de setembro de 1873, em Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro, falecia aos 82 anos, de “amortecimento cerebral,”⁴⁹ Belarmino Ricardo de Siqueira. Tratava-se do então, Barão com honras de Grandeza de São Gonçalo. Tal personagem reunia também as insígnias de comendador da Imperial Ordem da Rosa, grande do Império, comandante superior da Guarda Nacional e muitos outros qualificadores que o caracterizavam como pertencente à classe senhorial do Império.

Em razão do agravamento de sua moléstia aos 19 de dezembro de 1872, alguns meses antes de morrer, já se achando “adoentado, porém de pé e em meu perfeito juízo”,⁵⁰ Belarmino solicitou ao tabelião Francisco Manoel de Proença Roza que comparecesse em sua casa a Rua do Imperador n° 26 para que fosse lavrado seu testamento. Fazendo sua profissão de fé, afirmou que pretendia morrer como Católico Apostólico Romano. Declarou-se natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth-Saquarema, solteiro, e “neste estado me tenho conservado sem ter filhos e por isso, não tenho, digo, não tendo descendentes em testamento que por direito possam herdar meus bens...”.⁵¹ Instituiu como inventariante de todos os seus bens sua irmã Anna Izabel Sodré e Souza e para seus testamenteiros e herdeiros, por ordem de preferência, seus sobrinhos Major Carlos de Sá Carvalho, Belarmino de Sá Carvalho e seu amigo Clemente José de Góes Vianna.

⁴⁹ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Testamento do Barão de São Gonçalo. 1872.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

Seu testamento abre ao historiador um leque de possibilidades de análise. Para nós, torna-se importante levantar os investimentos de Belarmino nos âmbitos econômico, político e social que fizeram deste ator, desempenhar importante papel na sociedade da época, alcançando o único baronato, com honras de grandeza, da região estudada

Belarmino e suas aquisições: Fazendas e imóveis urbanos

Belarmino Ricardo de Siqueira nasceu em Saquarema, no dia 8 de fevereiro de 1792. Era filho legítimo do coronel do Regimento N 1 da Cavalaria da 2ª Linha da Corte, Carlos José de Siqueira Quintanilha e de d. Maria Antônia do Amaral, neto do tenente Carlos Correia de Siqueira Coutinho e de d. Jerônima Teresa de Abreu Rangel, do capitão Antônio Dias Delgado de Carvalho e de D. Catarina Isabel Maria da Vitória. Era, portanto, descendente da família de povoadores do Rio de Janeiro que aqui estiveram desde o século XVI.⁵² Bisneto de Sebastião de Siqueira Lordelo Madureira e de d. Catarina Correia Coutinho, de João de Torres Quintanilha, dos mestres de campo Antônio Dias Delgado de Carvalho e João de Abreu Pereira, de d. Bárbara de Matos Lousada e d. Escolástica Ferreira Drumond.

Apesar da descendência da família Quintanilha de Saquarema acima descrita, Belarmino Ricardo de Siqueira herdou somente uma parte da Fazenda Morro Alto que, se comparada com o montante das propriedades de seu inventário, pode ser considerada somente uma pequena parte da fortuna que acumulou durante a vida. A fazenda lhe coube após a morte de sua mãe quando, atuando como testamenteiro, repartiu com seus irmãos os bens por ela deixados. Foi testamenteiro também de seu cunhado, Antônio Joaquim da Silva Tibre, onde ficou encarregado de ser tutor de sete sobrinhos menores. Sobre eles, Belarmino alega que: “inteirou em seus quinhões hereditários o que lhes couberam na partilha a que se precede em tempo competente e deles recebeu quitações em juízo, assim como da meação da terça dos bens do casal.”⁵³ Afirma ainda, ter pago “todos os legados e cumpri todas as mais disposições testamentarias”⁵⁴. Além da mãe foi testamenteiro, em comunhão com sua irmã D.

⁵² BARATA, Carlos Eduardo, BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*.

⁵³ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

⁵⁴ Ibidem.

Mariana Teodora de Abreu e Sousa, de seu cunhado e amigo o Comendador e membro da diretoria do Banco do Brasil (que se fundiu ao Banco do "Brasil de Mauá" gerando o terceiro Banco do Brasil em 1854) e representante do ex- BCRJ Baltazar Jacóme de Abreu e Sousa, que junto com a genealogia Quintanilha e uma das mais antigas famílias do Rio de Janeiro, como consta na obra do Carlos G Rheingantz, cuja partilha se acham todos os beneficiados pagos e inteirados de seus quinhões.

A análise dos bens arrolados no inventário de Belarmino Ricardo de Siqueira mostra que aos poucos, grandes extensões de terras foram adicionadas a parte herdada fazenda Morro Grande. Demonstrando ainda, que Belarmino comprou partes dos outros herdeiros até ter a posse total da fazenda da família. Observamos ainda, que esta propriedade rural não constituía a maior parte do monte-mor do barão de São Gonçalo que apresentava uma fortuna bastante diversificada.

Cabe, então, perguntar que estratégias de acumulação de riqueza foram utilizadas por este personagem da classe senhorial do Império? Como este homem conseguiu alcançar o posto de grande do Império?

Durante alguns anos de sua vida, Belarmino trabalhou como caixeiro para o Brigadeiro da freguesia da Candelária Domingos José Teixeira, por indicação de seu pai coronel Carlos José de Siqueira Quintanilha. Tal fato era uma prática comum entre famílias que se dedicavam ao comércio e mantinham algum tipo de relação de amizade. Indicava-se alguém de confiança, geralmente um jovem, para aprender um ofício no comércio. A atividade de caixeiro exercida por Belarmino não era de pouca importância, pois era responsável pela escrituração das compras, vendas, recebimento e pagamentos.⁵⁵ Em geral, os caixeiros viviam intensamente uma vida comercial e contábil. Por conta da rede de negociação em que eram introduzidos, conheciam muita gente importante, o que contribuía para o estabelecimento de relações de camaradagem e solidariedade no futuro. Quando os caixeiros conseguiam se tornar homens de negócios, a rede criada nos tempos anteriores atuava como articuladora indispensável para o estabelecimento de novos negócios e sócios. As redes de amizade e a ajuda mútua constituídas se perpetuavam no tempo e traziam benefícios para todos os envolvidos.

Os jovens caixeiros, responsáveis por manter em dia o orçamento e o saldo do comércio varejista ou atacadista, mesmo tendo um trabalho pesado e sem muito tempo

⁵⁵ PINTO, Lis Maria Silva. Dicionário. 1832

livre estabeleciam relação de camaradagem que se desenrolavam mais tarde na vida comercial. A ascensão na carreira dependia de dedicação e habilidade para no futuro, se tornarem sócios de seus antigos patrões, ou melhor ainda, ter ser próprio negócio.⁵⁶

Este foi o caso do futuro barão de São Gonçalo que, possuindo instrução elementar, se tornou caixeiro e conquistou na prática do trabalho a arte de vender, comprar e fazer bons negócios. Ainda jovem, conseguiu cativar a amizade e proteção do brigadeiro Domingos José Teixeira. Suas atividades lhe proporcionaram a convivência em círculos políticos, intelectuais e capitalistas que foram de grande valia para os negócios e a política no futuro. A gratidão pelo antigo patrão que lhe iniciou no mundo dos negócios fica evidente em seu testamento, quando Belarmino deixa para as duas filhas do brigadeiro, D. Anna e D. Maria, a quantia de 1\$000 para cada uma. Contudo, pouco ainda se sabe sobre o período em que atuou como caixeiro.

Em 1826, com 34 anos, Belarmino já tinha adquirido recursos suficientes para comprar porções de terras em Araruama. Sua estratégia foi a de privilegiar propriedades que faziam fronteiras com a herdada de seus pais, aumentando assim o tamanho da fazenda Morro Grande. A primeira compra foi a D. Aguida Correia de Sousa, viúva do tenente Coronel Aleixo Manoel de Mello. Depois, em 12 de março de 1827, foi a vez de Francisco Antunes Rangel e sua mulher venderem sua propriedade na região. Desde então, os investimentos de Belarmino em terras não pararam. Em 1833 e 1845, somou à sua fortuna mais 800m², tendo o terreno 220 metros de testada e 1.650 de fundo, respectivamente, ficando com a seguinte proporção:

Em 12 de abril de 1860, tendo de testada 2.090 metros e de fundo 3.300 metros, confrontando hoje na testada com a data da comprada a Dionísio Gomes dos Santos, com terras da órfã de Dorotéia da Silva Pereira, com a data comprada a Antônio Luiz de ? com terras de Antônio Luiz de Oliveira e Dr. Maria Idelfonso da Silva Lemos Penna, do outro lado, com terras que foram de João Pedro Cordeiro e hoje de Belchior Antônio Joaquim da Silva e nos fundos com terras Antônio Pereira dos Santos. Manoel Alves de Mello e viúvo de Antônia Rodrigues do Couto. Avaliamos por 14.250,000. Quatorze contos 250 mil réis.⁵⁷

Morro Grande, também conhecida como Fazenda Morro Alegre ou Vista Alegre, se tornou uma propriedade voltada para o abastecimento interno, cultivando cana, milho, café e mandioca, com ênfase na produção de açúcar. A fazenda possuía

⁵⁶ Osório, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: Formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil na América Portuguesa. In: *Revista Brasileira de História*. SP: ANPUH, v.20, n° 39, 2000, pp.100-134.

⁵⁷ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário do Barão de São Gonçalo. 1874.

casa de vivenda, casa de fabricação de destilação de aguardente, depósitos para armazenamento, casa de máquina à vapor e senzala “com quatro janelas para o campo e para o terreiro”.⁵⁸ Com a extensão territorial de aproximadamente 800m², a fazenda Morro Grande também cultivava café em um quarto de todo seu terreno. Todos os investimentos aqui mencionados fizeram com que, em 1844, Belarmino Ricardo de Siqueira já fosse apresentado no Almanack Laemmert como fazendeiros de café e cana.

Através de seu inventário, é possível colocá-lo como um mega-proprietário de escravos⁵⁹ pois, em 1876, somente na lavoura de Araruama, possuía 105 escravos. Em Morro Grande havia ainda 75 carros de boi para aragem e transporte dos produtos. O cultivo da cana de açúcar se faz evidente pelo arrolamento de máquinas e utensílios próprios para o depósito do caldo; tachos de ferro, barris, prensa, bomba de prensa e máquina a vapor para moer a cana e extrair seu caldo. Alguns destes objetos também foram usados para a fabricação de farinha de mandioca, aproveitada no consumo interno e venda. Mesmo não sendo possível saber exatamente os dados da produção desta fazenda, pode-se perscrutar que tenha sido substancial. Acreditamos ainda, que a existência de uma máquina a vapor entre os bens arrolados no inventário demonstra um grande investimento em tecnologia na busca de aumento da produção e da produtividade.

A trajetória de investimentos de Belarmino Siqueira não se inicia em 1826, quando herda parte da fazenda Morro Grande dos pais. Oito anos antes de receber a herança (1818), ele já havia adquirido terras na Freguesia de Nossa Senhora de Cordeiros - São Gonçalo, na Cidade de Niterói, região que se tornou central para seu enriquecimento. Vejamos os empreendimentos realizados por ele.

Em 1818, com somente 26 anos, Belarmino comprou terras de Luiz Carr Ribeiro e José Luiz Pereira de Brito, e, em 31 de outubro de 1821 negociou com seu sobrinho L. R da Silva Manoel, neto do Coronel Carlos José Da Silva Quintanilha, outra propriedade na região de São Gonçalo. Em 1835, comprou três lotes de terras, que, na avaliação feita por Policarpo Barboza em 1874, eram de “14.739.912 metros ou hectares que correspondem a 3.018.000 braças quadradas ou a um terreno que tem

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo, vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Para Salles existiu 5 grandes grupos de proprietários. Microproprietários aqueles que possuíam de 1 a 4 cativos; pequenos de 5 a 19 escravos, médios de 20 a 49; grandes de 50 até 99 e megaproprietário com 100 ou mais escravos.

2.012 braças correntes de testada com 1.500 braças (léguas) de fundos e valendo 20.000 cada braça corrente de testada com 1.500 de fundos”⁶⁰. A avaliação à época foi de quarenta contos e duzentos e quarenta mil réis (40\$240), sem contar com as benfeitorias. As mesmas terras foram dadas ao registro público em 28 de outubro de 1856, na forma do artigo 93, do regulamento dado para execução da lei nº 601 de 1850.

Ao que parece, Engenho Novo do Retiro também tinha uma produção substancial. Contava com o trabalho de 111 escravos quando da morte do barão, a maior parte destes tinham como ofício o serviço de lavoura. Além disso, possuía 94 cabeças de gados para o transporte, máquinas para moer e utensílios para o trabalho de roça. Engenho Novo foi descrita em inventário da seguinte forma:

*Casa principal de Vivenda tem 31,45 metros de largura e 10 metros de comprimento [...] Casa de varanda com 11,80 metros de comprimentos e 48,40 metros de largura [...] Casa de Fábrica, coberta de telhas, com ? pilares e tijolos, onde está a máquina a vapor de moer canas, taxos para apuração de caldo, compartimento para a ? de assucar, alambique para a destilação de aguardente e mais dependências[...]Casa de fabricação de farinha de mandioca e milho, casa que sobe o mesmo teto tem compartimento para mais ? enfermaria, ?, estribaria e ferrária[...] Telheiro, casa para serrar madeira, casa de campo, casa da ponte na estrada de Cordeiros, casa na estrada...*⁶¹

Em 28 de outubro de 1872, alguns meses antes de falecer, Belarmino arrendou as terras do Engenho Novo do Retiro e do Morro Grande por nove anos ao seu sobrinho e afilhado, o Major Carlos de Sá Carvalho, por escritura pública. Na primeira propriedade, estavam inclusos no arrendamento, 72 bois, 19 vacas e crias, 52 ovelhas e carneiros, 6 porcas e dez leitões, 2 bestas de celas e 2 de carga, 8 bestas para carros e 28 escravos. Talvez por já estar doente, o barão de São Gonçalo teve a preocupação de atestar que, em caso de seu falecimento antes de findado o contrato, o arrendamento continuaria a vigorar com algumas modificações relativas ao pagamento dos 8\$000 pela terra que passaria a ser feito da seguinte forma: 1\$000 em favor do major Carlos de Sá Carvalho (arrendatário), 1\$000 a cada uma das irmãs: D. Carlota Joaquina de Sá Carvalho, D. Balbina Benedicta Quintanilha e D. Maria Feliciano Tibre, e finalmente 4\$000 a irmã D. Anna Izabel Sodré e Souza”. No entanto, depois de:

Findo o contrato da escritura de arrendamento ficará a Fazenda do Morro Grande pertencendo de legítima propriedade com toda a força que então existir ao meu dito

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

*sobrinho e afilhado Major Carlos de Sá Carvalho e a Fazenda do Engenho Novo com toda a força de terras e benfeitorias, no estado que então existir ficará pertencendo a usufruto a minha irmã D. Anna Izabel Sodré e Souza, enquanto for viva e por sua morte, visto não ter herdeiros legítimos ficará pertencendo de legítima propriedade a meus sobrinhos, Belarmino de Sá Carvalho, com a condição de entregar um conto de réis anualmente a seu irmão e meu sobrinho e Doutor José de Sá Carvalho.*⁶²

Os membros que compunham a classe senhorial investiam na compra de móveis, louças, indumentárias, jóias e outros objetos que remetia ao luxo europeu, “os objetos e bens listados nos inventários de grandes proprietários do início e de meados do século são fontes importantes para percebermos a valorização do luxo no interior da residência e nas formas de conviver no ambiente privado”⁶³. Os móveis da casa onde residia, na fazenda Engenho Novo, foram contabilizados no inventário em 6\$356, destacando-se estatuetas em porcelana, móveis em mármore, de jacarandá, cerejeira e mogno, espelhos de venezias, pinturas, candelabros de prata e outros ainda com de *soillette de crable, toilette de crable, chaise long e psyché*. Assim, a fazenda não será mais vista somente como um lugar de trabalho e produção, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples fazendeiro para membro da base social do novo Império.

Analisando as informações referentes à propriedade de terras no inventário e testamento do barão de São Gonçalo, pode-se verificar que a aquisição de novas terras para o cultivo de açúcar, cereais e outros gêneros alimentícios se deu em paralelo ao crescimento populacional e urbano da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX.

Desde a chegada da Família Real portuguesa, a demanda por alimentos e gêneros de primeira necessidade aumentou significativamente devido ao grande número de famílias que migraram para a corte. O Rio de Janeiro passou a ser o centro administrativo, financeiro e político do Império Português, onde foram criados: banco oficial (Banco do Brasil), atividades industriais e serviços de imprensa, Faculdade de Medicina, Academia Militar e repartições administrativas, políticas e intelectuais.

A análise das datas e dos tipos de investimentos realizados por Belarmino indica que ele soube aproveitar bem a nova situação conquistada pelo Rio de Janeiro e áreas do entorno, como Niterói, Araruama e São Gonçalo, onde possuía propriedades. Beneficiadas por serem próximas a corte, essas localidades tiveram suas economias

62BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

63 MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica Imperial. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf

aquecidas através da produção de açúcar e derivados, café e gêneros alimentícios, voltados principalmente para o abastecimento interno, modificando a geografia econômica e os espaços políticos regionais.

É verdade que com a chegada da Família Real o número de habitantes no Rio de Janeiro aumentou significativamente, ampliando a demanda por mercadorias, gênero de consumo e aquecendo o mercado interno. Assim, foi preciso investir e aumentar a produção interna. Segundo Alcir Lenharo, com a chegada da corte criou - se um ponto de preocupação com a questão do abastecimento, era preciso, “socorrer a cidade de mantimentos.”⁶⁴ Logo, o crescimento da demanda e a falta de alimentos foram preocupações reais da coroa portuguesa.⁶⁵ Segundo Lenharo, neste contexto, a produção de subsistência e sua rota de distribuição colocou em destaque áreas interioranas, produtoras de gêneros de primeira necessidade, como as que Belarmino possuía propriedades. Para o autor, as fontes de abastecimento podem ser divididas em três.

A primeira considerada como externa, responsável por prover a corte de azeite, vinho, azeitona, vinagre, bacalhau e trigo, sendo Lisboa e a cidade do Porto as maiores exportadoras. A segunda, de cabotagem, com núcleo principal no Rio Grande do Sul para fornecimento de carnes salgadas, couro, trigo e peixe. A terceira, formada pelas áreas mais próximas da Corte, distribuíam milho, feijão, mandioca, café e hortaliças, além do centro de Minas que exportava gado, carneiros, toucinhos e galinhas.⁶⁶

Para Maria Odila Dias toda essa movimentação e reorganização econômica culminou na chamada *Interiorização da Metrópole*,⁶⁷ que a partir do comércio de abastecimento para a nova Corte Imperial, incitou os interesses mercantis no centro-sul, e fez “o mercado interno ganhar maior força, dando significado e valorizando áreas e produtos, o que exigia ainda mais terras e trabalho.”⁶⁸ Durante a administração joanina, a regularização do mercado da Corte foi orientada para atender a demanda consumidora que, com a abertura dos portos em 1810, expôs o mercado carioca a flutuações e a crises. Tal

⁶⁴ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.p.43.

⁶⁵ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.p.09.

⁶⁶ Ibidem. Ver Também: Mattos, Ilmar. *O tempo Saquarema*.

⁶⁷ DIAS, Maria Odila L. “A interiorização da metrópole” In: MOTA, C.G. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectivas, 1972.

⁶⁸ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A Questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *Modos de Governar*. Rio de Janeiro: Alameda, 2007.p.300.

aspecto, obrigou o príncipe regente a incentivar a produção de gêneros de primeira, além de tentar resolver o problema de escoamento da produção, abrindo caminhos e novos portos para a regularização do fluxo de mantimentos para o mercado carioca.

A análise da trajetória de investimentos de Belarmino Ricardo de Siqueira demonstra que entre 1826 e 1871 esse personagem investiu em aquisição de terras. Nestes quase 50 anos, em termos econômicos, ele acompanhou desde a chamada “recuperação agrícola” vivenciada com a vinda da corte e o incremento do mercado interno, passando pelo crescimento e consolidação do açúcar para consumo interno no Rio de Janeiro, até a ascensão do café como principal produto de exportação na balança comercial brasileira. Contudo, o tino comercial de Belarmino o levou a diversificar. Outro setor em que investiu foi o de imóveis urbanos, permitindo não só que aplicasse seu capital, mas também que gerasse renda através da cobrança de aluguéis.

Belarmino realizou várias aquisições habitacionais na Corte: “uma morada de casa de sobrado de três andares na Rua do Rosário e outra de dois andares”.⁶⁹ Apesar de não sabermos ao certo quando foram construídas, a quantidade de imóveis urbanos demonstra que este passou a ser um setor de investimento importante para a estruturação de sua fortuna. Pela avaliação feita pelo juiz Manoel Araújo da Cunha em 1874, ele possuía ao menos 9 imóveis, totalizando o valor de oitenta e nove contos de réis (89\$000.000). Observamos ainda, que tais empreendimentos seguiam o padrão “assobradado”. Vale a pena destacar alguns:

01-Beco dos Adelos casa de sobrado nº 1 tem de frente 6m27 cm e de fundos 2 m e 2 dc, sua formação em todas elas de ° e frontais de tijolo, com duas portas nas lojas e duas janelas de peitorais no sobrado e uma porta nas lojas para a rua do [SIC] para onde também dá frente, tudo em portais de madeira, lojas com um cômodo para negócio e o sobrado amplo em salas, tudo apalhado e forrado, precisando de reformas no terreno.

02-Imediata

03-Assim mais no mesmo bens avaliamos a casa de sobrado nº 3 que tem de frente 4m e 3cm e de fundos 2m e 24cm sua formação em todas elas, peitorais e frontais de tijolos com duas portas nas lojas e duas janelas no sobrado, tudo com portais de madeira. Sendo tanto as lojas como o sobrado [SIC] cada uma em sua salas, tudo apalhado e forrado. Precisando de conserto, terreno [SIC] e lhe damos o valor de cinco contos de reis

04-Mais assim no mesmo beco avaliamos a casa de sobrado nº 3 A, a qual tem de frente 4m e 7cm e de fundos 2m e 5dc. Sua formação em todas elas, pilares e

⁶⁹ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

frontais de tijolos com três portas nas lojas, sendo uma mais pequena e duas janelas. No sobrado tudo com portais de madeira.. As lojas em uma sala só e outras no sobrado tudo apalhado e forrado precisando refazer e sendo edificadas em terreno, lhe damos o valor de cinco contos de réis

05-Na mesma forma, em seguida a esta e no mesmo beco avaliamos a casa de sobrado n° 5 que tem de frente 4m 47cm e de fundos 2m e 5 dc, sua forma em todas elas e de pilares e frontais de tijolo com duas portas e duas janelas. No sobrado tudo com portais de madeira, com uma sala nas lojas e outras no sobrado, tudo apalhado e forrado, precisando de reparos, terreno, lhe damos o valo de cinco contos de réis.

06-Imediata desta, no mesmo Beco dos Adeles avaliamos a casa de sobrado n° 5 A a qual tem de frente 4m e 73cm e de fundos 2m e 75cm. Sua formação em todas elas pilares e frontais de tijolos com três portas nas lojas sendo uma mais pequenas e duas nas janelas. No sobrado tudo em portais de madeira divididas as lojas em uma sala, no sobrado em outras destas tudo apalhado e forrado, precisando de reparos, terreno, lhe damos o valor de 5 contos de réis.

Sabemos que o Beco ou Travessa dos Adelos, hoje conhecida como Travessa do Tinoco, ligava a Rua do Rosário e a Primeira de Março. Na época, era uma passagem onde homens e mulheres vendiam roupa usada, trastes, ferro velho e emprestadores de dinheiro por penhores ofereciam seus serviços.

... as casas de adélos fi-nuravam, naquelas alturas, exibindo a cúpidas vistas grosseiras roupas superpostas em estreitas prateleiras... e os expeditos caixeiros, de mangas arregaçadas e calças curtas, sem meias e de tamancos, enfiavam a cabeça por baixo (dos balcões), faziam rabo de arraia pulando para dentro e para fora, trazendo e levando fazendas, servindo à tumultuaria freguezia, entre reclamos, descomposturas e blasfêmias...⁷⁰

Encontramos ainda, um imóvel de sua propriedade no Largo de São Joaquim e um sobrado de dois andares com algumas casas que serviam de depósitos ao fundo, uma na Avenida Nossa Senhora dos Passos e outra na Rua do Rosário N°38.

Casa de sobrado com três andares a qual tem de frente 7m e de fundos 13m e 63cm. Sua formação na frente pedras e cal com um portão e duas portas. Nas lojas, três portas de sacada com grade de ferro. No primeiro andar e três ditas, com ditas no segundo, três janelas de peitoral no terceiro andar, tudo com portais de contarias. Nas paredes laterais e fundos, pedra e cal, pilares e frontal de tijolos e do mesmo estuques suas divisões.

As lojas todas [SIC] em armazém apalhadas e forradas. O primeiro andar dividido em salas, alcovas e cozinhas, tudo apalhada e forrada, com um pequeno mirante em cima da cozinha que faz frente para as áreas, precisando todas as casas de reparos e lhe damos o valor de 30 contos de réis.

Essas ruas estavam próximas a importantes edifícios e serviços públicos relacionados às áreas comerciais da corte, como a Alfândega, o Mercado de Peixe e as Docas. As ruas e travessas estreitas concentravam grande número de comércio varejista e

⁷⁰ Sobre as ruas da cidade do Rio de Janeiro e seu público ver: <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-mercado.html>; http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101442/sao_sebast_rj_terras_fatos.pdf

atacadista. O Largo de São Joaquim (atual Regente Feijó), por exemplo, era ocupado por atividades comerciais de embarque e desembarque de mercadorias, com grande trânsito de escravos carregando pesados fardos, e cortava desde o Morro do Conceição até a atual Presidente Vargas. Já a Rua do Rosário, próxima ao Beco dos Mercadores, tinha um perfil de comércio mais sofisticado, o imóvel de Belarmino tinha como vizinhos, Guidin, alfaiate francês, especializado em cortes de veludo e pano com bordas em ouro, o Café Francês de M^{me} Victorine e do médico da Família Real o Dr. José Francisco Sigaud, de Benjamim José Dia, proprietário de um armazém de café no n° 33, Joaquim de Rocha Paris (n°58) e Manoel Cordeiro dos Santos (n°52) e como inquilino, registrado no Almanak Laemmert o negociante estrangeiro Elias Alkain.⁷¹

Embora a principal rua fosse a Candelária, centro político e comercial da Corte, observamos que as ruas onde o barão comprou imóveis, formavam o núcleo do Paço Imperial. Estas ruas estreitas, com casebres e sobrados, serviam de elo para as principais artérias, como a Alfândega, Ouvidor e Direita, todas elas com predominância comercial. Contudo, muitas vezes, essas casas comerciais se misturavam a residências e poderiam gerar bons lucros para seus proprietários por meio da cobrança de aluguéis. Era usual que nas casas de sobrado - contínuas e estreitas, construídas de tijolos, pedra e cal - a parte térrea fosse usada como loja e os pavimentos superiores moradias.

Verificamos ainda, que as Ruas do Rosário, Passos, São Joaquim e Adelos, onde os imóveis de Belarmino estavam localizados, serviam de caminho para as mais importantes e prestigiadas igrejas da cidade, tais como, a Nossa Senhora da Candelária, Igreja do Carmo, Igreja de Nossa Senhora dos Mercadores e muitas outras. Tal fato confirma a hipótese de uso dos imóveis para aluguéis comerciais, pois as cercanias das igrejas eram locais de grande quantidade de passantes e, portanto, bons pontos comerciais.

Infelizmente, no que se refere ao ano de compra não sabemos quando foram adquiridas, mas tudo nos leva a crer que estes imóveis urbanos foram comprados paralelamente a expansão de suas fazendas, já que na lógica dos negócios vigente era importante atuar em várias áreas da economia. Além disso, com a proibição do tráfico negreiro em 1830, parte dos comerciantes da elite mercantil buscaram canalizar seu

⁷¹<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394b&pesq=rua%20do%20ros%C3%A1rio%20n%C2%B0%2038>

dinheiro em prédios urbanos, tornaram-se proprietários e construíram fortunas por meio de aluguéis, o que Frágoso chama de “fortunas rentistas”.⁷²

Através da análise de seu inventário, podemos dizer que Belarmino fez investimentos diversificados. Talvez num primeiro momento, tenha investido fortemente na manutenção e aquisição de propriedades rurais, passando para uma segunda etapa quando os negócios no meio urbano se tornaram mais rentáveis. Neste momento, foi a hora de dar mais atenção ao setor imobiliário, adquirindo construções tanto em Niterói - Capital Provincial - quanto na Corte.

As casas de Belarmino na Rua do Rosário, Rua dos Passos e Largo de S. Joaquim, constam em seu testamento como pagas. Contudo, em seu inventário, foi possível descobrir que as mesmas foram quitadas por recibos de 132\$000, 74\$400 contos de réis e 120\$000, respectivamente, em 26 de junho de 1874, após a sua morte, durante o correr do processo, por seus inventariantes e herdeiros.

Ainda sobre imóveis urbanos, sabe-se que o barão de São Gonçalo possuía, em Niterói, 24 prédios urbanos e um palacete. Na Rua Visconde Uruguai era dono dos imóveis de nº 97 ao 113 e 120 a 125, praticamente toda uma avenida, da casa de nº 3 da Rua São João e a de nº 60 na Visconde de Itaboraí. Pela descrição dos avaliadores percebemos que estes ainda tinham estruturas lineares, porém, todos eles com dois ou mais corpos de edificações, alcovas, quintal e acomodações para os escravos:

Prédio nº 107 da Rua Visconde de Uruguai, com 7,8 metros de largura e 19 metros de comprimento[...] e finalmente o quintal até a Rua Visconde de Itaboraí com mais três quartos para acomodações de escravos .

Prédio nº 111 da Rua Visconde de Uruguai com 6,62 de largura e 20,80 de comprimento, portas, duas janelas de frente com portais, corredor de entrada, sala de visita, alcova, sala de jantar, área entre as alcovas, corredor interno entre as alcovas, outros cômodos com 2,44 metros de comprimento, tendo duas áreas ao lado e dando entrada para o segundo corpo de edificações com 6,87 de comprimento, acompanhando sala de[SIC], quarto, cozinha, e o quintal até a Rua Visconde de Itaboraí com mais três quartos para acomodações de escravo.⁷³

Já as casas da Rua do Imperador, do lado par, Belarmino possuía as de número 18 ao 34, 62 e 64. Dentre elas, encontramos algumas casas assobradas, pintadas com cal e feitas com pedras, ornadas com portais de madeira, tendo quintais e algumas ajardinadas.

⁷² FRAGOSO, João. & MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e Elite Política nas últimas décadas da escravidão - 1850-1880.*

⁷³ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

Sobre estas, dizia ele em testamento: “foram por mim mandadas edificar as casas que possuo em Niterói[...]todas construídas pelo mestre de obras José Pereira que de tudo foi integralmente pagas e me passou um recibo geral.”⁷⁴ O número 26, era descrito como um “prédio assobradado com 9,46 de largura e 18 de comprimento até os arcos, com uma porta e três janelas de frente, corredor de entrada, sala de visita, duas alcovas, sala de jantar e duas alcovas, um corredor entre duas áreas com 3,62 metros de comprimento e 1,50 de largura com um segundo corpo de edificação com 7,68 de comprimento, contendo três quartos, duas saletas, um corredor, seis quartos para banheiro e latrina, cozinha e dispensa.”⁷⁵ Havia ainda mais uma “meia água ao lado da cozinha com quatro compartimentos para escravos, puleiro, estribaria e cocheira com dois quartos de frente para a Rua Visconde de Itaboraí e, finalmente, o quintal.”⁷⁶ O imóvel foi avaliado por quinze contos de réis.

Sabemos que deixou para sua irmã D. Anna Izabel as casas da Rua do Imperador nº 26, Visconde do Uruguai (Antiga El Rey) nº 117 alugada a época para Custódio José Vieira e a do Visconde do Uruguai nº 108, que foi do Comendador Joaquim Nunes de Carvalho, recebendo ainda os alugueis da casa da Rua São João alugada a primeira escola por 100 mil réis mensais. Para D. Balbina Benedicta Quintanilha os prédios nº 3 e 5 do beco das Adelos, hoje travessa Alfandega.

A leitura atenta de seu inventário demonstra que a cobrança de aluguéis passou a ser uma renda significativa para o barão de São Gonçalo, pelo menos depois idoso. Em seu inventário, há indicação de recebimento de aluguel referentes a 34 diferentes imóveis, o que embasa a hipótese acima de que, pelo menos a partir da década de 1860, sua principal fonte de riqueza foi a renda de aluguéis. Dos ditos imóveis, 10 são localizadas na Rua Visconde de Itaguay (do nº 97 ao 113 e do 120 ao 125), com o rendimento de 13.770\$000 para o período de outubro de 1873 até setembro de 1874. As casas de nº 76, 86, 96,107 e 109 da Visconde de Uruguai rendendo 258\$990 réis mensais. As construções da Rua do Rosário, Presidente Pedreira e Rua do Comércio (1.1 A, 3.3 B, 5.5 A), apesar desta última não ter sido encontrada na avaliação do espólio, apresentavam recibos de pagamento de aluguel. Já as casas da rua Passos nº 174 e São Joaquim nº 55 renderam de outubro até dezembro de 1873, 3.830\$000 réis e de janeiro a junho de 1874, o valor subiu para 5.783\$000 réis. Não sabemos as razões porque algumas casas não foram declaradas no

74 BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

inventário apesar do mesmo trazer uma riqueza de detalhes tão grande, contudo os recibos demonstram que os rendimentos dos mesmos eram de Belarmino, pois, como demonstrado acima, constam como parte do espólio.

Desde a segunda metade do século XIX, foram impressas nas ruas das cidades, um conjunto de normativas e incrementos que implicavam diretamente na forma e na vida urbana, provocando grandes transformações no cotidiano de seus habitantes, a regulamentação da energia elétrica, o abastecimento de água, as noções de saneamento básico e a implementação de transporte público, são exemplos dessas alterações tanto em Niterói, sede da província, como a Corte passaram por momentos de reestruturação. Não sabemos quando Belarmino iniciou seus investimentos urbanos, contudo este, sem dúvida, foi um setor bastante lucrativo que aparece em seu inventário como sua principal fonte de renda em 1873. Pela localização mais popular, podemos lançar a hipótese que as casas do Beco dos Adeles possam ter sido um investimento de início de vida, quando ainda era caixeiro. Mas, é apenas uma suposição. O que se sabe ao certo, é que Belarmino tocou investimentos tanto em terras para plantio, quanto em imóveis urbanos durante quase toda a vida. Seu inventário demonstra que alguns imóveis haviam sido adquiridos recentemente, pois ainda havia cotas de prestações a pagar. Neste momento de vida, já idoso, arrenda suas propriedades rurais a pessoas de sua confiança. Somadas aos aluguéis de casas e sobrados, estas rendas lhe garantiam fortuna e status social condizentes com a dos considerados “grandes do Império”.

Belarmino na política

Nascido em fins do século XVIII, no ano de 1792, Belarmino vivenciou momentos políticos, econômicos e sociais diversos. Aqui iremos contextualizar as transformações ocorridas a cerca da política e da escravidão.

Como sabemos, na primeira metade do século XIX, a pressão inglesa contra o tráfico de africanos marcou o governo de d. João, que assinou o Tratado de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade, estabelecendo a gradual extinção do tráfico negreiro para a colônia. Alguns anos mais tarde, já com o país independente de Portugal e sob o comando de D. Pedro I, o dito tratado foi renovado, oficializando a proibição do comércio transatlântico. Em 1830, durante a regência Trina Permanente, decretou-se o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil, estabelecendo severas penas aos envolvidos neste negócio. Todavia, na prática, a lei continuava não sendo

cumprida. Grandes proprietários e negociantes de escravos, principais interessados neste negócio, usaram todos os meios ilícitos para burlar a fiscalização do acordo. Em 1845, vendo o não cumprimento do que foi acordado e buscando uma maneira de erradicar definitivamente o comércio transatlântico de africanos, a Inglaterra decreta a Bill Aberdeen que considerava legal todos os apresamentos de navios negreiros, feitos pela armada britânica.

De fato, a década de 50 foi decisiva para os fazendeiros e futuros investidores. Além do primeiro Código Comercial estabelecido pela Lei 556 e baseado em códigos do comércio de países como Portugal, França e Espanha, uma série de leis e tratados foram criados. Em 4 de setembro de 1850, sob liderança do grupo político dos Saquaremas, o Brasil decretava o fim do tráfico de escravos com a lei Eusébio de Queirós. Desde então, passava a ser considerada pirataria e sujeitava a punições aqueles que a desrespeitassem. A lei foi aprovada pela pressão inglesa e causou um grande desconforto para proprietários, comissionários e traficantes, principais beneficiados da exploração da mão de obra africana naquele momento. Com a proibição do tráfico, o preço dos escravos disparou. Todavia, em contrapartida, ao extinguir o tráfico internacional, estimulou-se o tráfico interprovincial, fazendo com que os fazendeiros nordestinos de zonas economicamente decadentes passassem a vender seus escravos para as áreas cafeeiras do sudeste em ascensão.

O ano de 1850 também foi marcado pela Lei de Terras, a primeira tentativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. A partir de então, somente por meio de compra registrada em cartório é que alguém poderia ser considerado dono de terras. Esta mudança no âmbito do registro de propriedade pode ser vislumbrada tanto no testamento, quanto no inventário Belarmino Ricardo de Siqueira. A todo o momento é mencionado que, suas propriedades tinham registros aprovado por esta lei. Não podemos ignorar que, libertos, pobres e imigrantes tinham reduzidas possibilidades de aquisição de terras, trabalhando muitas vezes como agregados e pequenos arrendatários em grandes e médias propriedades.

Tanto na Fazenda Engenho Novo do Retiro (São Gonçalo), quanto na Morro Grande (Araruama), o barão de São Gonçalo consentiu pequenos trabalhadores arrendatários: "Deixo a cada um dos meus arrendatários, tanto de uma, quanto de outra fazenda que pelos meus testamenteiros forem julgados necessitados e pobres, o valor do arrendamento de um ano, que estiverem devendo até o tempo de meu

falecimento.⁷⁷" Pelo testamento, podemos inferir que a parcela de terra alugada não era das menores e que os arrendatários seriam liberados de pagar pelo ano em que o óbito do barão ocorresse.

De acordo com Márcia Motta, “nas primeiras décadas do século XIX, a permissão de plantar em terras alheias já correspondia ao pagamento de renda monetária”⁷⁸. Como era o caso de Marcolino, aguardenteiro e casado. Com seu trabalho qualificado, possuía um roçando de terra da Fazenda Engenho Novo, provavelmente usava as máquinas e os tachos para preparar sua cachaça. É possível que seu material próprio de trabalho fosse a enxada, foice, facão e que, neste espaço, tenha construído uma pequena casa para viver com sua família e alguma plantação.

Entre a nobreza e o cativo, podemos identificar entre os segmentos intermediários os diferentes tipos de trabalhadores livres. Sobre os pertencentes aos segmentos subalternos da sociedade brasileira, os trabalhadores que Schwartz denominou de “assalariados” eram os que tinham mais acesso à mobilidade. Para explicar melhor como se formaria este grupo, cabe transcrever um trecho de Schwartz relativo às regiões rurais:

*Os trabalhadores de campo eram quase sempre escravos, em geral negros, e predominantemente africanos; os senhores de engenho eram invariavelmente livres e brancos. Porém, nas funções intermediárias – administrativas, técnicas e artesanais – havia indivíduos livres, libertos e cativos, brancos, pardos ou negros. Bem no coração da economia açucareira existia um grupo de trabalhadores que, por sua própria existência, corroboravam o sistema escravista sobre o qual a indústria açucareira se alicerçava, constituindo-se em exemplos de mobilidade e progresso aos cativos.*⁷⁹

Era grande a diversidade de trabalhadores assalariados nos engenhos. Entre eles, cabe citar: os especialistas no fabrico do açúcar e os feitores, que eram contratados em base anual e tinham importância fundamental no funcionamento do engenho. Eram divididos em: mestre de açúcar, banqueiro (assistente noturno do mestre de açúcar), o caixeiro do engenho, o purgador, os caldeireiros, os aguardenteiros, etc. Apesar de serem contratados em base anual, poderiam receber

⁷⁷BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Inventário do Barão de São Gonçalo.

⁷⁸Através da análise dos inventários, entre os anos de 1830 a 1849, na freguesia de São Gonçalo (que nesta época incluía a área da posteriormente criada freguesia de Cordeiros) levantamos os dados de 107 arrendatários. Destes, 93 declaravam pagar renda aos donos das fazendas em que se localizavam suas parcelas.

⁷⁹SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.216.

salário em alguns meses, como forma de adiantamento Estes profissionais constituíram, segundo Schwartz, o que parecia ser um “segmento privilegiado da força de trabalho”, por causa da garantia de emprego (embora que por um tempo determinado) e pela proximidade no relacionamento com os senhores de engenho. Devido a pouca frequência na mudança de empregador e à considerável possibilidade de fazer alguma economia, tais profissões ficaram conhecidas como “ofícios regulares”⁸⁰

Para os fazendeiros das freguesias rurais de Niterói, o problema não residia apenas na proibição do tráfico negreiro. O que estava em jogo era a própria perpetuação dos grupos sociais dominantes. Para que os fazendeiros continuassem a deter o poder sócio-econômico local a que estavam acostumados, era preciso que exercessem não só o controle sobre o acesso à terra, mas também o controle da comercialização e do financiamento da produção. Isso se tornou possível devido a dois fatores: a) a cessação do tráfico negreiro provocou um aumento dos preços dos gêneros alimentícios; b) os pequenos arrendatários, em face de uma nova conjuntura, endividaram-se com os proprietários e comerciantes.

A década de 1850 também foi importante em termos de diversificação e investimento de capitais no Brasil. Muito empreendedores brasileiros decidiram investir seus capitais aqui, fazendo com que se multiplicassem o número de bancos, companhias de seguros, empresas industriais, dentre outras que passaram a oferecer seus serviços nas ruas do Rio de Janeiro e das cidades da província. Contudo, todo este crescimento necessitava ser acompanhado por uma infraestrutura de escoamento de produtos, principalmente se pensarmos no café, cujas exportações estavam em alta no mercado internacional. Inúmeros eram os problemas que afetavam a regularização do fluxo dos gêneros de abastecimento e exportação, talvez a principal fosse a condição das estradas.

Em 1855, foi organizada a Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, organizada pelo Desembargador Joaquim José Pacheco, juntamente com o Conselheiro Antônio Barbosa. Entre seus principais acionistas se destacava o Tesouro Fluminense, com 1.500 ações, Barroso e Irmãos com 650 e o Comendador Joaquim Breves com 400. O Barão de São Gonçalo foi vice-presidente e diretor da dita Companhia, segundo consta em seu testamento. Junto com seu amigo Antônio Joaquim Braga, investiu mais de 30\$000

⁸⁰ Ibidem, p263.

cada um. O capital total da empresa na época foi calculado em 2\$400 réis, dívidas em 12 mil ações de 200\$000 contos cada.

O objetivo da estrada era conduzir passageiros e cargas em carros de 4 rodas puxados por animais. A estrada foi dividida em 4 partes; a primeira da vila de Mangaratiba até São João de Príncipe, depois de São João a Pouso Seco e por fim Pouso Seco até Barra Mansa. A primeira ficou pronta para rodagem, porém as demais não chegaram a ser construídas por esta licitação.⁸¹ De acordo com as palavras do Barão, “todos os esforços e trabalhos pra levar a efeito esta empresa, nada pude conseguir[...]sobre a falência desta companhia existem documentos comprobatórios de que eu e meu dito amigo Dias Braga e outros administradores pagamos pela Província do Rio de Janeiro”⁸², com promessa de sermos restituídos. No entanto, até 1874, a restituição não havia ocorrido, ficando a Santa Casa de Misericórdia o direito a restituição, que com os juros calculados da Cia de Transporte somaram 26.866\$220.⁸³ As 10 apólices especiais que restaram passaram a pertencer sua irmã, D. Anna Izabel.

Ao que parece, o período em que foi diretor e presidente da Estrada de Mangaratiba não rendeu bons frutos ao Barão. Como demonstramos, ele não recebeu a restituição “em tempo a quantia de cinquenta contos de réis por uma letra de receita com todas as formalidades pelo Tesouro da diretoria Provincial do Rio de Janeiro o qual até o presente não tem sido paga”.⁸⁴ Para ajudá-lo neste processo, contratou o conselheiro Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, Visconde de Niterói, Ministro da Justiça e Senador, deixando em testamento, “a quantia de seis contos de réis, em lembrança e memória do bom e generoso serviço que me prestou como advogado no processo de falência da Companhia da Estrada de Mangaratiba”.⁸⁵

No Correio Mercantil⁸⁶, um dos acionistas reivindica seus investimentos na dita Companhia:

Que fim levou a Companhia de Mangaratiba? Onde está a sua diretoria? É uma pergunta que se faz geralmente na praça do Rio de Janeiro, sem que ninguém

⁸¹http://books.google.com.br/books?id=gxA-AQAAMAAJ&pg=PA437&lpg=PA437&dq=antonio+joaquim+braga+estrada+de+mangaratiba&source=bl&ots=6FDVXzq9aM&sig=tXQ_3I170o7kINL1bCGQMDNaDtM&hl=pt-BR&sa=X&ei=ZyDCUrvtDMz6kQeDu4CwBA&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q=antonio%20joaquim%20braga%20estrada%20de%20mangaratiba&f=false

⁸² I BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário do Barão de São Gonçalo.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Testamento do Barão de São Gonçalo.

⁸⁶ <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=Companhia%20Inhomirim>

*possa responder-lhe de modo que satisfaça. É certo, que seus acionistas já tenham despendido 1.200:000\$, pois tal é a importância de cinco estradas de 10% realizada sobre os valor nominal de suas ações. Existe que a estrada feita na 1ª secção é que é explorada por conta da Companhia, dando um rendimento que não pode ser muito insignificante, à vista da grande quantidade de café que por ela desce para o Porto de Mangaratiba...dizem ser a melhor obra deste gênero que existe no Império...*⁸⁷

Além da Cia de Mangaratiba (1855), de acordo com o Almanak Laemmert⁸⁸, Belarmino também foi diretor da Companhia Estrada Magé e Sapucaia em 1856. Para ocupar este cargo, o indivíduo deveria ter mais de 20 ações e o direito a 7 votos para eleger tesoureiro, secretário, presidente e diretor, o que nos dá uma ideia do prestígio e fortuna que possuía a época. O contrato dava direito aos empresários e investidores de cobrar taxas de barreiras para quem usasse a estrada, sendo que essas cobranças estariam entre 60\$000 e 100\$000 mil contos de réis.

Ao que tudo indica esta empresa não teve um começo fácil. Em abril de 1846, os investidores da Cia procuraram a Assembleia Legislativa Provincial para apresentar os problemas técnicos enfrentados na construção da via, quando esta estava quase completa. Segundo eles, a largura não correspondia ao estudo inicial e não seria viável o fluxo de carros. Mesmo não cumprindo com os acordos feitos por contratos, o governo aumentou em mais dois anos o prazo para a construção da mesma via, contribuindo também com o capital de 200 contos de réis para a drenagem de pântanos.⁸⁹ Mesmo com o prazo maior a obra não foi concluída. Aos poucos o coronel Guilherme Pinto Magalhães, por meio de edital de arrematação, tornou-se administrador e principal beneficiado da construção. Em 1855, a via atingiu seu melhor desenvolvimento. Foi aberta uma estrada entre Petrópolis e Paty dos Alferes e iniciada a obra entre Cantagalo e Nova Friburgo. Sobre o Barão de São Gonçalo, o inventário só nos permite saber que, quando o mesmo foi aberto, Belarmino já não possuía mais ações. Contudo, como afirma José Mindlin, zonas que se serviam a antiga estrada da Sapucaia foram abandonadas após a chegada da Estrada D. Pedro II, o que talvez justifique a venda das ações pelo barão.⁹⁰

Contudo, se na Cia de Mangaratiba e na Companhia Estrada Magé e Sapucaia Belarmino ocupou os cargos de diretor e presidente, além de importante acionista,

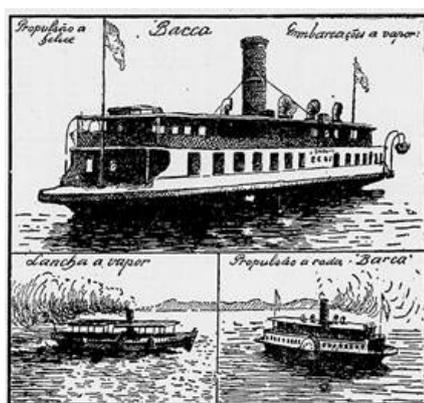
⁸⁷ <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=Companhia%20Inhomirim>

⁸⁸ <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394b&pesq=Companhia%20Estrada%20Mag%C3%A9%20e%20Sapucaia&pasta=ano%20185>

⁸⁹ Relatório do Presidente da província do Rio de Janeiro. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/776/>

⁹⁰ MINLIN, José. Estrada de Ferro de Theresopolis. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00478200/004782_COMPLETO.pdf

houve casos em que o barão de São Gonçalo se restringiu à comprar ações somente como investimento. Em 1817, o governo concedeu permissões para a navegação a vapor na Baía de Guanabara, sendo a primeira delas para a Cia de Navegação de Niterói (1834)⁹¹, a Companhia Inhomirim (1840) e a Companhia Niterói – Inhomirim, que fazia o tráfego entre Rio de Janeiro, Porto das Caixas, Estrela, Niterói.⁹² Não sabemos exatamente quando Belarmino comprou ações destas empresas, mas certamente eram investimentos que davam mais lucros que as falidas companhias terrestres, tendo rendido 26.866\$220, somente em juros, a seus herdeiros, conforme espólio.



Modelo de Barca da Companhia Niterói – Inhomirim.

Em 1854, Belarmino Ricardo de Siqueira fundou o Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro (BRHRJ), onde atuou como presidente ao lado da diretoria formada por João Pedro Saião (Barão do Pilar), João Batista Fonseca e Antonio Ribeiro Forbes, em sociedade anônima, organizada com o capital inicial de 8\$000. O BRHRJ foi o primeiro estabelecimento bancário do Rio de Janeiro a emprestar dinheiro aceitando como garantia hipotecas de bem de raiz e de propriedades urbanas e rurais.⁹³ Podemos citar ainda, Jerônimo José Júnior (Visconde do Cruzeiro), Henrique de Almeida

⁹¹ possuindo “três barcas (Nichteroyense, Praia Grande e Especuladora) que trafegavam de hora em hora, com a capacidade de 250 passageiros, no período das seis da manhã até as seis da tarde” <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/A%20hist%C3%B3ria%20do%20transporte%20aquavi%C3%A1rio%20na%20ba%C3%ADa%20de%20Guanabara%20Uma%20an%C3%A1lise%20da%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20Capital%20privado%20e%20Poder%20p%C3%ABlico%20no%20planejamento%20de%20transportes%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>

⁹² Ibidem, p.05. realizando pequenas carreiras de navegação para pontos do litoral fluminense, não demorou muito para que elas se unissem e formassem a “Esta nova Companhia, além de manter as viagens para Niterói e para os principais portos do fundo da baía, que a esta altura representavam os principais pontos de embarque e desembarque, sobretudo de produtos como o café do Vale do Paraíba e a cana de açúcar” Em 1865 encerrou suas atividades em razão do surgimento das barcas a vapor da Companhia Ferry, a mesma responsável pelo traslado do corpo do Barão, mais rápida, confortável e com capital americano iniciou suas atividades em 1862.

⁹³ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, do Banco rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Curitiba ABPHE, CD- Rom.

Regadas, capitalista casado com Feliciano Tibre (irmã de Belarmino), José Peixoto de Faria Azevedo, Dr. Cândido José Cardoso e outros que participaram da diretoria do Banco Rural Hipotecário. Além disso, o barão de São Gonçalo possuía 10 ações no Banco do Brasil com o valor nominal de 160\$000 réis, 25 no Banco Comercial com o valor de 210\$000 réis, 13 no BRHRJ no valor de 114\$500 réis.

Componente de uma classe senhorial, entendida aqui a partir do conceito proposto por Ilmar Mattos, na qual a mesma abriga a classe proprietária com suas diversas frações: profissionais liberais, fazendeiros, negociantes, funcionários públicos, o barão de São Gonçalo direcionou seus investimentos para diferentes campos. Começou sua carreira no ofício de caixeiro, herdou terras e investiu na compra de mais porções para incrementar o plantio de gêneros agrícolas voltados para o abastecimento interno, numa época em que a escassez de alimentos na corte era uma realidade possível. Ao mesmo tempo, soube aproveitar a compra de imóveis urbanos e a cobrança de aluguéis dos mesmos como forma de garantir uma renda fixa. Contudo, não deixou de fazer aplicações menos seguras como a compra de ações de companhias de transporte terrestres e de navegação, além do setor financeiro através de investimentos em bancos como a compra de ações do Banco do Brasil, Banco Comercial e Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. Veja o quadro com esses e outros investimentos:

Quadro I: Investimentos

Investimentos	Quantidade	Valor
Ações Banco Comercial	S/I	210\$00
Ações Banco do Brasil	10	160\$000
Ações BRHRJ	13	114\$500
Apólices Comerciais	22	660:000\$180
Apólices Gerais	5	1:740\$000
Cia de Seguros e Agricultura Fluminense	20	740\$00
Cias de Transportes	S/I	26:866\$220
Fidelidade	64	192\$000
Letra do Tesouro da Província	01	10000\$000

Total		40:863\$420
--------------	--	--------------------

Conforme pode ser observado no quadro disposto, em sua prática de diversificação de investimentos, Belarmino possuía ações de companhias de Seguros. Segundo Lenira Menezes e Riva Gorenstein, o capital destas seguradoras provinham de grandes negociantes da praça carioca que, devido a suas fortunas e seus negócios mercantis serem estáveis, estavam há bastante tempo estabelecidos na praça. As companhias de seguros eram subordinadas à Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Seus regulamentos seguiam o da Casa de Seguros de Lisboa, estabelecido no Alvará de 11 de Agosto de 1791, que estabelecia que as companhias de seguros não podiam admitir qualquer tipo de negociante. Ou seja, só poderiam ser seguradores aqueles que tivessem altos investimentos e capitais na praça mercantil. Assim, os negociantes possuíam um papel fundamental para assegurarem as realizações de comércio e navegação, que obviamente exigiam altos capitais.⁹⁴

*só poderiam ser admitidos como seguradores os negociantes de grosso – trato e os capitalistas, tanto nacionais como estrangeiros, estabelecidos na praça, que pudessem comprovar possuir boa reputação, crédito e opulência, tanto em bens de raiz como no vulto de seus negócios.*⁹⁵

Um olhar mais aproximado sobre a vida do Barão revela um complexo mecanismo, por ele empregado, nas suas diferentes fases de vida - o início, a efetivação e o sucesso da fortuna - para agir conforme os fatores político-econômicos e dinâmicas sociais que precisavam estar unidas para a concretização e conquista de êxito nos negócios. De quando iniciou no comércio como caixeiro para aprender uma função, até tornar-se barão, já na idade madura e com fortuna condizente com o título, Belarmino Ricardo vivenciou e teve que estar atento à vários contextos políticos e sociais: chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a elevação do Brasil à Reino Unido, o retorno de d. João VI à Portugal e as questões dos deputados brasileiros para participar da constituinte, a independência do Brasil, a abdicação de d. Pedro I, a Regência, a maioria do Imperador d. Pedro II e a consolidação saquarema,⁹⁶ o fim do tráfico transatlântico e a lei do Ventre Livre.⁹⁷ Estes

⁹⁴ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte, 1993.p. 142.

⁹⁵ Ibidem,p. 159.

⁹⁶MATTOS ,Ilmar Rohloff de e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da boa sociedade: A consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Ática, 1991.p.07.

⁹⁷ MACHADO, Humberto e NEVES, Lúcia Maria Basto Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

são apenas alguns dos acontecimentos de grande importância na cena política e econômica brasileira que Belarmino teve de considerar ao planejar seus investimentos econômicos e sociais.

Em 1821, um ano antes da independência do Brasil, Belarmino Ricardo de Siqueira ingressou na maçonaria, aos 29 anos, tendo como mestre iniciador José Bonifácio. No Apostolado, recebeu a alcunha de Aquiles, e fez importantes contatos que, certamente, o ajudaram na ascensão alcançada posteriormente. Sabe-se que a maçonaria teve grande atuação no Brasil no período da independência, exatamente quando Belarmino consegue ingressar na instituição.⁹⁸ Sendo uma sociedade que admitia todo homem livre e de bom costume, suas principais exigências eram que os candidatos acreditassem em um princípio criador, tivessem boa índole e possuíssem espírito filantrópico.

Quando falamos em Lojas maçônicas, nos refererimos às células autônomas, onde os membros se reuniam discretamente para tratar dos interesses daquele grupo. Certamente, a ordem maçônica contribuiu de maneira intensa no processo de independência e a formação dos quadros do Império considerou o apoio a este importante feito. Sobre a participação de figuras importantes do Império na maçonaria, Emília Viotti informa que:

*José Bonifácio buscava apoio no “Apostolado”, sociedade secreta que reunia figuras de relevo e projeção no país, tais como Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde marquês de Baependi (ligado pelo casamento a uma das famílias mais ricas do período joanino, a de Braz Carneiro Leão, e a família de Maciel da Costa, igualmente ilustre), um dos primeiros a plantar café, fazendeiro importante e político de projeção; Estevão de Rezende, marquês de Valença, genro de um dos potentados paulistas, o brigadeiro Luiz Antônio Sousa Queiroz (ligado ao açúcar), do qual recebeu, por via da mulher, vultoso capital que aplicou em terras, tornando-se um dos maiores fazendeiros de seu tempo e personalidade de destaque no cenário político do Primeiro Reinado; Joaquim José Pereira de Faro, mais tarde barão do Rio Bonito, rico negociante, “capitalista” como se dizia então; **Belarmino Ricardo de Siqueira**, fazendeiro e capitalista; José Egídio Álvares de Almeida, marquês de Santo Amaro; Maciel da Costa, feito mais tarde marquês de Queluz; Joaquim Carneiro de Campos, posteriormente marquês de Caravelas, alta personalidade ligada à corte de D. João VI, preceptor dos filhos do conde de Linhares.⁹⁹*

Durante os primeiros anos do Brasil como país independente, José Bonifácio atuou como ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros (1822, 1823) e implementou uma política conservadora. Seu principal inimigo político era Gonçalves

⁹⁸ “O rompimento com as Cortes em 1822 anunciava o fracasso das propostas de uma monarquia dual; consolidava, por outro lado, a ideia de Império. Por sugestão da maçonaria, que se inspirava em Napoleão Bonaparte, ofereceu-se a D. Pedro o título de Imperador e não o de rei” .Ibidem, p.94.

⁹⁹ Grifo meu. Viotti, Emília. Da Monarquia a República.p.71.

Ledo que combatia os interesses dinásticos portugueses e reivindicava a constituição de um governo liberal. Em 1823, Bonifácio passa para a oposição, sendo deputado provincial do Rio de Janeiro até 1835, quando abandonou a política e a maçonaria. A saída de Bonifácio da linha de frente da política certamente explica o desligamento de Belarmino do Apostolado e sua inclusão na loja maçônica Esperança de Niterói, adotando o nome de Palady, e tendo Gonçalves Ledo seu grão mestre.¹⁰⁰

José Vieira Fazenda, no livro *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*¹⁰¹, relata que a primeira loja maçônica criada no Rio de Janeiro foi em São Gonçalo, em 1812, e que havia divergências entre os diferentes grupos maçons. Um exemplo destas divergências teria ocorrido, em 1822, quando o também maçom José Bonifácio, por discordâncias políticas e ideológicas, perseguiu o grupo Império do Grande Oriente. Mas, as disputas não pararam por aí. Em 13 de maio do mesmo ano, a loja maçônica “Comércio e Artes” deu a d. Pedro I o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”.¹⁰²

Como forma de controlar seus opositores, Pedro I determinou a prisão e o exílio de vários indivíduos contrários a sua política, dentre eles, Joaquim Gonçalves Ledo, editor do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que combateria severamente os interesses dinásticos portugueses e reivindicava uma constituição de cunho Liberal para o Brasil. De acordo com Maristela Chichorro Campos, afim de evitar a prisão de Ledo, Belarmino o escondeu na Fazenda Engenho Novo ou Jacaré. Com o auxílio do futuro Barão e do cônsul da Suécia Lourenço Westine, Ledo conseguiu embarcar para Argentina.¹⁰³

*Gonçalves Ledo abrigou-se em vários lugares, sobretudo em casas de maçons, até que em uma noite, com o rosto, peito e braços pintados de preto, vestido de mulher com um balaio na cabeça, embarcou em uma falua para Niterói onde esteve em casa de seu amigo **Belarmino Ricardo de Siqueira** – residente na Praça da Covança em São Gonçalo – que pertencia ao quadro da Loja Esperança de Niterói.¹⁰⁴*

Acreditamos que a participação de Belarmino na maçonaria lhe rendeu bons frutos para seu posterior ingresso na política fluminense, já na década de 1840, principalmente nos períodos onde os políticos conservadores ocuparam a presidência

¹⁰⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*.

¹⁰¹ FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*.

¹⁰² CASTELLANI, José. *Os Maçons que Fizeram a História do Brasil*. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1991.p.177.

¹⁰³ CAMPOS, Maristela Chicharro. *O Governo da Cidade: Elites Locais e Urbanização em Niterói (1835-1890)*. Tese. PPGH-UFF, 2004.

¹⁰⁴ COSTA, Sérgio Correa. As quatro coroas de D.Pedro I. Apud: ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a independência no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista, s/d,p.276.

dos gabinetes. Outro elemento que também pode ter ajudado em sua ascensão política foi o fato de que, em 1822, o brigadeiro Domingos José, seu patrão na época em que foi caixeiro, se tornou vereador. No entanto, de sua entrada para a maçonaria (1821) até quando assume o cargo de comandante superior da Guarda Nacional da região de Magé e de Niterói (1842), pouco se sabe sobre a atuação de Belarmino Ricardo de Siqueira na vida política imperial. A lacuna é uma falta importante na análise da trajetória deste personagem, visto que este é um período de grandes transformações na política imperial. Mas, avancemos a década de 1840 quando novamente temos informações.

Os primeiros anos do governo de Pedro II assistiram aos movimentos liberais de Minas Gerais e São Paulo em 1842 e a Revolta da Praieira de Pernambuco em 1848.¹⁰⁵ O Rio de Janeiro já transformado em polo político e econômico graças ao café, foi palco da formação de novas alianças políticas que ocasionariam a chamada Consolidação. Entre os anos de 1840 e 1848, liberais e conservadores alternavam-se no poder central e garantiram uma certa estabilidade política e econômica ao Império.

José Murilo de Carvalho diferencia os dois grupos (liberais e conservadores). Para ele, os primeiros tinham como plataforma a autonomia das províncias, a separação das ações da polícia e da justiça e o cerceamento do poder moderador. Já os conservadores ou regressistas buscavam o fortalecimento do poder central, a permanência do poder moderador na figura do imperador d. Pedro II e a união entre polícia e justiça.¹⁰⁶

*O Império do Brasil era um Estado politicamente consolidado. Era uma monarquia centralizada e constitucional; parlamentarista e bipartidária; com quatro poderes políticos, destacando-se o Poder Moderador e o executivo forte, com a finalidade de garantir a ordem política e social [...] A construção das primeiras ferrovias, a regularização das comunicações por meio dos navios a vapor da Europa, o serviço de iluminação a gás [...] faziam com que muitos não se cansassem de saudar o avanço do 'progresso' e as conquistas da 'civilização'.*¹⁰⁷

No entanto, em termos de elites políticas estes dois grupos são considerados homogêneos pelo autor. Segundo ele, por possuírem a mesma formação bacharelesca e

¹⁰⁵ MACHADO, Humberto e NEVES, Lúcia Maria Basto Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p. 239.

¹⁰⁶ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*. Teatro de sombras.

¹⁰⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da boa sociedade: A consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Ática, 1991.p06.

trajetórias coincidentes na política imperial, conservadores e liberais possuíam poucas diferenças em termos de condução da política. Esta posição se contrasta com a de Ilmar Mattos para quem a política conservadora teve mais espaço, principalmente no pós 1842. Para Mattos, a supremacia Saquarema (conservadora) se expressou em termos de hegemonia ideológica e política através dos ideais de manutenção da ordem escravista e expansão da civilização, entendida conforme os ideais europeus de progresso e da modernidade européia.¹⁰⁸

No âmbito local, o poder desses fazendeiros era garantido através da participação em postos de comando na Guarda Nacional, ocupação de importantes cargos da política local, além de imbricadas redes de solidariedade que eram tecidas entre as “principais famílias”. Os fazendeiros, donos de terras e escravos, compunham uma importante camada da classe senhorial que com o passar do tempo se fortaleceu política e economicamente, simultânea à formação do Estado Imperial, tendo a frente os políticos fluminenses do partido conservador. Durante todo o Segundo Reinado, mesmo não ocupando as mais altas posições na política imperial, os grandes proprietários de terras e cativos se viam, direta e indiretamente, ligados a ela no seu cotidiano. Muitos fazendeiros mantiveram solidariedades políticas com importantes nomes da Corte.

A partir dos anos de 1840, houve um processo de expansão da classe senhorial que passou a incorporar as classes médias urbanas e profissionais liberais a partir dos ideais de “manutenção da ordem e expansão da civilização”. Enquanto o primeiro garantia a escravidão como peça fundamental para a política e economia do Império, o segundo colocava o comportamento europeu como modelo de civilidade.¹⁰⁹

Assim, os membros da classe senhorial se pensavam como a boa sociedade do Império e compartilhavam valores e formas de comportamento que os faziam perceber o mundo a partir de pontos de vista comuns, atuando como elementos de coesão intraclasse. Um deles, talvez o mais importante, era a crença de que seu lugar social se definia em oposição à massa da população escrava ou crioulos.¹¹⁰ Mas não era somente isso. A lógica da diferença que constituía a sociedade Oitocentista fomentava disputas intraclasses. Além de antigos elementos como a posse de terras e escravos, foram agregados ao novo habitus civilizado da classe senhorial valores, tais como

¹⁰⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ GOMES, Flávio. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. SP: Cia das Letras, 2006.

educação, instrução, etiqueta e refinamento, além de práticas de consumo que, pouco a pouco tornavam-se um campo privilégios para disputas por representação e prestígio.

Os conservadores ascenderam ao ministério em 1843, logo depois, da revolta de 1842, onde os liberais foram destituídos do poder, sendo muitos presos.¹¹¹ É exatamente neste contexto que Belarmino Ricardo de Siqueira, futuro Barão de São Gonçalo, começou a se destacar na política. Em 1842, já no Segundo Reinado, ele se tornou comandante Superior da Guarda Nacional da região de Magé e de Niterói, exercendo poder local e na província, além de ampliar sua rede de sociabilidade. Embora não recebesse vencimentos pelo posto, acumulava - em uma sociedade hierarquicamente marcada pelas redes e pelos cargos/funções, outro tipo de capital mais valioso que o financeiro - o capital simbólico, posto que com a nova graduação gozou de privilégios.¹¹² Muitas vezes, a guarda nacional era um lugar de negociações entre o poder do Estado e o poder local, principalmente em regiões onde o governo não possuía meios para firmar sua presença.

O cargo de comandante superior tinha como pré-requisito ser um indivíduo de posse. Pertencer a Guarda era sinônimo de independência financeira, estabelecendo laços estreitos com o governo e com a população local, dinamizava-se a questão do *status social* para o oficial da Guarda, já que, estes eram indivíduos qualificados e bem aceitos, que compartilhavam de redes de amizade ou familiar.

*Sua Majestade o Imperador houve por bem nomear por Carta Patente 22 do mês próximo pretérito, Comandante Superior da Guarda Nacional dos Municípios de Niterói e Magé ao Coronel Belarmino de Siqueira que nesta data prestou juramento e tomou posse -o que de ordem do Exmo. Presidente da Província comunico à Câmara Municipal da Cidade de Niterói. Secretaria do Governo da Província do Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1842.-João Cândido de Jesus e Silva.*¹¹³

Neste período, o recrutamento militar ficava à cargo dos proprietários de terras e dos grandes comerciantes, para tanto a influência local era importante, pois os nomes na lista de recrutamento cresciam, atraindo livres e pobres para as fileiras do exército e mostrando nas entrelinhas a articulação destes com as famílias dos jovens recrutados. De acordo com Thalita Casadei, em seu livro *Nicheroy: A Cidade Imperial, em 1844*, Belarmino foi destituído de seu cargo como comandante superior por razões políticas, respondendo com carta de próprio punho reproduzida abaixo;

¹¹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.p.43.

¹¹² MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondesa: família e poder no Império*. RJ: Zahar, 2008.

¹¹³Retiradode:http://www.sociedadesal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=172:barao&catid=44:artistas-falecidos.

Ilmo. e Exmo. Sr,

Acuso o recebimento do ofício de V.Exa. em data de 6 de julho de 1844, no qual me participa ter lhe comunicado o Exmo. Ministro da Justiça achar-me exonerado do Comando Superior da Guarda Nacional nos municípios de Magé e Niterói por decreto de 27 do mes passado e me ordena que faça entregar do referido comando a quem competir .

Julgo dever declarar a V.Exa. que eu já esperava a minha demissão a todos os instantes e por isso me não surpreendeu ela.

Havendo eu aceitado o comando superior em occasio crítica da rebelião de Minas Gerais e São Paulo com todas as condições do momento a fim de que ela fosse sufocada com a brevidade necessária: Tendo eu feito serviços ao meu país desde a Independência, concorrendo sempre não só com a minha pessoa, como com a minha fortuna para as precisões do Estado, sendo eu fazendeiro e proprietário conhecido, e tendo enfim visto que quase todos os cidadãos em iguais circustâncias não merecem a confiança do governo atual, nem a de V.Exa. como seu delegado, embora como ministro em 1842 fosse de opinião contrária, logo previ que eu não seria poupado e que o golpe cairia sobre minha cabeça. Pode-me o governo tirar o Comando Superior da Guarda Nacional, mas não tirar-me a consideração e estima dos brasileiros e a minha posição independente na sociedade.

Julgo também declarar a V.Exa. que não sei satisfazer ao que me ordena sobre a entrega do Comando Superior. V.Exa deve saber que o artigo 4º do decreto de 5 de julho de 1836, revogou o art. 2º do decreto de 14 de julho de 1834, que tornava os chefes de legião substitutos do comando superior e determinou que os Presidentes de Províncias designassem esses substitutos e como me ordena simplismente V.Exa. que eu entregue o comando superior a quem competir quando me designa a pessoa que me deverá substituir?

Digne-se, portanto V.Exa.atenção ao citado decreto designar-me pessoa a quem devo fazer a mencionada entrega, certo que ela será imediatamente efetuada, porque os homens da minha têmpera são essencialmene monarquistas obediente às leis e às autoridades.

Deus guarde a V.Exa.

Engenho do Retiro, 09 de julho de 1844

Belarmino Ricardo de Siqueira.¹¹⁴

Enquanto comandante da Guarda, trabalhava intensamente para ter seu nome inserido no meio político. Mas, as brigas políticas descritas na carta não o impediram de ser eleito com 376 votos para deputado provincial (1844-1845), na presidência de João Caldas Vianna (Visconde de Campos) e Aurelino de Souza e Oliveira Coutinho (1845). Como companheiros de bancada, Belarmino conviveu com Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja (Presidente da província do RJ em 1875), Visconde de Baependi, José de Souza Breves Filho, Barão de Lages, Joaquim José Teixeira Leite, Joaquim Ribeiro de Avellar e muitos outros. Em 1846, foi vereador suplente e, em 1847, repetiu seu mandato como deputado provincial.¹¹⁵

¹¹⁴ CASEDEI, Thalita. Nicheroy: A Cidade Imperial. Niterói: serviços Gráficos, 1988.

¹¹⁵ Almanak Laemmert.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pasta=ano%20184&pesq=belarmino%20ricardo%20de%20siqueira>

Analisando o termo de eleições desses deputados, verificamos que existiam aliados e inimigos que atuavam nas mais distintas atividades. Todavia, acreditamos que Belarmino era integrante do grupo saquarema, pois, depois da derrota dos luzias, Belarmino deslanchou na política tendo como marco o ano de 1842, ano da derrota liberal. Além disso, “os saquaremas apresentam-se ligados ainda aos que, detentores de capital, não apenas cedem crédito para a expansão agrícola, mas também promovem o progresso.”¹¹⁶

Em 1849, no governo de José da Costa Carvalho - Marquês de Monte Alegre, Belarmino tornou-se juiz de paz, nomeado pelo Governador do Estado, para servir pelo prazo de quatro anos e subordinado ao Conselho da Magistratura. O Juízo de Paz foi uma instituição criada pela Constituição Imperial de 1824, que permaneceu ativa ao longo de todo Império. Caracterizada por ser uma Justiça cujos membros eram eleitos e não precisavam de formação jurídica, sua competência e forma de atuação sofreram fortes transformações durante o Oitocentos. Era responsável por julgar as infrações de posturas municipais, presidir o conselho de qualificação composto por 6 eleitores para o alistamento dos que pertenceriam a Guarda Nacional, dentre outras funções.¹¹⁷

Pelos dados apresentados até o momento, mostramos elementos que nos permitem mensurar a riqueza e a importância política adquirida pelo barão durante a vida. É claro que muitas questões ainda devem ser esclarecidas, mas um dos aspectos importantes é que, como membro da classe senhorial, Belarmino buscou lugar na política local e imperial, além de estabelecer relações econômicas no âmbito local e regional. Mas de que adiantaria um homem com tanta riqueza sem nenhuma ascensão na escala social? No contexto da época, capital, poder político e econômico também estavam associados ao *status*, prestígio dos indivíduos e de suas famílias. Como não poderia deixar de ser, Belarmino Ricardo de Siqueira também investiu para a obtenção de prestígio social.

Belarmino e sua rede familiar

Os indivíduos ligados ao poder central, geralmente, expandiam suas redes de sociabilidade através das relações de parentesco. Dos 7 herdeiros da família

¹¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São. Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 179.

¹¹⁷ LIMA, José Edson. *A província fluminense. Administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

Quintanilha, verificamos que somente 3 das 5 mulheres casaram e os dois homens, Belarmino Ricardo de Siqueira e seu irmão Carlos José de Siqueira Quintanilha permaneceram solteiros.

Maria Feliciano Tibre casou-se com Antônio Joaquim da Silva Tibre, nomeado ministro dos negócios estrangeiros no Peru em 1823, foi copista do Banco do Brasil e posteriormente (1842) capitão da 2^o Cia da Guarda Nacional. Dessa união nasceu Feliciano Tibre, que casou-se com Henrique de Almeida Regadas, negociante(1823), capitalista(1853) e tenente do 20^o batalhão de infantaria do serviço ativo da freguesia de Estrela (hoje Itaboraí).¹¹⁸ Verificamos que enquanto o Barão de São Gonçalo atuou na Guarda nacional das freguesias de Niterói e Magé, seu cunhado participava como membro do corpo militar na freguesia vizinha, Estrela, para além, das relações que se estabeleciam na Corte, onde de destacavam ligações que uniam comerciantes, capitalista e políticos, verificamos uma eficiente política de casamento regional.

Mariana Teodora de Abreu e Souza foi casada com Balthazar Jácome de Abreu e Souza, grande do Império e cavaleiro da Ordem da Conceição de Portugal, destacado produtor de açúcar na fazenda Vera Cruz no Engenho Velho, membro da diretoria do BB (1844), comerciante, negociante e proprietário de prédios.

Observamos que a atuação do barão de São Gonçalo nos mais variados cargos ocupados se deu concomitantemente com a participação de quase todas as ocupações de seus cunhados, exceto na política, alicerçada num sistema de trocas baseado nos “laços afetivos” através dos quais se expressavam os jogos de interesses entre as partes envolvidas, e que produziam um “sistema de interdependência”, na denominação de Norbert Elias.¹¹⁹

Muitos que pertenciam a classe senhorial da época ocupavam postos de comando da cidade, a construção do Estado imperial não foi só resultante da defesa dos interesses dos proprietários, mas também de um projeto político pautado pelos princípios de ordem e civilização. Assim, a reprodução econômica na sociedade não estava somente ligada a economia, se dava fora do mercado e mesmo naquelas ditas “de mercado” não cessavam de interferir relações sociais mais amplas, como as políticas e familiares. Para tanto, o Estado imperial valeu-se da transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, da aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes na Corte através dos negócios vinculados à

¹¹⁸ <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/18773/digitalizacao/pagina/7/>

¹¹⁹ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

restauração da moeda colonial, da união de famílias proprietárias através de alianças matrimoniais, bem como da nobilitação daqueles que estavam em torno da Família Real. Entretanto, essas condições, por si só, não garantiam o acesso ao poder, que pressupunha outras condições. Como vimos, a própria dinâmica de poder exercida por essas famílias as colocavam no papel de classe dirigente com supremacia na política e na economia local. Suas forças extrapolavam os limites da família extensa e teciam uma verdadeira capitalização de influências e distribuição de favores que não se limitavam simplesmente as da fazenda que possuíam e nem à região onde estavam estabelecidos, podendo chegar até a Corte.¹²⁰

Entre elas, ter legitimidade social, ou seja, ter sua qualidade reconhecida pela sociedade. Portanto, alianças com seus pares e negociação com outros estratos sociais eram duas estratégias dos principais da terra na manutenção de seu poder, ao menos no âmbito local.

Belarmino e a aquisição de prestígio social

Foram necessários vários anos como proprietário de terras, participante da política, membro da maçonaria, investidor e benemérito para que Belarmino Ricardo de Siqueira recebesse, em 18 de abril de 1849, o título de primeiro Barão de São Gonçalo e, cinco anos mais tarde, com 63 anos, as honras de grandeza. Na ocasião, a referida grandeza foi conferida a 135 barões e a 146 viscondes. No ano seguinte, 1855, exatos 43 anos após a independência foi condecorado com a comenda da Ordem da Rosa e se tornou fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Um reconhecimento bastante significativo para a época.

De posse destas insígnias, é provável que em dias de procissão e cortejo, sua vestimenta carregasse as duas comendas, mais as de Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem, que também lhe foram concedidas.¹²¹ Os títulos nobiliárquicos serviam como ostentação de poder político, principalmente entre os grandes proprietários rurais, durante o Império. Muitos dos nobilitados eram descendentes da nobreza portuguesa, outros das famílias chegadas nos primeiros séculos da

¹²⁰ Mattos, Ilmar. O Tempo Saquarema.

¹²¹ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário do Barão de São Gonçalo Deixou ao amigo seu Antônio Ferreira Barros a comenda da Imperial Ordem da Rosa cravejada de brilhantes que possuía.

colonização no Brasil. Estes títulos não eram hereditários, contudo os candidatos não poderiam apresentar em sua genealogia bastardia ou “sangue infecto”. A escolha dos contemplados se baseava num conjunto de atos prestados e ascendência nobre familiar. Para ser agraciado era preciso que uma solicitação fosse encaminhada ao Imperador especificando o tipo de serviço que se havia prestado à nação. Estes serviços poderiam ser militares e de ocupação de áreas estratégicas, construção de estradas até contribuições ao Erário Público ou benefício financeiro à instituições beneméritas importantes para o Estado, tais como Santa Casa, hospício d. Pedro II, hospitais, etc. Quando autorizado, o título era deferido por decreto e registrado nos livros de Registros.

Mesmo depois de se tornar barão de São Gonçalo, Belarmino continuou atuando como benemérito, tendo sido provedor do Asilo Santa Leopoldina de Niterói entre os anos de 1856 e 1873, quando faleceu. O reconhecimento de sua importância para a manutenção da Imperial Sociedade Amante da Instrução, foi feito pela instituição ao honrar seu segundo provedor com um retrato pintado a óleo em suas paredes. Para Beatriz Nizza, os que almejavam privilégios e titulações, não se contentavam com apenas uma fonte de nobreza, a união de várias mercês reforçava umas as outras, sendo possível alcançar um título de baronato.¹²²

Nesse contexto, o capital e o poder político de um indivíduo correspondiam não só ao seu status, mas ainda à capacidade de oferecer e retribuir benefícios, onde podemos perceber a presença de um amplo esquema de trocas, cuja função estruturante consistia na mistura de aspectos informais e estruturas formais de ordenação política e social.

Belarmino também esteve filiado à várias irmandades religiosas. A importância destas instituições em sua vida cotidiana deveria ser grande, pois no testamento e no inventário encontramos uma riqueza de detalhes sobre o assunto. Seu testamento permite descrevê-lo como um homem abastado e membro das: Ordens Terceiras de São Francisco das Chagas, Irmandade São Francisco de Paulo, irmandade Nossa Senhora da Morte do Carmo e Confraria de Nossa Senhora dos Lapidados Mercadores. Todas associações que estabeleciam redes de solidariedade pautadas nas hierarquias sociais vigentes na sociedade escravista imperial.

122 SILVA, Maria Beatriz. Ser nobre na Colônia. São Paulo: UNESP, 2005.

As ordens terceiras, por exemplo, exigiam que os associados fossem possuidores de bens para que garantissem seu ingresso na irmandade. Principais representantes do catolicismo popular na Colônia e no Império, estas instituições possuíam a clara função de “representar socialmente, se não politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais” existentes.¹²³ Portanto, as Irmandades eram importantíssimas não só porque contribuía para que fossem desenvolvidos trabalhos voltados para os destituídos e empobrecidos através de hospitais, orfanatos e asilos, mas também porque atuavam como um elemento de prestígio e um diferencial de poder para aqueles que, como Belarmino de Siqueira, a elas pertenciam.

Ao longo de sua trajetória o convívio em sociedades literárias, irmandades religiosas e a convivência na diretoria e participação, tanto de órgãos públicos e privados reiterava laços de amizade que representavam a relação entre homens do Estado e aqueles que detinham poder econômico e entre autoridade. As Misericórdias, lojas maçônicas e Guarda Nacional foram espaços que desenvolveram uma aglutinação horizontal no interior da classe dominante, o espírito de associação, do primado da razão, e do triunfo do progresso, promovendo “a formação do povo” quebrando os limites da “Casa”.¹²⁴

Durante muitos anos, o Barão de São Gonçalo foi provedor do Asilo Santa Leopoldina em Niterói. Em seu testamento deixou “doze apólices da dívida pública ao valor nominal de quinhentos mil réis cada uma, da Província do Rio de Janeiro, (sic) rendimento anual dará para reforçar a caixa dos dotes. Deixo quatro dotes de 1\$000 a cada uma para o casamento de quatro órfãs desvalidas do Asilo Santa Leopoldina.”¹²⁵ Além disso, pede aos testamenteiros que, além de respeitarem a distribuição de bens designados às confrarias, paguem anualmente o dízimo a outras Irmandades das quais era irmão e não se recordava. Sua solicitação deixa clara a intenção de se fazer representar, na hora de sua morte, nas diferentes instituições sociais a que pertenceu através de suas doações.

Preparar-se para a morte era um cuidado de todo católico. Existia o medo de morrer sem ter se organizado para tal: “se a morte era certa, seu momento era incerto,

¹²³ REIS, João. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2004,p.53.

¹²⁴ Ver: MATTOS, Ilmar.

¹²⁵ Ibidem.

e nada como se prevenir diante de uma doença da qual não poderia escapar”.¹²⁶ A preocupação de Belarmino de garantir a salvação de sua alma era premente em seu testamento: “Desejo (se for possível) que o meu corpo seja sepultado no cemitério da minha Irmandade Terceira do Carmo ficando a disposição dos meus testamenteiros e inventariante. E meu funeral e mais sufrágios pra minha alma, recomendo-lhes que evitem tudo quanto for de grandeza deste mundo”.¹²⁷

Seu velório foi conduzido por seus sobrinhos Carlos e Belarmino de Sá Carvalho, seu amigo Clemente José Vianna e por sua irmã Anna Izabel Sodré e Souza. Contudo, não sabemos até que ponto a vontade de que fossem evitados luxo e pompa - “tudo quanto for de grandeza deste mundo”¹²⁸ - foi respeitada. Não seguindo uma prática comum à época, seu corpo foi embalsamado.¹²⁹ Para tal, foi contratado o doutor Fernando Francisco da Costa Ferraz que, na companhia de seus ajudantes Agostinho Pereira da Cunha Junior e Francisco de Paula Valladares, compareceu por volta das 10:30 horas, do dia 10 de setembro, na casa da Rua do Imperador n° 26, para procederem o trabalho. Terminado o processo por volta das 13:00 horas, por meio de injeção carotidiana, o corpo foi vestido com o uniforme da Guarda Nacional e posto em repouso até o dia seguinte, com o “cadáver em perfeito estado de conservação”.¹³⁰

Enquanto uns preparavam o corpo do morto, geralmente um parente do mesmo sexo, outros cuidavam da arrumação da casa, ou seja, era preciso decorá-la com os símbolos de luto. No caso analisado, como Belarmino foi embalsamado, o médico cuidou dos primeiros serviços do corpo. Acreditamos que o velório foi organizado de maneira a receber aqueles que ali comparecessem. Por meio das notas emitidas para o cortejo, temos a da Loja do Armador – Armações em Galla e Fúnebres, onde foram alugadas espaldar banquetas de primeira ordem, no valor de oitenta contos de réis (80\$000) para que os amigos, conhecidos e vizinhos se sentassem a fim de prestarem a última homenagem ao morto. Foram encomendados também adorno de seda bordado a

¹²⁶ RODRIGUES, Claudia. Nas fronteiras do além: *O processo de secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 32.

¹²⁷ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Testamento do Barão de São Gonçalo. 1872.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Autos de Embalsamamento. In: *Annaes Brasiliense de Medicina*, 1873, p.176. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=062014&pesq=belarmino%20ricardo%20de%20siqueira&pasta=ano%20187>.

¹³⁰ De acordo com João Reis, os militares nesta ocasião vestiam-se de guerreiros, pois “militares e sacerdotes eram as duas categorias ocupacionais cujos membros eram enterrados quase sempre com roupas de ofício”. REIS, João. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.p.159

ouro, renda larga e seis varas de galão entre ferro “para colocar na banca do caixão”,¹³¹ totalizando cento e quatro contos de réis (104\$000), além é claro, de um retrato do falecido.

O obituário do Jornal do Comércio de 11 de setembro de 1873 convidava a população a participar da procissão que o levaria ao cemitério:

D. Anna Isabel de Souza, D. Carlota Joaquina de Sá Carvalho, D. Maria Feliciano Tibre, D. Balbina Benedicta Quintanilha, Doutor José de Sá Carvalho, Carlos de Sá Carvalho, Francisco de Sá Carvalho (ausente), Belarmino Carlos de Abreu e Souza, Carlos Tibre, José Dias Delgado de Sá Carvalho, os comendadores Francisco Martins de Costa Barros, Antônio Ferreira Barros e Clemente José de Góes Vianna, convidam os seus amigos para assistirem ao enterramento de seu prezadíssimo irmão, tio, primo e amigo o Barão de São Gonçalo, acompanhando, a pé, o corpo da Rua do Imperador n° 26, em Nictheroy, hoje, 11 do corrente, às 4 ½ horas da tarde, até a ponte das Barcas Fluminense e em carro desde o desembarque na Corte até o Cemitério da Ordem Terceira, agradecendo-lhes desde já este ato de caridade e de fé crista.¹³²

O enterro foi bem iluminado, 120 tochas e 12 libras de ceras em velas, mais cornetas e passagens faziam parte do cerimonial. O amigo Clemente José pagou pelo serviço a quantia de cinco contos quatrocentos e vinte réis (5\$420). Foram pagos também carros para levar o corpo, o padre e os irmãos, a travessia do corpo na balsa da Companhia Ferry de Niterói e já na Corte o cortejo seguiu de carro até o cemitério. Foram feitas encomendações e acompanhamento até o cemitério do Carmo, à designação de quatro irmãs da Ordem Terceira do Carmo, vestidas de hábitos para receberem e darem o ato de benção do excelentíssimo Barão.

Além de todo esse aparato para o “bem morrer”, encontramos anexados em seu inventário boletos de pagamentos anuais às Irmandades e pelas missas de terceiro, sétimo e trigésimo dias. Em seu testamento pediu ainda, que fossem rezadas “vinte missas pelo repouso de minha alma, vinte pela de meu pai, vinte pela de minha mãe, vinte pela de minha tia D. escolástica Leonor de Loreto, vinte pela alma de todos meus parentes falecidos e finalmente vinte pela alma de meus escravos falecidos, todas estas missas de esmola do costume”. Seu pedido de substituição de pompa por celebrações de missa era a tentativa de seguir os mandamentos da doutrina católica. O hábito de dar esmolas aos pobres por ocasião da morte foi afirmado em substituição aos antigos costumes de deixar alimentos para os mortos. Verificamos também a intenção que se

¹³¹ BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Certidão de óbito - Testamento do Barão de São Gonçalo. 1872

¹³² Jornal do Comércio 11/09/1873. Disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

tinha de garantir o repouso tranquilo de sua alma, instituindo orações e sufrágios para si e para os mais próximos.

Finalmente, em 11 de setembro, o cadáver foi transferido para um caixão de “chumbo hermeticamente cerrado, forrado de cetim escarlate e envolvido em outro de madeira vinhático envernizado”, e depois depositado no jazigo particular, “no Cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo”.¹³³ Independentemente das afinidades eletivas, religiosas ou preferências político-ideológicas que o barão possuía, sua família, assim como outras da classe senhorial, buscou edificações tumulares grandiosas, que marcaram sua posição de classe e referendaram a origem de sua genealogia familiar. Assim, parentes e amigos prestavam suas últimas homenagens ao seu ente querido. Moldados pela Igreja e até pelo Estado, estes ritos de passagem terminavam por definir mais do que o luto aos mortos. As práticas e rituais fúnebres não só projetavam a dor dos que ficavam, suas inseguranças e culpas, mas também seus valores culturais, hierarquias sociais e econômicas, ideologias políticas e religiosas.¹³⁴

Os desejos de representação e ostentação ficam claros não só em todo o culto funerário, mas também na arquitetura tumular escolhida. Esculpido na Itália, o túmulo de mármore Carrara e granito, recebeu portão em bronze, tendo como frontispício o brasão familiar e a inscrição: “Jazigo do barão de S. Gonçalo - seus pais e suas irmãs”. Marcava-se, assim, uma referência individual que também beneficiaria outros membros da família.¹³⁵

¹³³ Autos de Embalsamamento. In: *Annaes Brasiliense de Medicina*, 1873, p.176. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=062014&pesq=belarmino%20ricardo%20de%20siqueira&pasta=ano%20187>.

¹³⁴ REIS, João. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p.159.

¹³⁵ Além de conservar e preservar os vestígios dos mortos, a arquitetura tumular mescla a fé católica e o mundo dos mortos (anjos e caveiras). Com aproximadamente 100 metros, este túmulo possui seis catacumbas e dois nichos onde outros membros da família Siqueira também tiveram seus corpos sepultados. Lamentavelmente, este jazigo se encontra em estado deplorável, amarrado com arrames e fora saqueado, tendo sido furtada a imagem de Nossa Senhora da Conceição em mármore e bronze que o ornava. Consultar anexos.



*

Para concluir, gostaria de fazer algumas considerações sobre o que foi dito até então a respeito das atividades exercidas pelo barão de São Gonçalo.

Podemos dizer que, desde o século XVIII, as atividades comerciais desempenharam importante papel na sociedade. João Fragoso, no livro *Homens de Grossa Ventura*, retrata o quanto foi importante a lógica comercial interna para a chamada *acumulação endógena*. No século XIX, muitos destes comerciantes assumiram o status de *elite mercantil*, ao investiam em negócios lucrativos e usarem suas redes para se aproximarem do Estado, confirmando seu status e privilégio.

O *Dicionário de colonização portuguesa no Brasil* destaca que os comerciantes “eram todos aqueles que se entregavam ao comércio, ou seja, comprar, vender e trocar com o fim de lucrar”. Sabemos ainda, que o comércio do Rio de Janeiro era dominado pelos portugueses (pés-de-chumbo), principalmente a partir do Oitocentos. Geralmente, os comerciantes eram classificados em três grandes categorias. O comerciante de grosso-trato, ocupando o topo da hierarquia, tinham grandes investimentos, importavam e exportavam em larga escala, participavam de vários ramos e possuíam cabedais. Riva Gorenstein analisa o enraizamento dos comerciantes no Rio de Janeiro e destaca que os negociantes de *grosso trato* eram aqueles indivíduos sagazes, bons de cálculos e aptos a investirem grandes fundos no tráfico, em manufaturas, além de alargar créditos e fazerem propostas para o desenvolvimento

da infraestrutura estatal, visando é claro, beneficiar seus interesses.¹³⁶ Conclui ela que, os comerciantes locais que pertenciam ao quadro da elite mercantil, mantinham contato com o comércio estabelecido em Portugal, expandindo assim, sua rede de relacionamento. Com o crescimento da atividade comercial no XVIII os radicados no Brasil integraram todas as áreas do Império. Focando seus interesses em empreendimentos mercantis, arrematação de impostos e no tráfico, os investimentos na agricultura ficavam em segundo plano. Muitos comerciantes de *grosso-trato* acumularam dinheiro como possuidores de bens rurais, mas com a vinda da corte em 1808, os espaços urbanos se tornaram mais rentáveis¹³⁷.

Destacando a importância dos comerciantes frente a uma aristocracia rural, Eulália Lobo discute que, “no século XIX, eles assumiram um importante papel, concorrendo com os grandes fazendeiros, (...) os negociantes do Rio de Janeiro tinham constituído em fins do século XVIII um forte grupo de pressão, individualizado e independente dos grandes fazendeiros, capaz de fornecer crédito ao Rei e aos proprietários rurais que se fazia representar na Câmara Municipal.”¹³⁸

Toda essa movimentação comercial foi resultado das medidas adotadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Discriminados socialmente por não terem a pureza sanguínea, com o passar do tempo alcançaram um bom patamar na hierarquia social. Pombal diminuiu alguns dos obstáculos que impediam o enobrecimento desses indivíduos. Estimulando a criação da Junta de Comércio (1755), impulsionou a construção naval e a produção de alguns manufaturados. No século XVIII ainda não desempenhavam um papel tão importante, neste momento a política e economia era dominada pelas famílias senhoriais. Embora não aceitas de imediatas pela sociedade, no século XIX os comerciantes de grandes cabedais já pertenciam elite mercantil.

A política adotada no período pombalino não só privilegiou os portos cariocas como desenvolveu também a produção de açúcar e implantou a produção de anil, arroz e cochonilla, intensificando a utilização do trabalho escravo. O Estado Imperial, preocupado em manter a ordem escravista, incentivou o desenvolvimento de atividades capitalistas.

¹³⁶ GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte, 1993.

¹³⁷ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹³⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 1º volume. P. 56.

Tendo como característica principal a atuação nos mais diferentes negócios, os comerciantes de grosso-trato faziam empreendimentos também na área bancária, o que os associavam ao termo capitalista, no sentido de detentor do capita-moeda. Os homens de negócios ocupavam o topo da hierarquia social mercantil e das atividades urbanas.

Como demonstramos acima, esses homens de negócios participavam ativamente da política imperial e possuíam características de atuação similares a de Belarmino Ricardo de Siqueira. Tal aspecto nos permite caracterizar desse Barão como fazendeiro, capitalista e empreendedor, dialogando sempre com as transformações ocorridas após a vinda da família real, em 1808, quando investidores diversificaram seus negócios mercantis e adequaram seus negócios às novas demandas de gêneros impostas pelo aumento do abastecimento na nova capital.

A praça mercantil carioca e seu respectivo porto assumiram preeminência devido ao Rio de Janeiro constituir a nova capital do Império luso – brasileiro, e uma região de abastecimento do Centro-Sul se fortaleceu. A ascensão do café a partir dos anos 30, contará com esta estrutura aqui apresentada.

A trajetória do Barão de São Gonçalo foi representativa, pois ele enquadra-se no funcionamento da elite mercantil do período. A diversificação de seus negócios comprova que investia em variadas atividades, conquistando uma fortuna considerável. Portanto, ao manejar o inventário e o testamento do Barão, mostramos os mais variados negócios em que ele se envolvia. Demonstrando ainda, que não centrou sua carreira apenas como fazendeiro, investidor de imóveis e empreendedor, mas também se aproximou do Estado através de cargos políticos que obteve. Conseguiu aproximação e reconhecimento social com os títulos militares, religiosos e mercês recebidas, todas relevantes em sua trajetória.

O estudo das redes ganhou força, assim como os estudos sobre os sujeitos na História através de suas trajetórias de vida. A história da escravidão seguiu o mesmo caminho de debates como adiante se verá

Capítulo III – Vivência e organização familiar no plantel do barão de São Gonçalo

Como vimos nos capítulos anteriores, São Gonçalo foi uma freguesia escravista e agrícola cuja importância econômica se baseava principalmente no abastecimento da Corte e localidades circunvizinhas no século XIX. Nossa intenção até o momento foi levantar questões que ajudassem a pensar São Gonçalo como uma região, fruto de um processo de construção histórica, e em seguida, analisar a inserção de um importante ator político regional, o barão de São Gonçalo, na economia e política local. Agora, é chegada a hora de estudarmos como se davam as vivências e tipos de relações familiares no plantel deste importante proprietário de terras e senhor de escravos, atentando para o fato de que Belarmino de Siqueira também era negociante e rentista, atividades fundamentais na composição de sua fortuna na região.

Analisar a trajetória da população escrava nas propriedades rurais do barão de São Gonçalo é o objetivo deste capítulo. Como viviam seus escravos? Quais suas origens, e a que nação pertenciam? Eram crioulos de primeira ou de segunda geração? Essas perguntas conformam uma tarefa ambiciosa e não é o nosso objetivo esgotá-la no limite das linhas que compõem este texto. Acreditamos que indagações como estas são fundamentais para enriquecer os estudos de escravidão de maneira ampliada, pois levantamentos locais como este permitirão comparações entre outras áreas em pesquisas futuras. Além disso, de modo macro, poderão contribuir para um maior conhecimento sobre a escravidão brasileira.

Neste capítulo, iremos apresentar a composição do plantel de Belarmino Ricardo de Siqueira, buscando trazer à tona reflexões sobre a classificação étnica e a formação familiar desta escravaria. Pensando mais especificamente sobre a escravidão na região de São Gonçalo, sabemos que, no século XVII trabalhavam nas fazendas da região cerca de 400 escravos. Apesar desta estimativa numérica, não há, até o momento, nenhum levantamento detalhado sobre quem eram, de onde vieram, relações familiares, manifestações culturais e outros hábitos de vida desses sujeitos. Para o século XVIII, temos a dissertação de Elizângela Melo, *Os Santos óleos*, que utilizando os livros de batismos de pessoas livres (1746-1763) e os livros de batismo de escravos (1749-1757), aponta 715 registro de óbitos de escravos que foram enterrados na Igreja Matriz de São Gonçalo. Além disso, a

autora demonstra que houve 600 cerimônias de batismo de livres contra 745 de escravos. Dos batismos de escravos, 397 (53%) eram do sexo feminino e 348 (47%) eram homens, sendo que, deste total apenas 39 (5%) eram adultos. Estes dados nos levam a supor que, estes 39 adultos provavelmente eram africanos provenientes do tráfico. Para a população livre foram encontrados 308 (52%) mulheres e 285(48%) homens nos livros de batismo.

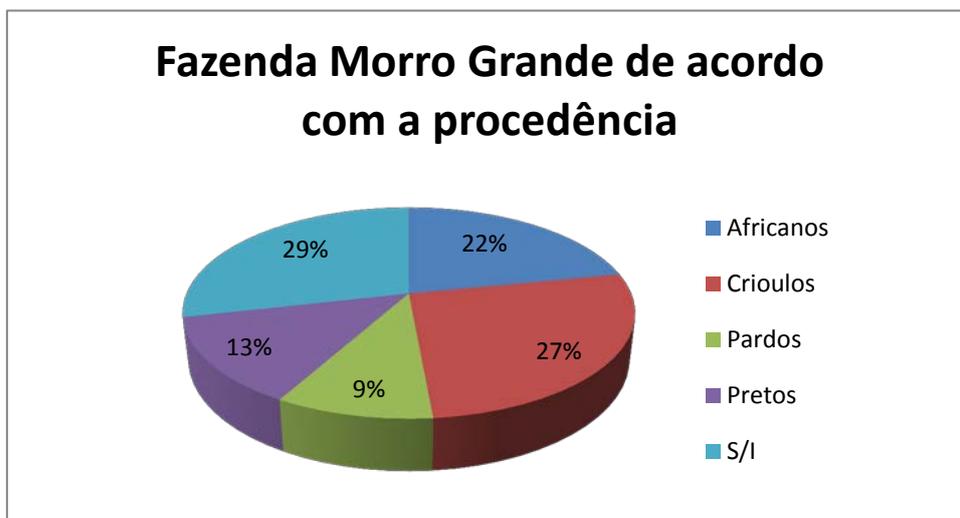
Pensando na escravaria do Barão de São Gonçalo no ano de sua morte (1873), sabemos que ele possuía 216 escravos, distribuídos entre as fazendas Engenho Novo e Morro Grande. A primeira abrigava 111 escravos que aparecem no inventário listados da seguinte maneira: 47 crioulos; 31 africanos; 17 pardos e 16 indivíduos sem classificação de cor. Para a fazenda Morro Grande, encontramos um alto número de sujeitos sem classificação de cor num total de 105 escravos: 24 crioulos; 21 africanos e 60 sem classificação de cor.¹³⁹

Analisando as informações que o inventário apresenta podemos sugerir que, a maior parte dos que não possuem classificação de cor era de origem africana já que estavam agrupados na fazenda Morro Grande cuja primeira expansão territorial ocorreu ainda em 1826 tendo, portanto, passado por diferentes legislações em relação ao tráfico de africanos. Acreditamos que a não inserção da procedência destes escravos estava diretamente ligada a proibição do tráfico em 1831 e depois em 1850.

Pela lista de matrícula de escravos de 01 de outubro de 1872, verificamos que os dados referentes a procedências de escravos da fazenda Morro Grande se alteram, mostrando assim que essa classificação variava de acordo com quem fazia o documento, sua finalidade e tempo. Se no inventário tínhamos um total de 60 indivíduos sem identificação, quando comparamos estas mesmas pessoas com a lista de matrícula de 1872, o número fica reduzido para 30, a diferença é que aqui surge a opção de pardo. Logo, a Fazenda Morro Grande fica assim distribuída:

¹³⁹ Usamos o termo sem identificação (S/I) para classificar os indivíduos que aparecem no inventário sem a denominação negro, pardo, “de nação” ou crioulo.

Gráfico I: Procedência escrava na fazenda Morro Grande (Inventário + lista de matrícula)



Roberto Guedes procurou explicar a frequente ocorrência de “mudança de cor” de um mesmo indivíduo, dependendo da fonte em que foi mencionado, e/ou ao longo de sua vida. Para ele, hierarquia e posição social estavam manifestadas na cor, a designação dessa última, seguindo as primeiras, também era fluída e dependia de circunstâncias sociais, sendo negociada. No que diz respeito às listas nominativas de Porto Feliz, com as quais trabalhou, Guedes reconheceu a existência de uma caracterização pontual e personalizada, determinando que as mesmas pessoas frequentemente mudassem de cor.¹⁴⁰

Os inventários e as lista de matrícula possuíam diferentes critérios para a classificação da população escrava. Dentre outros fatores, as variações dependiam de quem fazia o registro, sem esquecermos que, no caso das listas de matrícula existia não só a possibilidade de auto-definição, mas também a necessidade de esconder a procedência ilegal, através do aumento da idade, de escravos traficados pós 1831. Para o gráfico feito acima, unimos as informações das duas fontes, optando por manter a classificação que as mesmas apresentavam. Entendemos ainda que, os escravos classificados como “pretos/africanos” eram majoritariamente originários do tráfico de escravos após 1831, ou seja foram traficados da África ilegalmente para o Brasil.

¹⁴⁰ FERREIRA, Roberto Guedes. Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850. Tese de doutorado, PPGHIS-UFRJ, 2005.

O comércio negreiro, quando ainda permitido pelas leis brasileiras e internacionais já era atividade de alto risco para aqueles que a praticavam. As perdas de capitais investidos poderiam ser muito altas e até totais ao longo do percurso transatlântico. Todavia, os riscos valiam a pena devido a alta lucratividade nos negócios. Com a ilegalidade do comércio de africanos estabelecida pela lei de 7 de novembro de 1831 e ratificada quase 20 anos depois pela lei Eusébio de Queiroz de 1850, os riscos que já eram elevados aumentaram. Na década de 1850, apesar de todo o empenho das autoridades brasileiras em por um ponto final no comércio de almas entre a África e o Império do Brasil, o tráfico continuou ilegalmente motivado, especialmente, pelo enriquecimento atrelado ao sucesso do empreendimento negreiro e pela demanda que se mantinha por este tipo de mão de obra principalmente na região cafeeira da bacia do Paraíba.

Estudos demonstram como a partir da repressão inglesa, o comércio negreiro mudara nas duas margens do Atlântico. Na África, o deslocamento dos embarques de escravos do litoral de Luanda, para o norte de Angola, ou para a Costa Oriental, se tornou frequente, principalmente após a abolição do tráfico nas colônias portuguesas em 1836. No Império do Brasil, os desembarques também foram reordenados para as praias litorâneas, mais afastadas do controle do Estado, para fugirem da repressão.¹⁴¹

Em pouco tempo, novas estruturas foram edificadas para receberem os africanos que chegavam ilegalmente em números crescentes na década de 1840. Com o comércio negreiro na clandestinidade, o mercado do Valongo, responsável por receber e redistribuir os escravos pelas fazendas fluminenses foi fechado. Assim, durante poucos anos houve um vazio sobre onde e como seriam recebidos os escravos recém-chegados da África após 1831. Proprietários de barracões e fazendas do litoral fluminense recriavam as estruturas outrora destruídas pela lei de 7 de novembro de 1831 e se organizaram para receberem os africanos recém-chegados da travessia atlântica via tráfico ilegal. Havia o período de quarentena (verificação de doenças) e “*engorda*”, conformavam as estruturas de recepção. Indivíduos especializados em se comunicarem com as diferentes nações africanas, os chamados *Línguas*, em sua maioria escravos ou ex-escravos, vinham nos

¹⁴¹ FERREIRA, Roquinaldo. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de escravos e comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. CICHELLI, Ana Flávia. *Tráfico Ilegal de Escravos: Os caminhos que levam a Cabinda*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2006.

tumbeiros ou esperavam em terra a carga humana junto com os demais sujeitos do empreendimento negreiro. Além deles, outros homens transportavam por terras os “*negros novos*” para quarentena ou os redistribuíam pelas fazendas da região.¹⁴² No continente africano, o embarque de escravizados se deslocou de Luanda e dos demais portos centrais da região centro-sul para locais mais afastados do litoral, como o norte de Angola e as ilhas da África Oriental.

No que compete ao tráfico ilegal, temos relatos que, em 1835, no distrito de Itaipu que compunha a freguesia de São Gonçalo, a embarcação denominada “Aventureira” desembarcou as margens da praia com 372 escravos provenientes de Angola.¹⁴³ O autor Nelson da Senna mapeou depósitos de escravos ilegais em Niterói “... no Campo de São Bento em casa de José de Sousa França, em Jurujuba, em Icaraí, na chácara de Sant’anna, na praia do Maruí, na Ponta d’Areia”.¹⁴⁴

Sabemos ainda que as leis de 1831 e 1850 foram construídas nos embates políticos e sociais de uma época onde os interesses e perspectivas em torno da mão de obra escrava eram bastante diferenciados no Brasil e fora dele. Desde então, a falta de precisão nos registros da posse de escravos passou a ser uma importante prática do exercício do poder senhorial. Não foi a toa que a chamada Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula de todos os escravos do Império em 1872, buscando não só ter um registro de controle, mas também regular as alforrias que seriam fomentadas através do fundo de emancipação. Esta matrícula era um levantamento nominal de todos os escravos existentes no Império para fins de registro de identificação dos escravos e posse de propriedade dos senhores.¹⁴⁵

Conforme o testamento do barão de São Gonçalo, “em obediência da supracitada, certifico que a folha 66 a 69 do nº1 da matrícula em data de 20 de maio a 1872, sob nº 5776 a 6213 e da 138 da relação nº 252”, totalizando 167 escravos matriculados como de sua propriedade. A matrícula era destinada não só a levantar dados populacionais, mas também a fiscalizar o uso e a transmissão da propriedade escrava. Em 1872/ 1873, os donos de escravos em todo Brasil foram

¹⁴²RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros, e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

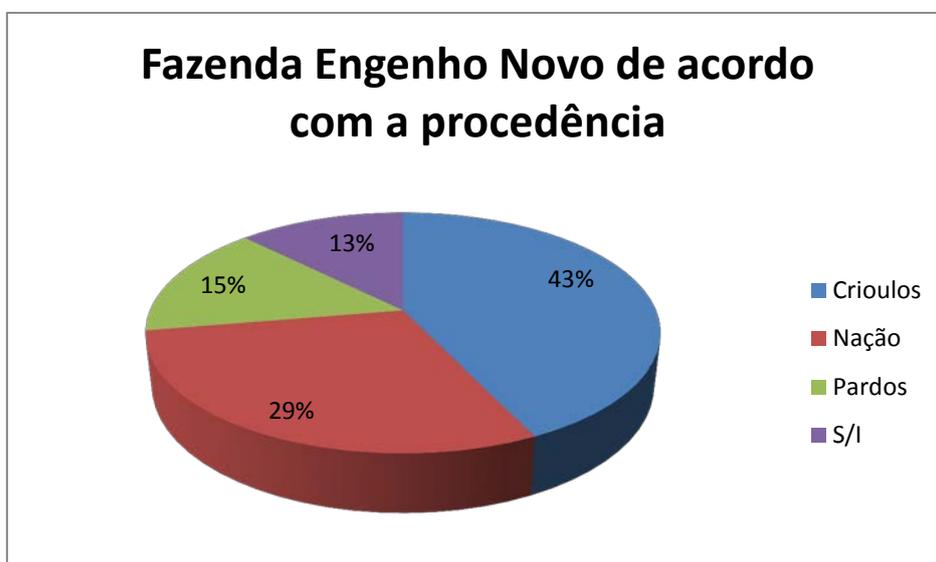
¹⁴³CASADEI, Talita.

¹⁴⁴Ibidem, p.58.

¹⁴⁵ MAMIGONIAN, Beatriz. Almanack. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/727>

obrigados por lei a registrar seus cativos nas coletorias de seus municípios. Numa folha padronizada, os senhores tinham de indicar o nome e uma série de informações para cada escravo que possuíam tais como, nome, cor, idade, estado civil, aptidão para o trabalho, profissão, nome de pessoas da família, nome do senhor, endereço residencial. A título de observação, verificamos que incluíam-se outros dados como o nome do cônjuge, se tinham filhos, e a procedência. Analisando tal documento, foi possível observar que os escravos do Barão de São Gonçalo foram matriculados em duas datas distintas, a saber, 20 de maio e 01 de outubro de 1872. A pressa dos senhores em responder a este comando do Estado Imperial se justificava porque, pela lei, os escravos que não fossem matriculados até 30 de setembro de 1873 seriam considerados livres. Num primeiro momento, no plantel de Belarmino de Siqueira da fazenda Morro Grande, receberam o número de matrícula 28 escravos e, posteriormente, 139. Já para a fazenda Engenho Novo encontramos praticamente todos os escravos classificados, ou seja, dos 112 existentes somente 14 ficaram sem identificação.

Gráfico II: Procedência escrava da fazenda Engenho Novo (Inventário)



Observamos, que enquanto no inventário os critérios de classificação são crioulos, nação, pardos e aqueles que não possuíam nenhuma caracterização, na qual, chamamos aqui de sem identificação, temos ainda, na lista de matrícula da fazenda Morro Grande a categoria *preto*. Talvez, por ser mais antiga, Morro Grande abrigava 13% de escravos pretos, o estigma da cor denota, antes de tudo,

os lugares ocupados por estes indivíduos. Acreditamos ainda, que este termo nunca era visto de maneira positiva pela própria perspectiva do cativo, podendo marcar diferenças e hierarquias dentro do plantel. No Engenho Novo o plantel era formado por maioria crioula (43%).

A análise de atribuição de cor aferida aos escravos africanos e seus descendentes é de grande relevância para esta discussão, porque se espera responder indagações sobre as sociabilidades interna e externa dos cativos do plantel estudado. A historiografia mais recente sobre escravidão aponta na direção de que não era a cor da pele que levava a uma definição da alusão à cor anotada nos documentos. Em *Das Cores do Silêncio*, Hebe Maria Mattos, levanta o aspecto de atribuição de cor como critério fundamental de diferenciação social na estrutura da sociedade brasileira para algumas décadas do século XIX. Sobre a questão das noções de cor, outro estudo que pode ajudar na análise, é o trabalho de Mary Karasch, os dados sobre os escravos do Rio de Janeiro apresentados pela autora sugerem que os africanos quase sempre eram definidos como pretos. Segundo Karasch, cerca de um milhão de africanos passaram pelo Rio de Janeiro durante os anos de 1800 e 1850. Já o historiador Robert Slenes estima que cerca de duzentos mil escravos foram transplantados da região Norte para o Sudeste até a década de 1880.¹⁴⁶

No Brasil a designação da cor das pessoas tinha mais relação com a sua inserção social do que propriamente com a ascendência étnica. Hebe Mattos já observou que a categoria “pardo”, típica do final do período colonial, tinha uma significação muito mais abrangente do que as de “mulato” ou “mestiço”. Destaca também que em todo o período escravista o termo “preto” era sinônimo de africano. A autora também escreveu que “Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. KARASCH, Mary. *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Cia das letras, 2000. SLENES, Robert W.

“Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro. 1850-1888”. In: Costa, Iraci Del Nero da (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

¹⁴⁷MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Sabemos que o ser africano aqui significa a vinda pelo tráfico Atlântico, porém, consolidar o significado deste termo é difícil, já que, a diversidade étnica africana era muito variada e até o presente momento o inventário analisado não consta estas informações. O que sabemos é que estes sujeitos e seus companheiros ao chegarem ao Novo Mundo enfrentaram uma série de transformações e formações, onde novos indivíduos, manifestações, procedências, trocas sociais e culturais tiveram que ser incorporadas, criadas ou reinventadas. A imensidão negra não compunha um grupo homogêneo. A heterogeneidade étnica era traço característico da escravidão brasileira. De acordo com Manolo Florentino “o mundo dos escravos estava longe de ser simples tradução de um nós. Reunião compulsória e de dissemelhança”.¹⁴⁸

Existia ainda a distinção feita em relação ao local de nascimento, Brasil ou África. A partir daí, as formas de classificação se alteravam mais uma vez. Os brasileiros eram diferenciados pelos termos “crioulos, pardos, cabras” e os africanos geralmente como “de nação, Benguela, Moçambique...”.¹⁴⁹

A historiadora americana Midlo Hall chama atenção para o sentido variado que o termo “nação” ganhava de acordo com o espaço e com o tempo. Segundo ela, tanto na África, quanto na América precisa-se buscar mais sobre estas informações. Diz ainda que muitos estudiosos se apropriam dos termos criados pelos europeus para definir o continente negro. Frequentemente, os comerciantes usavam a toponímia para designar o grupo e, quando vendidos pela primeira vez, quase nunca sua etnia era evidenciada. Quanto mais tempo o escravo estava no local, mais fácil seria identificar sua etnia, existindo ainda, a possibilidade de auto-identificação. Assim, Midlo Hall alerta para a necessidade de reconhecer as identidades e etnias africanas presentes na diáspora e tornar este reconhecimento público.

Observando atentamente as fazendas do barão de São Gonçalo, pode-se perceber que apresentam pouca diferença numérica entre crioulos e africanos, apenas 4% de diferença o que pode indicar, que o plantel do Barão estava em

¹⁴⁸FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista. In: *TOPOI*. Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a1.pdf>

¹⁴⁹ ALENCASTRO, Afonso. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José dos Rio das Mortes, 1743-1850. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a11.pdf>

ligeiro “atraso” em termos de tendência a criouliização da população cativa. Vejamos:

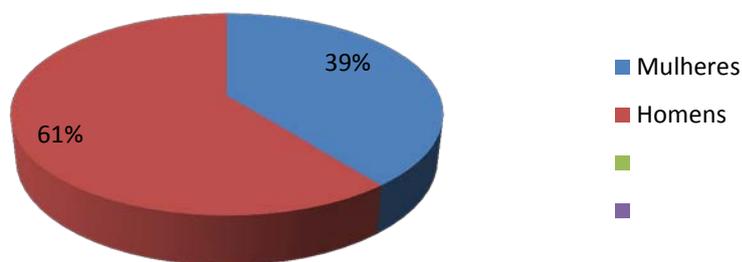
Gráfico III: Total de escravos de acordo com a procedência nas fazendas Engenho Novo e Morro Grande.



Em 1872, ao morrer Belarmino Ricardo de Siqueira tinha cerca de 216 escravos, logo, podemos considera-lo um mega proprietário de acordo com os critérios utilizados por Ricardo Salles para a província cafeeira de Vassouras, ou seja, aquele que possuía mais de 100 escravos. Devemos observar também que, estes cativos estavam inseridos em lavouras voltadas para o cultivo de cana de açúcar e do café. Como observamos no gráfico acima, a diferença numérica entre crioulos e africanos era somente de 9 indivíduos. Acreditamos ainda que os crioulos eram de primeira e segunda geração, como veremos adiante. Quanto a distribuição sexual, a escravaria era composta basicamente por homens, o que é típico do período e corresponde à realidade dos planteis encontrados em outras regiões.

Gráfico IV – Escravos do barão de São Gonçalo quanto ao sexo

Distribuição sexual dos escravos de Belarmino Ricardo de Siqueira (1872)

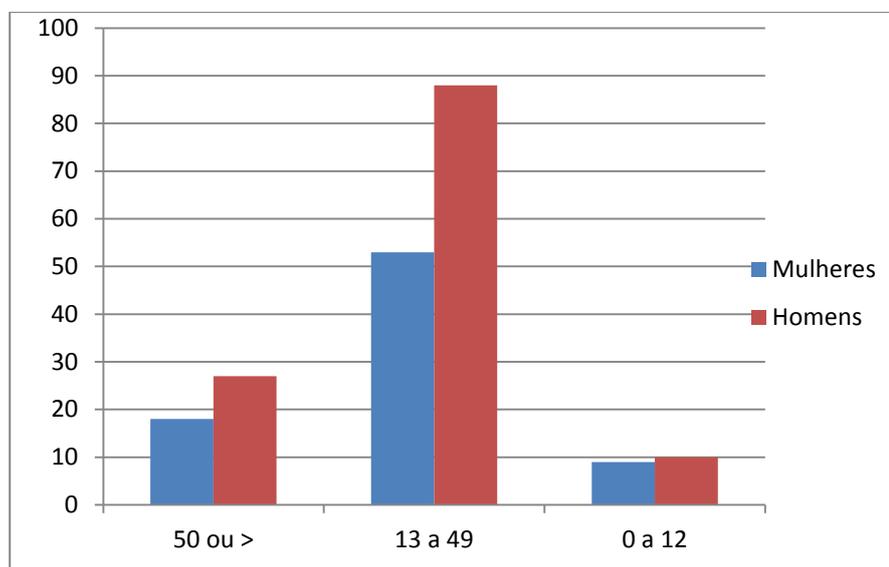


Como o gráfico apresenta, há um significativo desequilíbrio na distribuição sexual do plantel. As mulheres somam de 85 indivíduos contra 131 para os homens. Sabemos que a preferência pelos homens no momento de formação da escravaria representava uma concentração de investimentos no trabalho de lavoura. Analisando os gráficos e cruzando com as fases de vida e riqueza de Belarmino Ricardo de Siqueira, podemos verificar um número elevado de escravos africanos durante a implantação e expansão da lavoura açucareira em suas propriedades. Aos poucos, principalmente quando as leis contra o tráfico começaram a ser mais efetivas, esse número caiu, influenciado também pelo aumento de preços dos africanos. Enquanto os africanos envelheciam, a aquisição e a incrementação das taxas de fecundidade deste plantel aumentaram. Ou ainda, pela dinâmica demográfica entre crioulos e africanos, a primeira marcada pela tendência do crescimento natural, como os dados de 1872 parecem indicar, e a segunda pela migração forçada de jovens e adultos africanos, majoritariamente do sexo masculino, percebemos que a composição masculina entre africanos e crioulos eram de 10 indivíduos a mais para estes últimos. Para as mulheres, o número das consideradas crioulas é de 27 contra 18 africanas.

Pouco se sabe das experiências de vida e comportamento dos africanos da primeira geração. No que compete aos crioulos, e acreditamos que para os escravos do Barão isso também se aplica, seus filhos mantinham um contato intenso com a cultura e a maneira de funcionamento das sociedades africanas por

meio dos milhões de africanos que aqui viveram e morreram. É inegável que uma herança cultural foi deixada para as gerações seguintes.

Tabela II: Distribuição referente a sexo e idade dos escravos de Belarmino Ricardo de Siqueira



Baseando-nos nos critérios de análise de Ricardo Salles, consideramos três faixas etárias. A primeira, onde os indivíduos de 0 a 12 anos são crianças, a segunda quando são jovens e adultos - entre 13 aos 49 anos - e a terceira dos escravos de idade madura com 50 anos ou mais.¹⁵⁰ Desta forma, observamos que existia um equilíbrio no primeiro segmento (0 a 12 anos). A fase que mais se destaca é a adulta e nela o número de homens é superior ao de mulheres (mulheres 53 e homens 88). Isso é explicável devido à “produtividade” para o trabalho. Entre os idosos, mais uma vez, o número de homens é maior que o de mulheres. Neste caso, verificamos que a maior parcela de escravos idosos estavam na fazenda Morro Grande, a fazenda mais antiga do Barão e cuja parcela foi herdada de seu pai.

Quanto a divisão etária, sexo relacionado à origem, obtivemos os seguintes resultados;

¹⁵⁰ Critério adotado por adotadas por Ricardo Salles em *E o Vale era o escravo*.

Tabela III: Procedência, sexo e idade dos escravos

	Mulheres			Homens		
	50 ou >	13 a 49	0 a 12	50 ou >	13 a 49	0 a 12
Africanos	10	8	00	17	20	00
Crioulos	01	23	04	01	40	09
Pardos	00	12	03	00	12	02
Pretos	00	02	04	01	06	01
S/I	07	09	03	07	11	03
TOTAL (216)	18	54	14	26	89	15

A lavoura ocupava ambos os sexos, os escravos masculinos representavam 61% do total contra 39% das mulheres, demonstrando a presença expressiva da atividade agrícola. O predomínio de crioulos (38%) em detrimento do número de africanos (29%) pode ser verificado e já era esperado devido à supressão do tráfico atlântico que dificultava a renovação do plantel africano, denotando um possível envelhecimento dos cativos africanos e eventual falecimento dos mesmos até a data da feitura do inventário. Como os cativos africanos se tornavam cada vez menos disponíveis no mercado, é possível que a reprodução interna fosse uma realidade no interior dos plantéis. Incentivando casamentos e a formação de famílias, era possível fomentar a reprodução interna e assegurar a mão-de-obra escrava. Muito embora os escravos da idade infantil sejam apresentados em menor número (29), sabemos que algumas famílias foram formadas neste plantel, como falaremos a seguir.

Observamos que a proporção de adultos cativos do sexo masculino e feminino crioulos eram equivalentes, já para os africanos nesta mesma idade

vemos que o número de homens supera o de mulheres, sendo 8 e 20 indivíduos respectivamente. Tal fato demonstra que a presença masculina africana colaborou para a expansão do trabalho na fazenda Morro Grande.

O cotidiano, a vivência e a relação que os cativos estabeleciam um com os outros não podem passar despercebidas. Escravos africanos e crioulos, mesmo com suas diferenças culturais e étnicas, partilharam de experiências, espaços e lutas. Atualmente os estudos vêm se renovando e abarcando inúmeras áreas que juntas podem ajudar a reconstruir estas práticas cotidianas. Para estudar a escravidão no Brasil, conceitos como “pardos”, “mestiços” e “crioulos” precisam ser melhor entendidos. Embora complexos, eles são fundamentais.¹⁵¹

Cultura, entendida como conjunto de crenças e valores adquiridos e padronizados não pode ser usado para as várias nações africanas escravizadas nas colônias do Novo Mundo. Por muito tempo a ideia de grupos africanos homogêneos prevaleceu na história. É a partir deste princípio que Mintz e Price ¹⁵²apresentam e enfatizam a questão dos processos de mudanças e diversificações. Para estes autores, no Novo Mundo, uma nova comunidade foi criada, pois foram partilhadas experiências, aflições e expectativas no cotidiano, gerando determinada cultura e identidade. É inegável que um mundo de informações, crenças e valores vieram nas mentes desses grupos, mas não suas instituições. Os cativos tiveram que se reinventar e recriar nas Américas, mas sempre com base em seus princípios mais profundos. Os africanos no Novo Mundo só passaram a ser uma comunidade quando começaram a viver numa cultura criada por eles mesmos num determinado lugar e tempo. Os sistemas na qual estavam inseridos em sua terra natal foi o início do processo para a construção deste novo espaço de sociabilização.

¹⁵¹ PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização No Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, 33 (2005), 87-132. MINTZ, Sidney. W & PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. Vera Ribeiro (trad.). Rio de Janeiro: Palas: Universidade Cândido Mendes, 2003. PRICE, Richard. O Milagre da Crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-asiáticos*. Nº 25, no 3, 2003, pp .383-419. FERRETTI, Sérgio F. Notas Sobre o sincretismo no Brasil-modelos, limitações, possibilidades. In: *Tempo: Religiosidades na História*. Nº 11, . Rio de Janeiro. Niterói. UFF, PP.13-26. HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org.); Adelaine La guardia Resende (trad.) /et all. Belo horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

¹⁵² MINTZ, Sidney. W & PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. Vera Ribeiro (trad.). Rio de Janeiro: Palas: Universidade Cândido Mendes, 2003

Como destaca Thompson, a cultura é um produto histórico, dinâmico, onde homens e mulheres vivem experiências. Por este processo de transformação nenhuma cultura se mantém intacta. O contato com pessoas situadas em diferentes posições e situações cria e recria fenômenos culturais. Para Mintz e Price não existia a possibilidade das culturas africanas se manterem intactas nas Américas. Estes autores questionaram a visão da permanência cultural. Todo este processo de transformação culminou na formação das culturas afro-americanas que é resultante da “crioulização”, criando e fazendo funcionar culturas e instituições sociais diferentes do contexto original dos transportados.

Nicolau Parés no artigo “O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”¹⁵³ inicia seu texto falando sobre os avanços e os debates que giram em torno do conceito e do processo de “crioulização”. Segundo ele, foi com as análises das sociedades caribenhas e do sul dos Estados Unidos quanto a sua variedade étnica e cultural que estes estudos ganharam espaço.

Sobre crioulização, o debate é grande. Em ensaio de 2003, Price apresentou um balanço historiográfico das correntes “africanistas” e “americanistas” que, para ele, é uma forma de polarizar e não avançar nos estudos.¹⁵⁴ Na corrente africanista temos: John Thornton; Michael Gomes; Paul Lovejoy e outros. Lovejoy em trabalho realizado para a UNESCO (1997), diz que a tendência afrocêntrica tem o objetivo de desmistificar as análises feitas pelos estudiosos da escravidão, inclusive Mintz e Price que defendem o modelo de crioulização. Para Lovejoy, a cultura africana não foi desapropriada e apagada das mentes dos escravos que viviam no Novo Mundo. Concordar com isso, segundo ele, seria se pautar pelo eurocentrismo e encarar a África como um lugar sem história e com uma cultura submissa.¹⁵⁵

Paul Lovejoy também chama atenção para a questão da fluidez e rapidez da atuação africana nas Américas na interpretação de Mintz e Price. Lovejoy, assim com Ortiz,¹⁵⁶ defende a ideia que foi um processo lento e gradual, o que

¹⁵³PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização No Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, 33 (2005), 87-132.

¹⁵⁴PRICE, Richard. O Milagre da Crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 25, no 3, 2003, pp .383-419

¹⁵⁵LOVEJOY, Paul E. “The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis”, *Journal of African History*, 23, 4 (1982), pp. 473-501, e David Eltis, “The Nineteenth-Century Transatlantic Slave Trade: An Annual Time Series of Imports Into the Americas Broken Down by Region”, *Hispanic American Historical Review*, 67, 1 (1987), pp. 109-38.

¹⁵⁶ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Douglas Chambers definiu como “crioulização primária e secundária. O primeiro estágio estaria definido por uma alta porcentagem de africanos entre a população escrava e o segundo, pela predominância dos escravos nascidos no Brasil”.¹⁵⁷

Como podemos observar as noções de “crioulo” e “crioulização” são complexas e não consensuais na historiografia. Ira Berlin discute que o ser “crioulo” é antes de tudo pertencer e colaborar para e com as características culturais africanas, europeias e americanas. Portanto, não se refere somente a lugar de nascimento ou cor. “Define o crioulo atlântico como aquele africano ou mestiço criado nos portos comerciais do perímetro atlântico”. Comparando os dois lados do atlântico e a longo tempo verifica que as inúmeras nações africanas ao chegarem ao Novo Mundo e nas plantations, pela colaboração ou competição faziam ressurgiam antigas inimizades, assim, as novas identidades eram apropriações e aproximações. Além disso, defende a ideia de que na formulação das plantations, o cotidiano e a relação de força e poder, por mais duras e injustas que tenham sido, permitiram aos escravos criar seus próprios universos, baseados em antigos precedentes africanos.¹⁵⁸

Verificamos pelo inventário que, dentre os escravos do Barão de São Gonçalo, poucos crioulos se ocupavam do serviço na casa grande. Temos as seguintes tarefas no serviços domésticos executadas por mulheres: as mucamas (Idalina - africana; Narciza – africana, Rubina – parda; Sophia – parda; Suzana – africana; Feliciano – crioulo; Edwirges – parda; Regina – crioulo; Geny - parda); as costureira (Honorata- crioulo; Luiza – crioulo); a cozinheira (Galeana – africana).. Para os homens são citados: cozinheiro (Ciro – sem identificação), cocheiro (Ciro - Crioulo), “doméstico (Esmael – africano; Arthur – crioulo; Reinaldo – crioulo; Domingos- crioulo). Além dos músicos (Cyro, Joãzinho, Romeu, Bernardino e Francisca Rita, sem identificação). Além disso, sem executarem tarefas ditas domésticas, mas com funções relacionadas no inventário temos: pedreiro (Manoel-Crioulo), ferreiro (Irineu - pardo), carpinteiro (Faustino – crioulo; Emídio – S/I) e maquinista (Ângelo – crioulo).

Não é de se estranhar também que estes escravos com função especificada foram avaliados como os mais caros. Eulalia Lobo no texto “Evolução dos preços

¹⁵⁷Chambers apud PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização No Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, 33 (2005).

¹⁵⁸BERLIN, Ira. Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Record, 2006.

e do padrão de vida no Rio de Janeiro-1820-1930”¹⁵⁹, analisa o caso dos escravos que trabalhavam na fábrica de velas e verificou a alta de preços. Segundo a autora, nos anos de 1820-1821 a média de preço era de 140\$000 a 150\$000, já em 1842 o valor era 1.100\$000. O preço dos escravos do sexo masculino adultos, especializados, que trabalhavam na fábrica de velas atingiu 1.800\$000 em 1857, todavia, no final de 1857 foi para 1.200\$000, mantendo-se nesse nível até 1864. Pegando os maiores valores dos escravos do barão temos a seguinte composição.

Quadro II: Profissão, procedência e preço dos escravos de Belarmino Ricardo de Siqueira

Nome	Profissão	Procedência	Valor
Abel	S/I	Crioula	1.200\$000
Agapisto	Lavoura	Crioula	1.000\$000
André	Lavoura	Preto	1.000\$000
Ângelo	Maquinista	Crioula	1.400\$000
Benjamim	Lavoura	Crioula	1.000\$000
Bernardino	Músico	S/I	1.200\$000
Cesário	Lavoura	Crioula	1.200\$000
Ciro	Cocheiro	Crioulo	1.000\$000
Constantino	Lavoura	Crioula	1.100\$000
Cyro	Músico	S/I	1.200\$000
Dionísio	Lavoura	Crioula	1.200\$000
Domingos	Doméstica	Parda	1.200\$000
Edwirges	Doméstica	Parda	1.200\$000
Egídio	S/I	Crioula	1.200\$000
Estevan	S/I	Crioula	1.200\$000
Faustino	Carpinteiro	Crioula	1.000\$000
Felix	S/I	Crioula	1.200\$000
Florência	S/I	Crioula	1.000\$000
Fortunato	Lavoura	Crioula	1.000\$000
Francisca Rita	Músico	S/I	500\$000
Genny	Doméstica	Crioula	1.200\$000
Higino	Lavoura	Crioula	1.000\$000
Horácio	S/I	Pardo	1.200\$000

¹⁵⁹ Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/67/6249>

Iríneu	Ferreiro	Pardo	1.100\$000
Joaquina		Crioula	1.000\$000
Joãzinho	Músico	S/I	1.200\$000
José Cabrinha	S/I	Crioula	1.200\$000
Justo	S/I	Pardo	1.200\$000
Juvenal	Doméstica	Crioula	1.200\$000
Leôncio	Lavoura	Crioula	1.200\$000
Libânio	S/I	Crioula	1.000\$000
Lino	Lavoura	Crioula	1.000\$000
Onestaldo	S/I	Pardo	1.100\$000
Romeu	Músico	S/I	1.000\$000
Saul	S/I	Crioulo	1.200\$000
Thomaz	Lavoura	Crioula	1.200\$000

Em 1865, o preço dos escravos variou de 1.270\$000 a 1.600\$000, contudo somente um deles foi classificado com este último preço. De 1866 a 1872, o preço ficou estacionário em 1.000\$000. O declínio deve estar relacionado com a campanha e promulgação da Lei do Ventre Livre e com a concorrência da mão-de-obra imigrante.¹⁶⁰

Buscando fazer uma análise que cruze idades e função dos escravos no plantel de Belarmino Siqueira, verificamos que, no inventário as crianças (0 a 12 anos) receberam o qualificador de “trabalhadores de lavoura” ou “serviço agrícola”, em sua maioria. Como demonstra Rafael Marquese, desde muito cedo havia uma literatura a exemplo de Caetano Fonseca (1860) que instruía os senhores quanto aos escravos menores: “quando os meninos passarem de cinco anos devem ir aprendendo alguma doutrina cristã, e principiar a trabalhar em serviços que forem compatíveis a suas forças”¹⁶¹. Muitas vezes, desde pequenas, essas crianças eram obrigadas a acompanharem suas mães nos campos e com elas compartilhavam tarefas agrícolas, como semear, colher, cuidar dos animais e outros. Geralmente aos 7 ou 8 anos, os pequenos escravos perdiam as “regalias” da infância e eram escalados para trabalhos mais pesados.¹⁶²

¹⁶⁰ Ibidem, p.257.

¹⁶¹ Apud MARQUESE, Rafael. P.291

¹⁶² MOTT, M.L.B. A criança escrava na literatura de escravos. Caderno de pesquisas. Vol.31, p.57-68, 1979.

Parece evidente a resistência senhorial à aprovação da lei do Ventre Livre. No inventário aberto em 1873, as crianças, embora apareçam como ingênuas, recebem preços, equiparando assim, a condição social destes com a de seus pais.

No que concerne à saúde dos escravos constantes no inventário, constatamos que 18,5% (40 indivíduos) da escravaria sofria de alguma doença, principalmente doença do fígado, pés inchados e problemas nos olhos. Dentre estes, a maioria eram africanos na faixa etária entre 50 e 70 anos (57%) e do sexo masculino. Estes escravos em média foram avaliados em 200\$000.

O tratamento dispensado ao cativo pode variar de acordo com sua situação. O escravo urbano é com frequência mais independente que o rural, aqueles gozavam de maior liberdade de ação devido aos laços de solidariedade com os forros e trabalhavam nas cidades e aos que pertenciam as confrarias e irmandades, porém, supõem-se que os escravos rurais eram mais bem tratados. A saúde dos escravos interferia diretamente em seu valor. As doenças mais comuns eram as decorrentes dos maus- tratos físicos ou do trabalho fatigante.

Como salientamos, o plantel de Belarmino era mesclado, constando de africanos e crioulos que compartilhavam experiências do cativo. Todavia, cada vez mais, a comunidade cativa se “crioulizava”. Para o recôncavo baiano, mais propriamente as regiões de fumo (Cachoeira, São Gonçalo do Campo e Muritiba) e os Termos açucareiros (São Francisco do Conde e Santo Amaro), os estudos de Parés mostraram que a economia do açúcar apresentava um nível de criouliização bem mais elevado do que o que achamos no plantel de Belarmino.¹⁶³

Família escrava: Uma discussão historiográfica

A escravidão brasileira durou mais de trezentos anos. Durante muito tempo, as teses elaboradas formulavam uma visão centrada no conflito entre senhor e escravo, onde este último era tido como uma figura histórica, ligada às fugas e à formação de quilombos. Até relativamente a década de 1980, a família escrava era assunto pouco estudado e os principais argumentos para a sua não existência eram a suposta promiscuidade e instabilidade ocorridas nas senzalas.

¹⁶³PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização No Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, 33 (2005), 87-132

„Sob esta óptica, os escravos eram tidos como ‘objetos’, ‘seres coisificados’¹⁶⁴, submetidos a um tratamento violento, o que ocasionaria sua “anomia social”.¹⁶⁵ Muitos dos autores da chamada Escola Paulista de Sociologia, grupo formado por Emilia Viotti da Costa, Octávio Ianni, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, buscavam criticar as obras de Gilberto Freyre que, em sua visão, sugeria a existência de relações amenas entre senhores e escravos, resultando numa suposta ‘democracia racial’.¹⁶⁶

Fernando Henrique Cardoso, no livro, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, defende a ideia de que os escravos eram incapazes de se organizarem, representando uma condição de objeto. Sendo assim, a consciência escrava “registrava e espelhava passivamente os significados sociais que lhe eram impostos.”¹⁶⁷ Sua visão, enfatizava o caráter violento e cruel da escravidão, além de incorporar em seu discurso, a questão do conflito social nas relações escravistas e a coisificação do escravo. Em sua análise, salienta que, não só o senhor via o escravo como um tipo de mercadoria, mas este mesmo se via assim, já que, do ponto de vista jurídico o escravo era um tipo de propriedade, representado como não humano, considerado um sujeito inabilitado a ação e ao pensamento autônomo, onde só pela coerção era possível impor dominação.¹⁶⁸ Nesta linha de argumentação estabelece como juízo o escravo-coisa, defendendo a ideia de que a condição árdua dos serviços e da vida escrava destituía os cativos da capacidade de pensar o mundo. Além da coisificação, escreve também, sobre a teoria do escravo – rebelde, onde somente por meio de insurreições e revoltas o escravo poderia negar sua condição de posse.

Seguindo a linha do escravo – coisa, Gorender publicou os livros *A Escravidão Colonial*, em 1978, e *Escravidão Reabilitada*, em 1990. No primeiro livro, apresenta o escravismo como um modo de produção dominante, tendo como

¹⁶⁴ A teoria do escravo – coisa foi apresentada pela primeira vez na segunda metade do século XIX por Perdígão Malheiros. (MALHEIROS, Perdígão. Citado CHALHOB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.p.41.

¹⁶⁵ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. 2v. São Paulo; USP, 1965.

¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa- Grande & Senzala*. 26ªedição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

¹⁶⁷ CARDOSO, Fernando Henrique apud CHALHOB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas na Corte*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

¹⁶⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

pressuposto o sistema de plantagem¹⁶⁹ no novo continente. Segundo Gorender, para estudar a formação social brasileira é preciso entender como se deu o modo de produção. Segundo ele, a escravidão sozinha não é sinônimo de modo de produção e sim seu entrelaçamento com outros fatores - pois este serviu de base estrutural para a escravidão. Logo, buscou uma maneira de constituir leis e elaborar um sistema próprio para o escravismo, pois, este apresentava uma gama complexa e uma nova característica de produção, o pré-capitalismo. Para Gorender, o escravo só era considerado humano no momento em que cometia um crime, sendo julgado a partir das leis dos homens. Os castigos físicos eram comumente utilizados servindo como tática de dominação pedagógica. O cativo era tido como o inimigo do senhor, sem voz ativa para exprimirem suas vontades. Além de não terem condições de lutar por uma mudança na sua condição social, objetivam a liberdade por meio de fugas.

Dentro da perspectiva historiográfica apresentada acima, pouco ou nenhum valor foi dado às relações familiares dos cativos. Contudo, interpretações recentes defendem que elas eram um elemento importante de estabilização da escravidão. Rompendo com a teoria do escravo submisso e do escravo rebelde, alguns estudos procuraram compreender a realidade histórica vivenciada por este grupo através de um novo olhar: as negociações e estratégias. No seu dia a dia, o escravo precisava buscar maneiras de suavizar a vida no cativeiro, procurando sempre torná-la mais suportável, por sua vez, os senhores tentavam controlar a situação cotidianamente.

Com base em novos problemas, objetos, fontes até então pouco trabalhados, foi possível demonstrar que a relação senhor – escravo era um processo complexo, onde este último tinha participação ativa como agente histórico, capaz de pensar, elaborar projetos e estratégias para melhorar suas condições de vida.

A nova historiografia caracterizou o escravo como um ator com vontade própria e autonomia dentro do sistema escravocrata, atuando como agentes históricos que procuravam construir o próprio destino, mas se deparando com as limitações impostas pelos senhores. A equação de poder poderia ser desigual, mas

¹⁶⁹ Substituí o termo *plantation* por *plantagem*, onde, segundo Gorender, foi à roda motriz do modo de produção escravista. (GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*, 1978:78)

tanto escravos, quanto senhores tentavam manter um clima de negociação.¹⁷⁰ Tendo como suporte uma metodologia que combinava análises de documentos quantitativos e qualitativos, alguns estudiosos comprovaram a existência das famílias escravas contrapondo-se à visão do escravo-coisa e incorporando na historiografia o conceito de escravo como agente. As pesquisas passaram a dar cada vez mais ênfase ao papel social dos próprios escravos, ao invés de entendê-los apenas como seres despersonalizados ou como vítimas da história.¹⁷¹

Sob este princípio, a historiografia procurou e tem procurado investigar a questão da formação de relações sociais escravas e os laços de parentescos formados por estes ao longo da história.¹⁷² De fato, hoje a concepção clássica de ver o escravo mudou, mesmo assim, o debate em torno desta temática ainda ocupa um lugar de destaque entre os estudiosos da área. Mesmo interpretada por matizes diferentes¹⁷³, à família escrava atualmente é entendida como uma realidade do período escravista, contrapondo-se a visão que existia anteriormente, já que o acesso a família e as redes sociais eram tidas como quase inexistentes.¹⁷⁴

No campo de uma vasta revisão historiográfica, autores como Robert Slenes, José Roberto Góes, Manolo Florentino, Hebe Mattos, Ciro Flamarion e outros analisam senhores e escravos enquanto agentes ativos e construtores de relações sociais, mesmo que tensas e sem descartar os horrores da escravidão. Porém, com diferentes questões e interpretações.

Robert Slenes concentrou seus estudos demográficos no período de 1872, data do primeiro recenseamento brasileiro, retratando a população escrava em momento específico e principalmente focando a na região sudeste, Oeste Paulista, analisou a distribuição de sexo, idade, expectativa de vida e até o lucro econômico

¹⁷⁰ A respeito da nova historiografia ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. CHALHOUB, Sydney. Op.cit. SLENES, Robert. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999. Entre outros.

¹⁷² Podemos citar como exemplos: MATTOSO, K.M. Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LARA, Silvia H. *Campos da violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁷³ Como exemplos ver: CHALHOUB, Sydney. Op.cit. 2011. SLENES, Robert. Op.cit. 1999. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das letras, São Paulo, 2005. Machado, Maria Helena. *Autonomia escrava*. GÓES, José Roberto.

¹⁷⁴ Um bom exemplo dessa nova linha historiográfica esta presente em: ALBUQUERQUE, Wlamira. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. Tese de doutorado. Departamento de História da Unicamp, 2004

nos últimos anos do escravismo. Por meio dos dados do recenseamento, afirmou que a imagem da fragmentação familiar deve ser alterada de acordo com as regiões analisadas, ou seja deve-se levar em conta aspectos das economias mistas e o baixo nível de importação, o número de escravos próprio de cada região e a atividade econômica predominante. Em certas áreas e devido a algumas condições, prevalecia uma estrutura familiar mais estável, enfatizando uma realidade autônoma e uma relação de negociação com o senhor de escravo.¹⁷⁵

Segundo o autor, ao que parece, existiram mais casamentos entre escravos na região Sudeste, especificamente em São Paulo, do que nas demais áreas do Brasil. Todavia, este não é um fato imutável, pois os motivos para solidificar esta análise ainda não são claros. Outro aspecto importante que ele chama atenção para a análise das famílias escravas era o tamanho das propriedades. Nas grandes propriedades havia melhores chances de se encontrar parceiros e, quanto menor a propriedade, maiores eram os indícios de mães solteiras. Estas características indicam a complexibilidade de se estudar os laços da família escrava.¹⁷⁶

Sheila de Castro Faria, em *A colônia em movimento*, estudo sobre a população cativa de Paraíba do Sul e em Campos dos Goitacazes, demonstrou a importância da família escrava no seio dessa população. A autora afirma que durante os séculos XVII e XVIII, no Sudeste, o casamento entre escravos era bastante comum, em particular nas zonas tipicamente agrárias. Conclui que neste mesmo período “o casamento na Igreja, só era possível entre escravos de um mesmo dono já que esses dificultavam a união com indivíduos de plantéis diferentes.”¹⁷⁷ Entretanto, salienta que esse impedimento não excluiu a existência de outras opções por parte dos cativos, o que sugere muito provavelmente, a presença de padrões e ritos africanos na organização da vida familiar escrava. Se por um lado o casamento ocorria entre cativos da mesma propriedade, o compadrio se buscava fora dela.

Assim como Faria, os estudos de Mariza Soares para o Rio de Janeiro mostraram a recorrência de uniões aparentemente forçada pelos senhores. Todavia, destaca que no interior destas relações existia uma grande regularidade

¹⁷⁵ SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁷⁶ *ibidem*.

¹⁷⁷ FÁRIA, Sheila de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. São Paulo: Fronteira, 1998, p. 326.

na escolha dos parceiros que, na opinião de Soares, seriam escolhidos no interior de um mesmo grupo de procedência. “Embora a endogamia por plantel possa ser explicada no plano da convivência dos senhores, a endogamia por grupo de procedência supõe outro tipo de motivação que indica existirem regras matrimoniais que vão além da disposição dos senhores em casar aleatoriamente suas escravas”.¹⁷⁸

Florentino e Góes defendem a ideia de que a formação de famílias era um instrumento que ocasionava ganho econômico para o senhor, já que era um elemento chave na formação do cativo e paz nas senzalas. “O cativo era estruturalmente dependente do parentesco cativo”,¹⁷⁹ contribuindo assim, para a manutenção da estrutura escravista. Para estes autores a formação de laços familiares era algo urgente, já que era constante a introdução de estrangeiros, por meio do mercado negro, e isso criava um ambiente de tensão e conflito. Sancionadas ou não pela Igreja, a família escrava agia como medida para a pacificação no cativo. A partir do momento que o escravo conseguia constituir família, tanto dentro das leis da Igreja quanto fora, levando em consideração as mães solteiras e seus filhos, o núcleo familiar dava uma boa estabilidade social e a tão procurada paz.

Estas discussões são fundamentais para o estudo das redes de parentesco construídas escravos. Fica evidente a existência de canais de comunicação entre escravos e senhores e elucida o dinamismo da sociedade escravista, alertando, desta forma, para a necessidade de análises mais dialéticas. A família escrava representa a possibilidade de pensar o escravismo como um sistema relacional, que não exclui o viver escravo. As relações de parentesco travadas no interior das senzalas, e mesmo fora dessas, demonstraram parte desta experiência.

Tentando pensar a comunidade escrava das fazendas de Belarmino Ricardo de Siqueira a partir do que foi aqui exposto, nos chama a atenção o fato de que este senhor concedeu alforria em seu testamento às escravas com seis filhos ou mais e àqueles nascidos entre 28 de fevereiro de 1871 e 28 de setembro deste mesmo ano, antecipando-se a lei do Ventre Livre em sete meses. Além disso, pediu ainda aos seus herdeiros que lhes concedessem um pedaço de terra para construir

¹⁷⁸ Mariza C. Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp.123.

¹⁷⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, 1997. P-37.

suas casas, plantarem, terem seu sustento e também que lhes dessem proteção e 40\$000 réis. Em seu testamento, concedeu liberdade a 54 escravos, dando a estes quantias que variam de 50\$000 até 1\$000 réis. Vejam a listagem dos beneficiados:

Quadro III: Valor de doação para os escravos libertos em testamento

Alexandrina	100\$000
Alexandrina parda	200\$000
Bernarda	200\$000
Bernardino	20\$000
Braz	200\$000
Casimiro	300\$000
Cesário	400\$000
Cyro	20\$000
Diogo	200\$000
Fernando	100\$000
Floripus pardo	200\$000
Francisca Rita	20\$000
Izabelinha	100\$000
Joazinho	20\$000
José	50\$000
Luiz	1\$000
Manoel	50\$000
Manoel	50\$000
Marcelino	300\$000
Outros escravos	12\$000
Ramiro	100\$000
Rodolpho	400\$000
Rogério pardo	400\$000
Romeu	20\$000
Rozalina	400\$000
Vasco	200\$000
Victor	400\$000

Fora os relacionados, estipulou que quatro escravos receberiam a alforria, desde que prestassem serviços aos herdeiros do barão por um período de 4 anos. Além da alforria, aos escravos músicos deixou os instrumentos para que pudessem continuar seu trabalho. Aos empregados e pequenos arrendatários da fazenda deixou a quantia de 1\$000.

Família escrava no plantel do Barão de São Gonçalo

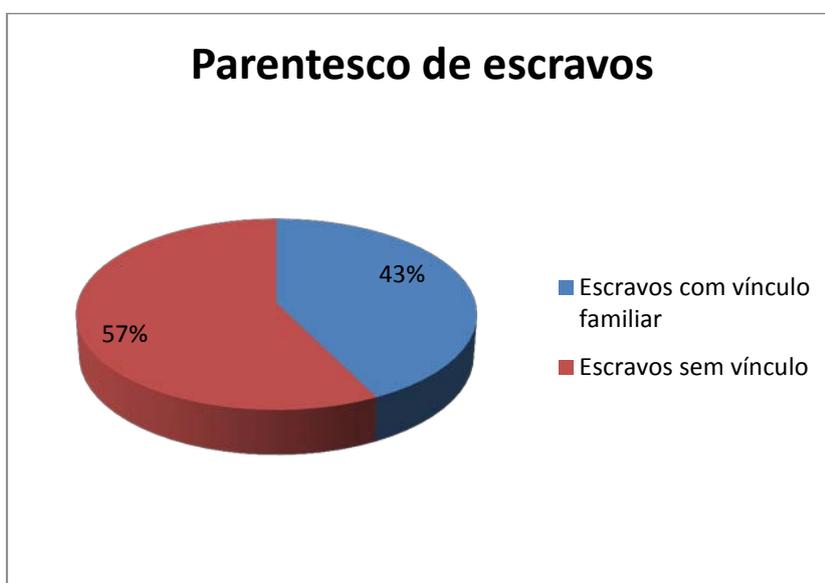
Ao analisar o inventário de Belarmino Ricardo de Siqueira de 1873, aferimos informações significativas sobre a escravidão em São Gonçalo e adentramos um pouco na dinâmica escravista que envolveu as relações entre ele e

seus escravos. Os dados do inventário e do testamento permitiram encontrar o objeto principal deste trabalho, a existência e o papel da família escrava.

Foram contabilizados 216 escravos, as informações do testamento e do inventário permitiram cruzar dados e verificar o nome, origem, idade, estado conjugal e preço, indicando ainda, os filhos. Desta forma, identificamos alguns grupos familiares e a partir daí, traçamos um perfil dessas famílias e as possíveis relações estabelecidas dentro e fora do cativeiro.

Na escravaria do Barão, constatamos a existência de 31 famílias. Destacamos assim um razoável número de escravos aparentados, ou seja, dos 216 indivíduos, 92 eram aparentados. Veja o gráfico abaixo:

Gráfico V: Escravos com e sem vínculo de parentesco



Dentre os escravos que possuíam vínculo familiar, 57 eram mulheres e 35 homens, tendo também 18,5% de crianças de 0 a 12 anos que se encontravam na presença de ao menos um dos pais, sendo 9 meninas e 8 meninos. Também encontramos listados 3 ingênuos sem identificação de parentesco. O fato é que as mulheres estavam mais presentes em redes parentais que os homens. Salientamos também que os homens estando em maior número e, por isso, tinham menos chances de constituir família pois deveriam disputar esposas.

Slenes em seu estudo sobre Campinas da segunda metade do XIX revelou que 80% dos menores de 10 anos estavam acompanhadas de ambos os pais, por uma mãe ou por um pai viúvo.¹⁸⁰ No caso por nós estudado, verificamos 31 núcleos

¹⁸⁰ SLENES, Robert. Nota 50.

familiares, confirmando o que foi dito por Slenes sobre os planteis maiores serem mais propícios para o estabelecimento de laços parentais. Nossa amostragem revelou que 47% das mulheres constituíam família somente através da maternidade e apenas 7% delas constituíam famílias com matrimônio em igreja.

Quadro IV: Tipos de família do plantel de Belarmino Ricardo de Siqueira

Tipos de famílias	Nº	%
Casais com filhos	04	13
Mães solteiras	27	87
TOTAL	31	100

Notamos que grande parte das famílias formadas neste plantel eram famílias matrifocais, ou seja, mães solteiras e seus filhos. Acreditamos ainda, que as mães solteiras eram aquelas que não estavam envolvidas em relações legitimadas pela Igreja Católica, o que não significa que vivessem em promiscuidade, pois poderiam ter engravidado de parceiros estáveis mesmo que estes não fossem oficiais. Havia também as possibilidades de gravidez por violência sexual, hipótese a ser considerada para o caso de mulheres que, em tese, não tinham a “posse” de seus corpos, ou ainda, que as informações tenham sido omitidas do inventário.

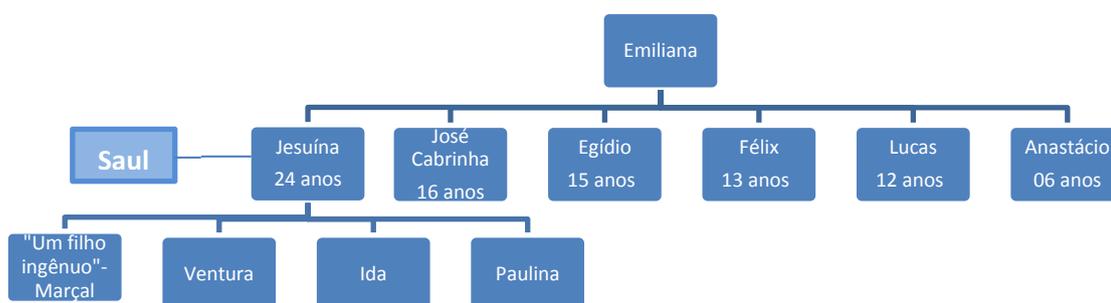
Para Slenes, as famílias escravas surgidas na região Sudeste eram frutos de uma relação conflituosa com seus senhores que, preocupados com o retorno financeiro de seus empreendimentos, se viam forçados a ceder certo espaço para a formação familiar entre os cativos. Tal concessão funcionava até o momento em que se criassem condições para uma rebelião, pois a família constituía uma comunidade de identidade própria, diferente da óptica senhorial.¹⁸¹ Segundo ele, escravos que constituíam redes familiares tinham “benefícios” a perder e, portanto, acabavam enquadravam melhor nos comandos senhoriais.

Uma das mulheres que aparecem vivendo como família matrifocal no plantel de Belarmino Siqueira foi Emiliana, africana, registrada sob o número de matrícula 1813 com 52 anos, em 1872. Construiu extensa família. Levando em consideração a idade de sua filha mais velha, Jesuína, calculamos que Emiliana

¹⁸¹ Para Slenes a família nuclear e extensa contribuía decisivamente para a criação de uma comunidade escrava. A família escrava não foi responsável pela manutenção do escravismo. Foi uma ameaça a ele. Era uma, entre várias instâncias culturais que ajudaram na formação de uma comunidade escrava em oposição aos senhores, apesar das diferentes origens étnicas dos cativos. (SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*, 1999:48.)

alcançou a maternidade aos 28 anos. Contudo, esta idade pode ser mais baixa caso ela tenha perdido alguma gestação anterior, a criança não tenha chegado a idade adulta ou tenha sido vendida. Com seis filhos listados - , Anastácio 6 anos, Lucas 12 anos; Felix 13 anos; José 15 anos; Egídio 16 anos, e Jesuína 24 anos -, alcançou a alforria pela quantidade de filho segundo a vontade do testado e também ganhou uma quantia de “bônus” pelos serviços prestados, um pedaço de terra e 40 contos de réis. Em testamento, Belarmino concedeu a alforria a quatro de seus filhos. Verificamos que Anastácio, Lucas, Egídio e Félix foram os únicos que receberam número de matrícula. Jesuína, sua filha mais velha, casou-se com o crioulo Saul gerando 4 filhos. Contudo, no pós 1888, enfrentou um processo judicial pela guarda das crianças, que tinha como tutor Baltazar de Sá Carvalho, sobrinho do Barão. A família de Emiliana fica assim composta:

Organograma I: Fluxograma da família de Emiliana



Assim como a família de Emiliana, temos a da escrava Esther, falecida em 1872. Pelo inventário, Esther foi mãe de: André listado como “25 anos, crioulo, apto à todo o trabalho, solteiro”; Hermínio, “16 anos, solteiro apto ao serviço de lavoura”; Honório, “18 anos, serviço de lavoura”; Diamantina, “22 anos; Galiana, 39 anos” e Justa “24 anos”. Diamantina, Galiana e Justa, assim como a mãe, formaram e foram as principais responsáveis por suas famílias. A primeira gerou Peregrina, 8 anos e Cecília 3 anos. Galiana teve Esther Neta com então 7 anos, Ida

com 1 ano, Juvenal com 13 anos e Justa deu a luz à Targínio com 4 anos de idade. Todos os filhos de Esther foram classificados como crioulos, sendo assim, seus 6 netos eram crioulos de segunda geração.¹⁸²

Muito embora a reprodução interna se relacione ao perfil demográfico, sua construção envolve a estratégia adotada pela administração senhorial. As determinações estruturais medidas pelo mercado de escravos em sua conjuntura regional e local, as escolhas dos escravizados e a dimensão do projeto de manutenção escrava estimulava a formação familiar. Os vínculos familiares entre os cativos foram de fundamental importância na constituição dos laços de sociabilidades e afinidades no interior do cativo, essas famílias tiveram que se adequar às contingências do cativo. O casamento entre os escravos poderia ser visto como um espaço maior de manobras, dentro dos limites da escravidão. Estes enlaces uma vez formalizado entre os cativos propiciava uma vida familiar que era constituída por esposas, filhos e vários parentes. A família escrava não se reduzia a estratégia e projetos centrados em laços de parentesco, mas expressava um mundo mais amplo, criado, a partir de suas “esperanças e recordações”.¹⁸³

Se é verdade que para o cativo sobreviver era preciso ser ladino, o casamento seria uma boa opção de negociação. A união entre escravos era uma ocasião privilegiada, estabelecia redes de familiaridade, solidariedade e até mobilidade social. Além disso, a família é à base da organização social brasileira.

Provavelmente algumas das vantagens do casamento para os escravos, teriam sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar as privações e punições [...] Há indícios de que dentro do precário “acordo” que os escravos extraíam de seus senhores, casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço de “moradia”.¹⁸⁴ Slenes acredita que a família cativa foi uma instância cultural que contribuiu para a formação de uma identidade das senzalas, estruturada pelo antagonismo entre senhor e escravos, pois a família não acabou com o embate cotidiano de interesse entre as duas partes. Todavia, ambos criam padrões de comportamento adaptativos que cooperam, mutuamente, para a operação efetiva do sistema e conseqüentemente seu enfraquecimento.

¹⁸² Lembramos ainda, que utilizamos as idades que constam no inventário.

¹⁸³ SLENES, Robert. Na senzala uma flor. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1999

¹⁸⁴ Ibidem, p.149.

Florentino e Góes defendem a ideia de que a formação de famílias era um instrumento, que ocasionava em ganho econômico para o senhor, já que era um elemento chave na formação do cativo, “O cativo era estruturalmente dependente do parentesco cativo”¹⁸⁵, contribuindo assim, para a manutenção da estrutura escravista. Para estes autores a formação de laços familiares era algo urgente, já que era constante a introdução de estrangeiros, por meio do mercado negro, e isso criava um ambiente de tensão e conflito. Sancionadas ou não pela Igreja, a família escrava agia como medida para a pacificação no cativo. A partir do momento que o escravo conseguia constituir família, tanto dentro das leis da Igreja, quanto fora, levando em consideração as mães solteiras e seus filhos, núcleo familiar, dava uma boa estabilidade social e a tão procurada paz. Este é um dos argumentos de Góes e Florentino em *A Paz das Senzalas*.

A igreja defendia o direito do escravo de casar e usufruir uma vida conjugal normal, como se não estivesse em cativo, mas deixava claro que o casamento não significava a alforria. Aconselhava os proprietários a casar os seus escravos e evitar nas partilhas a separação das famílias constituídas. Os títulos matrimoniais consistiam em maneiras normativas para a celebração do casório. Dentre elas as promessas de casamentos e a idade permitida para que tal evento acontecesse. Como parte integrante do sacramento, o matrimônio respeita três fins: propagação humana, da Fé e lealdade entre os casados.

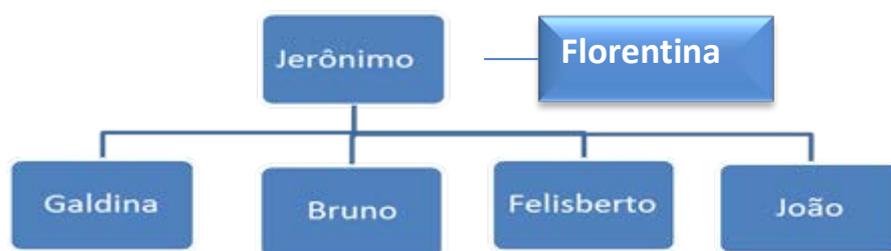
Salientamos ainda, que a maioria das famílias do plantel do barão eram famílias matrifocais e não nucleares, ou seja, formadas por casais com ou sem filhos, todavia, acreditamos que assim como aquelas o número destas é superior aos apresentados no testamento. Quando abordamos a temática familiar nos referimos a todos os enlaces oficializados ou não pela Igreja incluindo, portanto, aquelas que viviam reconhecidamente em situação marital.

Para as famílias formadas por mães, pais e filhos, temos registradas na documentação analisada somente 4 casais, todavia, acreditamos que esse número é bem maior. Esta hipótese foi levantada porque durante a pesquisa encontramos casos como o do casal Saul e Jesuína que só comprovamos que foram unidos pelo sacramento da igreja através do processo de tutela, onde consta os dados referentes ao matrimônio dos dois.

¹⁸⁵ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, 1997. P-37.

Citando outra família deste plantel temos a seguinte situação:

Organograma II: Família nuclear



Sobre estes escravos sabemos que, em 1872, Florentina era viúva, estava com 67 anos, era de origem africana, foi matriculada sob o número de matrícula 6223, era tida como inválida e não foi avaliada no monte-mor do Barão, pois foi libertada em seu testamento. Segundo este documento, ela recebeu também terras para sua subsistência, um bônus pelos serviços prestados, além da “proteção” do sobrinho do Belarmino. Seus filhos eram crioulos de primeira geração, com maiores possibilidades de serem criados num ambiente com pai e mãe, com referências linguísticas e culturais africanas, ao contrário dos crioulos de segunda geração que tendiam a serem criados por mães solteiras.¹⁸⁶ O casal Jerônimo e Florentina esteve junto há, no mínimo, 38 anos tendo em vista que sua primeira filha, Galdina, tinha essa idade. Este cálculo demonstra o quanto os laços familiares podiam ser estáveis em grandes plantéis como o aqui analisado.

Gentil, 3 anos, crioulo, matrícula 6227, filho de Germano 54 anos, trabalhador de lavoura da fazenda Morro Grande. Germano, embora apareça como casado com Lídia, talvez seja pai solteiro, pois sua esposa não aparece no inventário, nem no testamento, e não consta como falecida em nenhuma das fontes pesquisadas. Seria Lídia uma agregada da fazenda? Teria morrido no parto ou sido vendida? Por que ela aparece na documentação? Não podemos afirmar ao certo, mas, caso ela seja falecida, o registro do pai viúvo demonstra que, mesmo na ausência da mãe, os laços consanguíneos entre pai e filho eram reconhecidos.

Robert Slenes acredita que a família escrava não era uma “brecha” dada a estes indivíduos pelos senhores, embora desse alguma vantagem à esses. Para o

¹⁸⁶PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, 33 (2005), 87-132.p.125.

autor, a família escrava era uma maneira de unir-se contra os senhores, pois contribuiu para a formação de uma comunidade escrava unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas que, dessa forma, minava a hegemonia dos senhores.

Slenes também parte do pressuposto de que, no sudeste, não só os cativos teriam construído identidades comuns, como também chegaram a formar uma “proto-nação banto” a partir do predomínio de indivíduos do mesmo grupo linguístico, procedentes do centro-oeste africano. Para ele, a família escrava não se reduzia à estratégia e projetos centrados em laços de parentesco, mas expressava um mundo mais amplo, criado, a partir de suas “esperanças e recordações”, criando identidades e afinidades que lhe permitiram formar uma “comunidade”, que coloca em risco o sistema escravista.

A família escrava não é uma novidade, os vínculos familiares entre os cativos foram de fundamental importância na constituição dos laços de sociabilidades e afinidades no interior do das senzalas, porém, muito trabalho de pesquisa ainda precisa ser feito, não mais para constatar a existência ou não dos núcleo familiares entre escravos, mas para comparar regiões e tamanhos de propriedade, verificar gerações, identificar indivíduos e redes, além de se pensar como se davam as relações de poder entre senhores e escravos nos diferentes espaços.

O caso Saul e Jesuína: uma realidade nos grandes plantéis

Até a década de 1870 os senhores encontraram no tráfico inter e intraprovincial e na reprodução natural dos escravos formas eficientes de dar continuidade ao regime escravocrata. Embora os escravos com idade infantil sejam poucos no caso estudado, observamos que, ao longo do inventário, na parte da descrição família, muitas dessas crianças foram alforriadas. A lei Rio Branco de 1871 concedia aos senhores a utilização da mão de obra dos ingênuos até os 21 anos de idade. Ainda que esta opção tenha sido válida para muitos senhores, apontava que a escravidão no Brasil estava prestes a ter um fim. Neste mesmo período, também foram promulgadas as primeiras leis de proteção aos cativos. Em 1869 foi proibida a separação das famílias escravas por venda ou troca e, em 1872, começou a cadastrar-se escravos para o Fundo de Emancipação que havia

sido fundamentado pela lei de 1871. Estas leis davam algumas garantias aos cativos e reconheciam a partir de então a intervenção do Estado no gerenciamento da escravidão. Ou seja, o senhor havia perdido o pleno poder de tomar decisões espontâneas sobre a vida de seus escravos.

Ao morrer, Belarmino não fez nenhuma referência quanto à disponibilidade das famílias escravas de seu plantel. Desde 1871, devido à lei do Ventre Livre, os ingênuos permaneceram nas fazendas sob a supervisão dos donos de suas mães, estes, por sua vez tinham a opção de escolher entre usar o trabalho destes menores de 8 aos 21 anos de idade ou trocá-lo por títulos do governo, a grande maioria dos senhores escolhiam usar o trabalho.

Em 25 de setembro de 1888, Balthazar diz que: “tendo em sua casa como criada a ex-escravizada Jesuína e tendo esta duas filhas ingênuas de menor idade, uma de nome Ida, de cor preta, 9 anos e Paulina de 6 anos, o convida a dar se por tutor dessas ingênuas, vem o suplicante pedir a V. Exc.^a, que haja de o nomear tutor...”¹⁸⁷ O pedido de Balthazar no processo de tutela demonstra a tentativa dos senhores de manter o controle sobre a mão de obra liberta. Contudo, também mostra a ênfase que é dada à manutenção do comportamento e da dedicação do ex-escravo à seus antigos senhores mesmo com suas “novas obrigações”. Sabemos também, que muitos ex-escravos continuaram a trabalhar nas fazendas de seus antigos senhores, o que não causa estranheza que mesmo com a condição de libertos, o casal Saul e Jesuína e seus quatro filhos tenham continuado a viver sob a mesma terra de Balthazar, todavia, em nenhum momento os “novos direitos” são citados.

Os pedidos de tutela foram apresentados como instrumentos de controle social exercido sobre as crianças pobres, filhos de ex escravos no decorrer das últimas décadas do século XIX. A tutela que antes se destinava à menores ricos, com a Lei do Ventre Livre se apresenta como uma das tentativas senhoriais de manter e dar novos significados às relações de dependência, influenciando no processo de reorganização das relações de trabalho. As experiências dessas crianças se confundiam com as experiências do cativo, mostrando as relações

¹⁸⁷ Arquivo Nacional. Acervo Judiciário. Ação de Tutela. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Balthazar, Ida e Paulina. 1888, n. 1148, maço 2299.

entre liberdade e escravidão.¹⁸⁸ A lei também estabelecia que tutores não tinham obrigação de fazer nenhum tipo de pagamento direto ao menor pelos serviços prestados, mas depositar a soldada, pecúlio, em caderneta de poupança e prover instrução. Contudo, a tutela acabou se transformando em um amplo mecanismo de constituição de criadagem e tentativa de manter menores em condição similar à escravidão.

Nos termos de tutela não estava explícito as relações de trabalho, embora não se tenha indicações da total inexistência dele no cotidiano dos menores tutelados. Encontramos junto ao processo de tutela a soldada da citada ingênuia Ida registrada na Caixa Econômica Federal. A soldada era um contrato de locação de serviço de menores para trabalhos domésticos intermediados pelo juizado de órfãos. O termo soldada vem da palavra soldo, ou seja, salário devido na locação de serviços, porém, a lei possuía algumas brechas que, impediam o recebimento de qualquer dinheiro por parte das crianças. A legislação dizia que a partir dos 14 anos, era obrigatório pagar soldo a todos os assoldados, no entanto, dos 7 aos 14 anos, esta decisão dependia dos juízes de órfãos.¹⁸⁹

Quando os juízes estipulavam um soldo para o menor em troca dos serviços prestados, a lei determinava ao contratante abrir uma conta poupança na Caixa Econômica onde seria feito o depósito mensalmente, trimestralmente ou da forma que o juiz decidisse. O menor só poderia resgatar a quantia quando atingisse a maioridade, ou em casos específicos. Na caderneta de Ida temos 50 entradas na quantia de 10\$000 mais 8 entradas de 15\$000 réis.

Geralmente os proprietários buscavam mudanças sem rupturas, o abandonar das fazendas pelos ex-escravos pode ser entendido como uma forma diferenciada de compreensão do significado de liberdade. Desde 1888 os ex-escravos exerceram o máximo de poder possível para que suas vozes fossem escutadas. O processo lido só tem a voz de Saul, Jesuína sua esposa só é citada. Acreditamos, que a voz de Saul em defesa da união de sua família esta associada a imagem masculina que tinha por dever preservar e proteger a família.

¹⁸⁸ <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/TUTELA%20E%20INSTRUCAO%20CAMINHOS%20SIGNIFICADOS.pdf>

¹⁸⁹ AZEVEDO, Gislaíne Campos. A tutela e o contrato de trabalho. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/85/94

Em 3 de abril de 1889, Saul compareceu ao Juizado de 2º Vara de Órfãos em Niterói, acompanhado por Luiz Gonçalves de Azevedo (fazendeiro- 48 anos) e José Manoel (professor) por não saber ler nem escrever, para pedir o reconhecimento e filiação de suas crianças, sendo eles Marçal, Ventura, Ida e Paulina, todos batizados na Fazenda Engenho Novo do Retiro. O processo ocorre no pós abolição, mostrando que a quebra de relação entre antigos senhores e ex-escravos levavam à atitudes mais energéticas. Além de reunir a família, Saul desejava ter a honra e privilégio da companhia de seus filhos, concedendo-lhes os futuros direitos em caso de sua morte, fazendo isso de livre e espontânea vontade. Com a apresentação do registro de casamento e da escritura de perfilhação, o juiz Teixeira Coimbra determinou, em 3 de abril de 1889, que Balthazar apresentasse os ingênuos em Juízo, com decisão favorável à Saul. O êxito concedido ao marido Saul talvez fosse improvável à Jesuína, caso decidisse ela recorrer à tutela das filhas em Juízo como mulher.

Na tarde seguinte, Balthazar de Sá Carvalho, recebe em casa uma intimação de entrega dos filhos de Saul e Jesuína, assinada pelo juiz de órfã Honório Teixeira Coimbra. O processo está incompleto, mas constatamos que houve algum tipo de “esquecimento” para entregar todas as crianças. Em despacho feito, encontramos a seguinte informação: “Diz Saul que tem de inquirir mandado e entrega de mais Ida e Paulina, seus filhos que se achma debaixo da tutela a Balthazar de Sá Carvalho. Acontece que esse mandado de entrega recebeu indevidas, pois houve alvidação para Ventura e Marçal, filhos que já não se acham em casa de Baltazar Sá Carvalho”.¹⁹⁰ Não sabemos o que ou onde estes irmãos de Ida, filhos de Saul e Jesuína, foram parar, mas, talvez, tenham buscado na fuga da casa do tutor a libertação de seus sofrimentos e a convivência sob o mesmo teto de seus pais.

Com a leitura da escritura de perfilhação, sabemos que Saul era solteiro, maior, brasileiro, artista, empregado no serviço de fazenda de lavoura e criação na fazenda Laranjal, situada na Freguesia de Cordeiros, Niterói. Jesuína foi liberta pela lei de 13 de maio. Os dois ex escravos do barão de São Gonçalo se casaram oficialmente no dia 18 de fevereiro de 1889, mas já estavam juntos antes da morte

¹⁹⁰ Arquivo Nacional. Acervo Judiciário. Ação de Tutela. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Balthazar, Ida e Paulina. 1888, n. 1148, maço 2299.

de seu senhor. Assim, o registro de casamento de Saul e Jesuína revela sua história familiar, mas muitas outras existiram e precisam ser estudadas.

Considerações finais

Com instrução elementar, Belarmino Ricardo de Siqueira conseguiu ao longo de sua vida, com o esforço de seu trabalho e a rede de relações herdadas e construídas, não só frequentar, como também participar dos salões, assembleias e alguns dos cargos mais prestigiados do Império brasileiro. Nascido em 1792, passou por diferentes períodos da política e economia Imperial e, ao que parece, soube tirar proveito das oportunidades e mudanças ocorridas no Brasil do Oitocentos. Solteiro por opção herdou parte da fazenda Morro Grande dos pais e com o capital acumulado durante seu trabalho como caixeiro foi expandindo essa propriedade e adquirindo outras terras, escravos e imóveis, bem como variando seus rendimentos e formas de aplicação.

Através de seu testamento e inventário, verificamos que foi um homem de considerável patrimônio para a sociedade da época. Seguiu os preceitos da classe senhorial do XIX, reconheceu os ensinamentos dados por seus amigos durante sua juventude e retribuiu-os com doações após sua morte. Como bom católico, encomendou missas aos entes queridos já falecidos e tratou de explicitar seus desejos quando viesse a falecer. Como membro da classe senhorial do Império, participava da economia, da política e da cultura de seu país, destacando-se, sobretudo, pelo número de escravos que possuía em suas propriedades. Sem herdeiro direto, prestigiou irmãos, sobrinhos amigos em seu testamento. De doações em réis contabilizamos a quantia de 6.070\$000 réis, divididos entre irmandades religiosas, associações, amigos, agregados e escravos. Além disso, percebemos que Belarmino participou dos mais variados tipos de investimento durante sua vida. Se num primeiro momento investiu na compra de terras, em seguida os imóveis urbanos e os investimentos em empreendimentos de prestígios tornaram-se as principais fontes de investimento e enriquecimento do Barão.

Ao longo de nossa pesquisa, procuramos sempre demonstrar a trajetória de vida e enriquecimento de Belarmino Ricardo de Siqueira ressaltando as relações financeiras e políticas que ele estabelecia. Nosso intuito foi valorizar essas redes para que pudéssemos entender em que tipo de propriedades e com que tipo de proprietário, ele lidava, assim como, o meio onde sua comunidade escrava estava inserida e como deveria lidar. Portanto, além de apresentar o padrão de vida de Belarmino, nosso objetivo foi demonstrar como era composta a escravaria deste megaproprietário.

Com 216 escravos registrados¹⁹¹, procuramos entender a dinâmica escravista ocorrida em suas fazendas. Entre as mais importantes redes de sociabilidade escrava verificamos a existência de famílias escravas, principalmente as famílias matrifocais. Considerando o número total de cativos, reconstruímos laços familiares de um número significativo de escravos que lá viveram. As análises demonstraram que mulheres, em geral, eram as principais responsáveis por estes núcleos familiares, aparecendo como mães solteiras tendo em vista que encontramos somente 4 famílias compostas por pais e filhos. Percebemos também, que algumas dessa família se estenderam até 3 ou 4 geração, como foi o caso de Emiliana e sua filha Jesuína, e alguns outros exemplos demonstrados neste estudo.

Ao longo dessas páginas, procuramos desvendar, inspirados no viés historiográfico da micro-história e através da análise do inventário e testamento do Barão, as transformações ocorridas num determinado tempo e espaço e a participação dos mais diversos atores sociais envolvidos nessas mudanças. Nossa principal intenção foi demonstrar a formação do plantel de Belarmino Ricardo de Siqueira, seu comportamento e aquisição deste ao longo de sua vida, assim como a maneira de organizar e direcionar suas propriedades e a formação familiar de seus escravos.

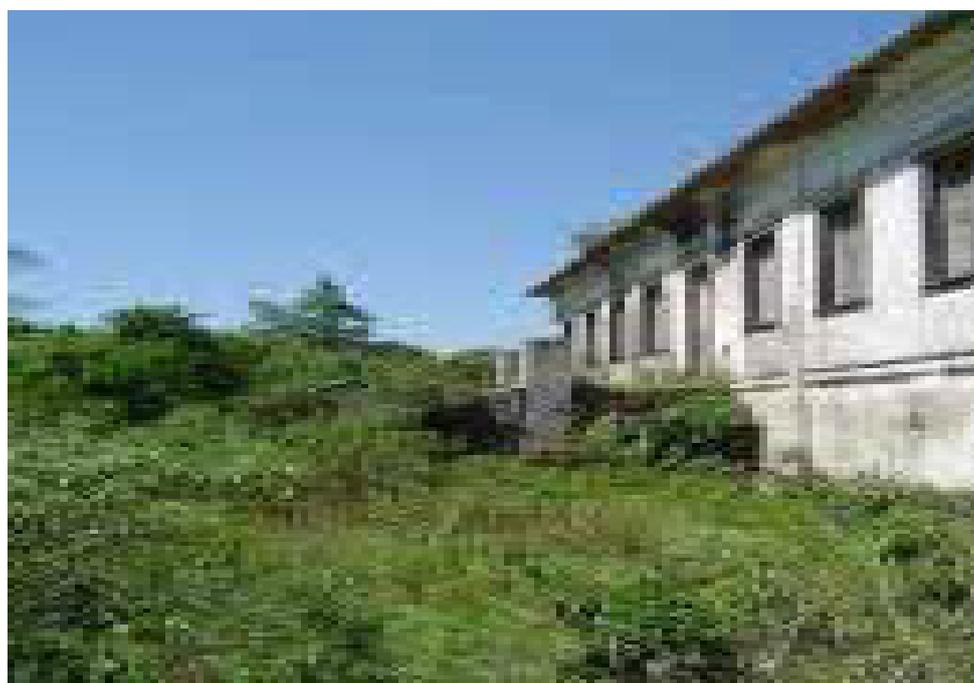
Desta forma, a principal contribuição deste estudo é traçar a vida e as aquisições do Barão com honras de grandeza de São Gonçalo e, a partir da análise de seu inventário e testamento, demonstrar as relações familiares entre os cativos de seu plantel. Assim, reconstruímos as relações de vida entre os escravos e demonstramos que essas relações e costumes na sociedade em questão eram extremamente complexas. Por vezes, os documentos nos permitiram apreender os conflitos e as dificuldades encontradas pelas famílias escravas para se manterem unidas ao longo do tempo, este foi o caso dos filhos de Saul e Jesuína, conforme demonstrado no processo de tutela.

Nesse universo onde senhores e escravos protagonizaram suas histórias, as mais complexas redes de sociabilidade foram verificadas, bem como as disputas que envolveram estes atores sociais.

¹⁹¹ Acreditamos que esse número possa ser maior que os 216 apresentados no inventário. Recentemente, encontramos,

ANEXOS

Anexo A: Sede da Fazenda Morro Grande (Em ruínas)



Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis - Araruama. Retirado de: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F37104E6F8948D68325735C004F8C0C/\\$File/NT0003614E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F37104E6F8948D68325735C004F8C0C/$File/NT0003614E.pdf)

Anexo B: Casa Principal Fazenda Engenho Novo do Retiro (Hoje inexistente)



Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis - Araruama. Retirado de: http://www.inepacnovo.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=415

Anexo C: Palacete de Belarmino em Niterói que servia como Sede do Governo Provincial (Atualmente é o Colégio Estadual Aurelino Leal)

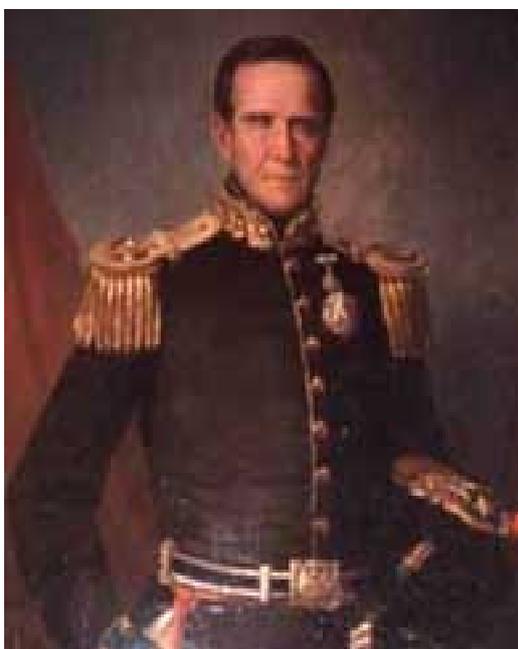


Retirado de: <http://www.panoramio.com/photo/28661724>

Anexo D: Formação familiar do barão de São Gonçalo



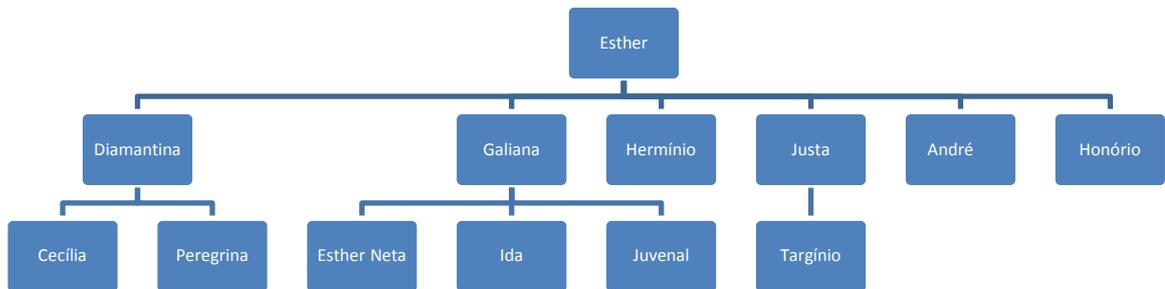
Anexo E: Belarmino Ricardo de Siqueira (Pintura a óleo – exposta na sala da Irmandade São Vicente)



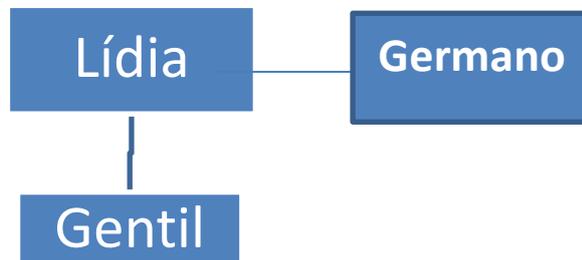
Retirado de: <http://sgmemoria.wordpress.com/2013/07/25/um-dos-mais-antigos-mapas-da-regiao/>

Anexo G:Famílias escravas

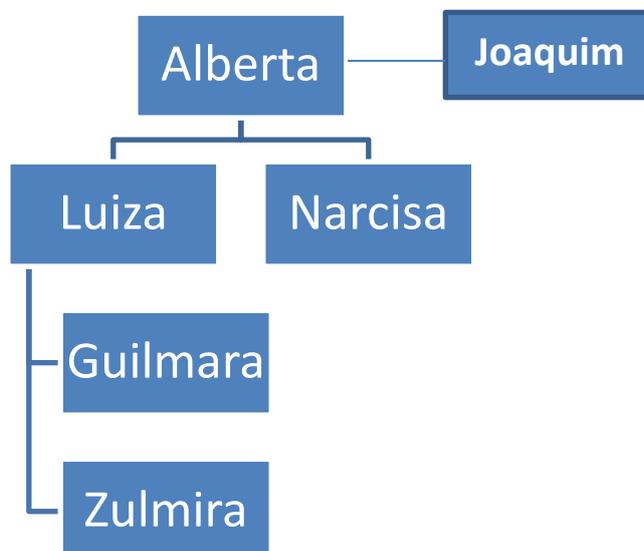
Fluxograma da família de Esther



Família nuclear (Lídia e Germano)



Família nuclear (Alberta e Joaquim)



Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato do viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. SP: Cia das Letras, 2000.
- BARATA, Carlos Eduardo, BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói: Edição Independente, 2006.
- BERLIN, Ira. De crioulo a africano: As origens atlânticas da sociedade afro-americana na América do Norte Continental. In: *Estudos Afro-asiáticos*. Ano 26, nº 2, 2004.
- CAETANO, Antonio Filipe de Andrade. *Entre a Sombra e Sol*. A revolta da cachaça, a freguesia de São Gonçalo do Amarante e a crise política fluminense. Universidade Federal Fluminense: dissertação de Mestrado, Niterói, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII*. 2008. Dissertação de Mestrado. PPGH – UFF, Niterói. 2008.
- FLORENTINO, Manolo e Góes, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GUTMAN, Herbert George. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1976.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira, 2010.
- GONÇALVES, Márcia; REZNIK, Luiz. FIGUEIREDO, HAYDE. "Entre Moscas e Monstros: Construindo Escalas, Refletindo sobre História Local". Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA6yEAB/qual-lugar-historia-local> Acessado em: 28/12/2012
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, do

Banco rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Curitiba ABPHE, CD- Rom.

HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: Etnias africanas nas Américas. *Topoi*. v.6, nº10, 2005.p.29-70.

KARASCH, Mary. *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. *Revista de História*, n.120, São Paulo, jul. 1989. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483091989000100001&script=sci_arttext#nt01. Acessado em: 22/1/2013

LIMA, Carlos A. M. Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765 – 1844). Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n24_p129.pdf Acessado em: 25/09/2012

LOPES, Janaina Perrayon. Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850). 2006. Dissertação de mestrado. PPGHIS - UFRJ, Rio de Janeiro. 2006.

LOTT, Miriam Moura. Casamento e relações de afetividades entre escravos: Vila Rica: Séculos XVIII e XIX. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:UUOaJn2JVogJ:www.geocities.ws/adar antes/artigos_miriam_lott/Casamento_e_rela__es_de_afetividade_entre_escravos.doc+LOTT,+Miriam+Moura. Acessado em: 25/09/2012

LUNA, Francisco Vidal. “Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829)”. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos populacionais. Olinda: 1988. P. 215-233.

MACHADO, Cacilda. A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção hierárquica social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. Tese de Doutorado. PPGHIS – UFRJ, Rio de Janeiro. 2006.

_____. Casamento & compadrio estudo sobre relações entre livres, libertos e escravos na passagem do XVIII para o XIX. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7344099/Cacilda-Machado-Casamento-e-Compadrio>
Escravoslivreslibertos
Acessado em: 25/09/2012

- MATA, Salvador da ; Silva, Evadyr Molina. *A Fazenda do engenho Novo do Retiro*. Niterói, 2001.
- MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- LIRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 65.
- MELO, Elizangela. *Os Santos óleos*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro –FFP: Dissertação de Mestrado, São Gonçalo,2011.
- MILLER, Joseph. “A África Central durante a era do comércio de escravizados, 1450-1850”. In: HEYWOOD, Linda (Org.).*Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PARÉS, Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). In: *Afro-Ásia*. Nº 33, p.87-132
- PRICE, Mintz; MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas - Universidade Candido Mendes.p.38.
- PRICE, Richard. O milagre da crioulização: Retrospectiva. In: *Estudos Afro-asiáticos*. Ano 25. Nº 03, 2003.
- SCHUWARTZ, Stuart. A Historiografia recente da escravidão. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. Malungu, Ngomavem: África coberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*, nº 12. Dez, Jan, Fev. 1991-1992.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico 1400-1800*.RJ: Elsevier, 2004.p.122.